

Revista **Socialismo e Liberdade** n°23 | 2018

EUA versus China, os novos embates no comércio mundial

A Constituinte de 1988 na visão de Plínio de Arruda Sampaio

O avanço da direita no mundo, por Michael Löwy



Como chegamos a isso aí

Pela primeira vez, a extrema direita vence uma eleição presidencial no Brasil. O fato se dá após 13 anos de governos de centro-esquerda, de um golpe parlamentar, de uma contínua ação do Judiciário, da prisão de Lula e de uma inédita depressão econômica. Quais as razões da vitória de Bolsonaro e quais as consequências para os setores populares? É o que buscamos examinar nesta edição especial

Presidente

Francisvaldo Mendes de Souza

Diretor Técnico

Frederico de Oliveira Henriques

Diretor Administrativo-financeiro

Rodrigo da Silva Pereira

Conselho de Curadores

Presidente: **Luiz Arnaldo Dias Campos**;
Membros efetivos: **Carolina de Paula Peters, Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda, Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires de Saboia**; Membros suplentes do Conselho de Curadores: **Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno de Souza Rocha e José Luis Oca.**

Membros do Conselho Fiscal

Presidente: **Alexandre Varella**; Membros efetivos: **Leandro Tavares Fontes Coutinho e Miguel Tadeu Carvalho**; Membros suplentes do Conselho Fiscal: **Luciana Gomes de Araújo, Eliane da Silva.**

Conselho Editorial

Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Gilmar Mauro
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Haroldo Saboia
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer
Valerio Arcary

Revista

Socialismo e Liberdade

A **Revista Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. As ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luiza Coppieters, Mário Azeredo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valerio Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Maritza Waleska Arruda**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**. Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos. Elíseos - CEP: 01202-002 - São Paulo-SP - Brasil. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br - fundacao@laurocampos.org.br - facebook.com/laurocampos. Tiragem: 10 mil exemplares.

S U M Á R I O

EDITORIAL

Francisvaldo Mendes de Souza

3

ESPECIAL ELEIÇÕES

A RESISTÍVEL ASCENSÃO DE MESSIAS

José Luís Fevereiro

Gilberto Maringoni

A SUBESTIMAÇÃO DO PERIGO DO “INVERNO SIBERIANO”

Valerio Arcary

PARA QUE PASSE NA AVENIDA UM SAMBA POPULAR

Cid Benjamin

O ABC DO NOVO FASCISMO E SUAS PERSPECTIVAS

Luiz Arnaldo Campos

A RESISTÊNCIA NORDESTINA À EXTREMA DIREITA

Robério Paulino

COMUNICAÇÃO E DESTRUIÇÃO DOS PARÂMETROS DA REALIDADE

Sergio Amadeu da Silveira

PULANDO NO ABISMO

Eloísa Machado de Almeida

TEMPLO, VIDA E VOTO

Lamia Oualalou

MEGAPROPRIEDADE DO CAPITAL, TENSÕES E DESDÊM PELA VIDA

Virgínia Fontes

Rejane Hoeveler

Elaine de Almeida Bortone

EM MEIO À DERROTA, O PSOL CONSTRÓI SALDO POLÍTICO E ELEITORAL POSITIVO

Francisvaldo Mendes

Juliano Medeiros

A BANCADA DA LUTA

Murilo Machado

EXTREMA DIREITA: UM FENÔMENO PLANETÁRIO

Michael Löwy

ESTADOS UNIDOS E CHINA NA DEFINIÇÃO DO FUTURO GLOBAL

Valéria Lopes Ribeiro

30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Opinião de Plínio de Arruda Sampaio

UMA ODE À VIDA

Cid Benjamin

CAPA: Ilustração de Gilberto Maringoni

É bem possível que as eleições de outubro estejam fechando um ciclo na vida política brasileira. O PSOL teve participação destacada nesse embate, com as notáveis participações de Guilherme Boulos e Sonia Guajajara. Selou-se uma aliança que deve se prolongar no futuro.

O quadro é preocupante. O presidente eleito do Brasil não apenas defende a violência nas relações sociais, como advoga a perseguição política escancarada contra os opositores. No entanto, ainda é cedo para sentenciar êxitos ou fracassos do governo Bolsonaro. Não há indicativo de que a equipe econômica tenha condições de abrir um novo ciclo de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Em meio a uma prolongada recessão, o mais provável é que tenhamos uma gestão instável, ultraliberal e fortemente repressiva.

Esta edição de **Socialismo e Liberdade** busca traçar ampla e profunda reflexão sobre como chegamos até aqui. Sem condições de prever o futuro, vale mais investir na avaliação do passado recente para explicar o presente.

Para começar, o economista José Luís Fevereiro e o historiador Gilberto Maringoni refizeram os passos dos governos petistas, desde 2013, e buscaram analisar iniciativas, amarras e compromissos com as classes dominantes, que paulatinamente lhes ceifou a iniciativa política.

Em seguida, o historiador Valério Arcary e o jornalista Cid Benjamin, em artigos distintos, avaliam a campanha eleitoral, marcada pela prisão do ex-presidente Lula e pela hesitação dos correligionários em definir uma tática para enfrentar um inimigo de novo tipo.

A degradação institucional e a politização da Justiça são os temas tratados por Eloisa Machado de Almeida, professora de Direito da FGV. Ela dissecou a combinação de autoritarismo e parcialidade por parte de um poder não eleito, e sem nenhum controle popular, que deveria zelar pela aplicação da Constituição de forma equânime para todos.

O sociólogo Sergio Amadeu, por sua vez, mostra como as redes sociais se tornaram o mecanismo de manipulação das campanhas. Disparos maciços de memes e mensagens marcadas por mentiras e preconceitos crescem num cenário de falta de regulação adequada e acentuada crise de representação.

As profundas alterações do capitalismo contemporâneo e a tendência constante à monopolização e à volatilidade impactam fortemente as disputas institucionais. Esse é o tema tratado por Virgínia Fontes,

Rejane Hoeveler e Elaine de Almeida Bortone em texto importante à compreensão do cenário atual.

Robério Paulino, professor da UFRN, busca devassar um quadro atípico: no Nordeste, o candidato petista venceu em todos os estados. Com riqueza de dados e informações, Robério extrai relevantes ensinamentos sobre a relação entre eleitorado e investimentos econômicos e sociais.

A importância do voto evangélico é dissecada por Lamia Oualalou. Experiente jornalista e ex-correspondente do **Le Figaro** no Brasil, Lamia conhece o tema. Durante anos, colheu entrevistas, dados e informações para **Jésus t’aime, la déferlante évangélique**, livro lançado na França neste ano.

Juliano Medeiros e eu, membros da coordenação da campanha Boulos-Guajajara, fizemos uma breve avaliação de uma jornada que foi muito além do número de votos conquistados. Conseguimos localizar o PSOL como agente ativo numa conjuntura de profunda derrota das forças populares. Em seguida, os membros de nossa nova bancada federal - dez parlamentares - contam a Murilo Machado os dilemas colocados diante de um Congresso que deve continuar com a subserviência crônica ao conservadorismo.

Qual o significado mais estrutural da vitória de um candidato e de uma coalizão com fortes tinturas fascistas numa das dez maiores economias mundiais? Luiz Arnaldo Campos destrincha com maestria esse difícil tema.

Michael Löwy, um dos mais importantes intelectuais marxistas da atualidade, completa esse vasto painel eleitoral com matéria produzida especialmente para **Socialismo e Liberdade**. Com notável visão de conjunto, ele esquadrinha o crescimento do ultraconservadorismo em vários países, a começar pelos Estados Unidos.

A edição se consolida com um relevante artigo de Valéria Ribeiro, professora da UFABC, que examina a grande disputa comercial entre EUA e China. Briga de cachorro grande, como se diz vulgarmente, que pode influenciar o rearranjo de toda a política e economia mundial.

Como fecho, uma crônica-resenha de Cid Benjamin, sobre um dos mais tocantes filmes dos últimos anos, **Uma noite de 12 anos**.

Boa leitura!

Francisvaldo Mendes de Souza
Diretor-presidente da Fundação Lauro Campos

A resistível ascensão de Messias

Bolsonaro só venceu as eleições por encontrar terreno fértil à pregação antissistêmica nos últimos anos. Talvez tenha sido quem melhor entendeu 2013 e as possibilidades abertas pela opção recessiva de Dilma Rousseff

José Luís Fevereiro
Gilberto Maringoni

As eleições de 2018 representam uma derrota estratégica para a esquerda brasileira. Não estamos diante de um quadro usual em regime democrático. O candidato eleito defendeu abertamente - em campanha - a ditadura, a tortura, a supressão de direitos, o racismo, a misoginia, a homofobia e a marginalização da população vulnerável, bem como o primado da violência como mediadora das contradições sociais. Jair Messias Bolsonaro deu expressão a forças sociais adormecidas

na sociedade, criando uma perigosa associação entre ordem e eliminação física de seus adversários.

Assim, não é possível examinar esse quadro apenas observando os últimos meses de campanha. A previsível alteração nas relações entre as classes sociais e o esgotamento de um ciclo político na história nacional demanda uma análise de espectro mais amplo, que deve retroceder, pelo menos, até o início dos governos lulistas.

Evidentemente, o espaço deste artigo é pequeno para uma radiografia mais profunda desse quadro. Lançamos aqui alguns de seus pontos essenciais.

FASCISMO E VOTOS

O pleito de 2018 representa a segunda vez em que a extrema direita com tinturas fascistas se lança de forma aberta à cata de votos. A oportunidade anterior aconteceu nas eleições de 1955. A disputa foi vencida por Juscelino Kubitschek (PSD, de centro-direita), com 54,1% dos sufrágios. O líder integralista Plínio Salgado (PRP) galvanizou a extrema direita e ficou em 4º Lugar, obtendo pífios 8,28% da preferência dos votantes.

Nunca mais um representante desse campo se apresentou de cara limpa e peito aberto ao eleitorado. Aliás, após a

ditadura militar (1964-85), ser chamado de “direita” era quase um xingamento. Vale perguntar: o que aconteceu, depois de quatro vitórias seguidas de candidatos de centro-esquerda, para que o ex-capitão do Exército conquistasse a presidência da República?

LULA LÁ

Lula foi eleito em 2002 e reeleito em 2006 com mais de 60% dos votos válidos. Ao terminar o segundo mandato, em fins de 2010, sua popularidade alcançava incriveis 87% de aprovação. O crescimento econômico expressivo foi determinante para essa aceitação que possibilitou um quadro de virtual pleno emprego a programas sociais eficientes, com destaque para o aumento real de 70% no salário mínimo e a expansão do crédito ao consumidor, além da bem-sucedida experiência do Bolsa Família. Em tempos de *boom* das *commodities* (2004-12), foi possível alargar o mercado interno, incluindo milhões de trabalhadores no circuito de consumo.

Nesse quadro, o ex-presidente conseguiu a proeza de elevar o padrão de vida dos mais pobres sem tocar em interesses das classes dominantes. Por força da prosperidade contingencial, Lula abriu mão de usar o capital político para realizar reformas estruturais no país.

O movimento social e político que desde o início dos anos 1980 impulsionou o PT, viabilizando uma enorme corrente de opinião e anseios por transformações profundas não se materializou entre 2003/2016. Não houve ações de governo que estivessem a altura dos desafios históricos colocados, por exemplo, como a reforma agrária para democratizar a propriedade da terra e a reforma tributária para inverter os custos de sustentação do Estado, hoje, majoritariamente, a cargo dos mais pobres. Além disso, o enfrentamento ao rentismo encastelado nas maiores taxas de juros do planeta com a perversa consequência de agravamento da distribuição de renda, mudança na legislação de meios de comunicação enfrentando os monopólios privados, e reforma política criando mecanismos de democracia direta e reduzindo peso do dinheiro nos processos eleitorais.

Esses tópicos compunham uma agenda democratizante e desenvolvimentis-

O pleito de 2018 representa a segunda vez em que a extrema direita com tinturas fascistas se lançou de forma aberta à cata de votos. A oportunidade anterior aconteceu nas eleições de 1955. A disputa foi vencida por Juscelino Kubitschek (PSD, de centro-direita), com 54,1% dos sufrágios. O líder integralista Plínio Salgado (PRP) galvanizou a extrema direita e ficou em 4º lugar, obtendo pífios 8,28% da preferência dos votantes.

ta e foram deixados de lado pelo PT no governo federal, em nome de um difuso realismo administrativo. O abandono ganhou letra de forma em julho de 2002, na conhecida *Carta aos Brasileiros*, na qual o partido se comprometeu a não tocar em nenhum ponto sensível da dominação de classes no Brasil.

Vários dirigentes petistas alegaram à época que a implementação daquelas demandas dependeria da correlação de forças, como se essa fosse um dado estático da natureza e não uma relação variável com a ação dos agentes da disputa política.

Derrotas também fazem parte do processo de politização da base social. Lula se caracterizou em seus governos por construir consensos sem disputa, num jogo em que aparentemente ninguém perdia, enquanto a demanda externa seguisse aquecida. A cada “consenso” maior a desmobilização da base.

SURFANDO NO CRESCIMENTO

Surfando um período de forte crescimento econômico, Lula distribuiu renda na base da pirâmide social sem precisar enfrentar privilégios das elites. Programas importantes foram desenvolvidos, como por exemplo, o Bolsa Família, o Luz para Todos, o programa de cisternas no semiárido, o apoio à pequena agricultura, o aumento real do salário mínimo e a expansão da rede pública de universidades. O período de forte crescimento econômico permitiu ganhos reais para setores expressivos das classes trabalhadoras, o que favoreceu o aumento do padrão de consumo. Se isso fidelizou a Lula e ao PT contingentes expressivos do eleitorado, particularmente no Nordeste, a ausência de disputa política não reforçou a consciência de classe nem educou essa base social para a necessidade da mobilização.

A recusa petista em definir claramente interesses de classe na sociedade serviu para embaralhar parâmetros no conflito distributivo.

A comprovação de que várias conquistas no âmbito da ascensão social não tinham causa aparente, evidenciou-se em pesquisa do Instituto Datapopular, em 2012. Os resultados foram apresentados da seguinte forma:

“Principal responsável pela melhoria de vida (entre quem acha que a vida melhorou):

Eu/Meu próprio esforço	82%
Minha família	69%
Deus	61%
Oportunidades	55%
O governo	9%
A sorte	7%
Meu patrão	5%

Como as percepções não eram excludentes, as porcentagens não somam 100%.

O fato de “o governo” – ou as políticas sociais do Estado – serem apenas o quinto item, mostra que nem Lula e nem o governo dele fizeram questão de marcar diferenças com gestões anteriores. Ao despolitizar a direção das ações do poder público sob seu comando, o petista não disputou “narrativas”.

EXPLORAR CONTRADIÇÕES

Explorar as contradições no interior das classes dominantes e nas representações políticas faz parte do jogo, mas seria crucial entender que a disposição desses setores em negociar só existiria mediante tensionamentos políticos por parte da esquerda e da pressão de massa, capaz de influir na correlação de forças. A opção do PT em abandonar o confronto em favor de pactuações a frio, revelou-se catastrófica quando a segunda onda da crise chegou em 2013. Da mesma forma, a diluição das diferenças com lideranças oligárquicas nos Estados contribuiu para

Derrotas também fazem parte do processo de politização da base social. Lula se caracterizou em seus governos por construir consensos sem disputa, num jogo em que aparentemente ninguém perdia, enquanto a demanda externa seguisse aquecida. A cada “consenso” maior a desmobilização da base

o desastre manifestado a partir de 2014.

Cada vez que Lula chamou Sarney de “companheiro”, cada vez que uma liderança petista rezou com Silas Malafaia, cada vez que Lula pediu voto para um prócer peemedebista, um tijolo no *impeachment* de Dilma foi empilhado. Da negativa em nomear ministros de esquerda ou progressistas para o STF nasceu a condenação a Lula na justiça. Da capitulação do governo Dilma em levar adiante a Cartilha Contra a Homofobia nasceu o “Kit Gay”, usado nas redes de *WhatsApp* em 2018. Da acomodação com as cúpulas conservadoras das igrejas evangélicas nasceu a reação às pautas libertárias. Ao invés de disputar os trabalhadores evangélicos pela base, buscou-se o apoio por cima das suas lideranças que, fortalecidas, construíram a agenda que derrotou a esquerda nas periferias das grandes cidades em 2018.

AS DISPUTAS DE JUNHO

O ciclo de efervescência popular de junho de 2013 mostrou o aprofundamento da impaciência de parte da juventude urbana com a insuficiência dos serviços públicos. O movimento que começou no mês de maio, reivindicando mais Estado, educação, saúde padrão FIFA, melhorias na mobilidade urbana e redução das passagens foi tratado pelo PT como orquestração inimiga. Fernando Haddad, pre-

feito de São Paulo, epicentro inicial das ebulições, concedeu entrevista em 19 de junho daquele ano, depois de os protestos assumirem caráter nacional, negando o atendimento das reivindicações. Ao invés de atuar como bombeiro, Haddad aumentou a tensão política, levando os enfrentamentos a um impasse. Foi o toque de reunir para a direita buscar se apossar das mobilizações.

Pautas estranhas ao movimento foram impostas por ação da mídia, como a rejeição à PEC 37. O discurso antipartido e antipolítica, espalhou-se e, quando finalmente as mobilizações murcharam, tivemos como saldo a constatação de que a extrema direita ganhara o gosto pelas ruas.

As mobilizações de 2013 não representaram, por óbvio, uma orquestração da direita, como setores do petismo sustentam, para ocultar os erros. Também não foram um avanço dos movimentos de massas hegemonzado pela esquerda, como poderia ter sido, se a principal força tida socialmente como de esquerda, o PT, não tivesse reagido tão mal.

A resposta do governo federal foi muito aquém do necessário. Em reunião com representantes dos manifestantes, Dilma apresentou cinco metas de melhorias dos serviços públicos em transportes, saúde, transparência e educação, mas colocou a “responsabilidade fiscal” e o controle de gastos como objetivo geral do governo, ou seja, a continuidade do ajuste fiscal, iniciado em 2011. Diante da ebulição social, a mandatária olhou primeiro para as planilhas. Segundo o Datafolha, 57% dos brasileiros consideravam sua gestão boa ou ótima no início de junho. No final do mês, o índice desabou para 30%.

DILMA II, O DESASTRE

A presidenta se reelegeu em 2014 com apertada margem: 51,64% **contra** 48,36% de Aécio Neves, mas a vitória eleitoral logo se transformou em profunda derrota política diante da capitulação do governo à pressão do capital financeiro. Para surpresa do eleitorado, Dilma deu um giro de 180 graus e adotou um programa recessivo, muito semelhante ao do opositor. O estelionato eleitoral que cometeu quebrou um pacto não escrito com o eleitorado. Ao longo da campanha, ela prometeu desenvolvimento, emprego, renda e manutenção de direitos. A

opção recessiva se materializou em forte tarifaço em janeiro de 2015. Sucessivos aumentos da taxa Selic e um programa de cortes que alcançou R\$ 100 bilhões, fez a gestão petista abrir caminho para o avanço da direita, praticando um verdadeiro e inexplicável haraquiri político.

A ação de Eduardo Cunha (PMDB), presidente da Câmara, boicotando o governo e aprofundando a crise era um movimento esperado; não o perceber e tentar sair do beco político concedendo às elites a adoção do programa econômico fez com que o PT perdesse o apoio da base social.

O governo Dilma seguia a cartilha lulista: tentava conciliar interesses de classe a frio, sem disputa. Em fases de crescimento e alta popularidade, era tolerado pela burguesia, mas nunca acolhido por ela. As alianças ao centro - construídas com base no compartilhamento da gestão do Estado da forma tradicional, como se ao PT fosse concedido pela elite o privilégio do aparelhamento por ela exercido durante 500 anos - criaram uma ilusão de governabilidade e sustentabilidade do governo. Ao primeiro sintoma de fragilidade perante à base social, a aliança

se desmontou e a corrupção, sistêmica ao histórico modelo de gestão do Estado brasileiro e adotado pelo PT, passou a ser usada para desmoralizar Lula, Dilma e os seus respectivos governos.

Na avaliação geral, é preciso ressaltar que a extrema direita encontrou terreno fértil para vicejar e cresceu em situações de desesperança, desalento e aversão à política, como a história mostra.

Lembremos que o movimento Cansei, lançado em 2006 por João Dória, Hebe Camargo, Luís D’Urso (ex-presidente da OAB-SP) e outros, reunia espectro político semelhante ao da extrema direita atual, mas não conseguiu juntar mais do que duas dezenas de pessoas em atos públicos. Mesmo assim Jair Bolsonaro jamais – em seus 28 anos de atuação parlamentar – passou de um folclórico deputado do baixo-clero.

O terreno de lá para cá se alterou profundamente. Vale ressaltar que após a penúltima eleição presidencial, em dezembro de 2014, o desemprego era de 4%, praticamente um indicador de pleno emprego. Em março de 2016, segundo o IBGE, a taxa triplicou, chegando a 11%. Entre 2015 e 2016, o PIB caiu 7,2%, pior resultado desde 1900. A sensação de insegurança e descrédito com a política se disseminou pela base da sociedade.

O EMPODERAMENTO DO JUDICIÁRIO

O balanço dos erros estratégicos não se resume ao PT. Toda a esquerda - PSOL incluído - capitulou frequentemente as ações de desqualificação da política e dos poderes eleitos e apoiou o empoderamento do judiciário. A agenda de esvaziamento da política vem de longe. Começou com a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) - que retirou poderes aos governantes -, passou pela independência do Banco Central - que retirou importante instrumento de governo das mãos da Presidência da República - e chegou à famigerada Lei da Ficha Limpa (2010), apoiada por todas as bancadas da esquerda e que colocou sob tutela do judiciário a definição de quem é elegível ou não. O mais conservador dos três poderes da República, o único não eleito e composto pela meritocracia tal como a conhecemos por esses trópicos, exorbitou suas funções nos últimos anos, comprometendo as liberdades democráticas. A isso se

Lula conseguiu a proeza de elevar o padrão de vida dos mais pobres sem tocar em interesse das classes dominantes. Por força da prosperidade contingencial, abriu mão de usar o capital político para realizar reformas estruturais no país



soma uma onda reacionária no terreno dos costumes, reforçando preconceitos sobre sexualidade e convivência familiar que logo se transformaram em campanhas para calar vozes críticas, como o movimento Escola Sem Partido.

O GOVERNO TEMER E O “SISTEMA”

Consumado o golpe parlamentar de 2016 o governo Temer aprofundou as medidas econômicas recessivas e de desmonte do Estado, prolongando a crise. O aumento exponencial do desemprego e a perda de renda mergulharam de volta na pobreza setores que nos anos anteriores tinham experimentado algum nível de ascensão social. A rápida desmoralização do governo golpista, composto pelo rebotalho do sistema político, levou a duas tentativas congressuais de derrubar Michel Temer. Isso espria na sociedade um forte sentimento de mudança. O judiciário, em ação concertada com o grande capital, retirou Lula da disputa e o condenou num processo totalmente desprovido de provas.

Das lideranças egressas do que era socialmente percebido como o “sistema político”, Lula era o único que preservava a base de massa para ser um candidato competitivo.

AS ELEIÇÕES DE 2018

O processo eleitoral de 2018 foi peculiar. Lula, o favorito nas pesquisas, conseguiu segurar a campanha eleitoral até meados de setembro, numa tática de alto risco buscando manter sua candidatura ao limite do possível. Só com a derrota do último recurso jurídico, no início de setembro, o ex-presidente lançou a postulação de Fernando Haddad. Com pouco tempo de campanha pela frente, a principal força do campo progressista precisou concentrar seus esforços na transferência de votos para Haddad. Embora bem-sucedido nesse objetivo, o preço pago pela opção de manter o protagonismo com o ex-presidente foi que o candidato da extrema direita não foi combatido no primeiro turno.

A maior proeza de Jair Bolsonaro não foi ter vencido as eleições, mas ter imposto sua agenda à disputa.

Há uma pergunta essencial a ser respondida: por que - num país de 14 milhões de desempregados, com uma recessão sem sinais claros de reversão, em

**Cada vez que
Lula chamou
Sarney de
“companheiro”,
cada vez que
uma liderança
petista rezou com
Silas Malafaia,
cada vez que
Lula pediu voto
para um prócer
peemedebista,
um tijolo no
impeachment
de Dilma foi
empilhado. Da
negativa em
nomear ministros
de esquerda ou
progressistas
para o STF nasceu
a condenação a
Lula na justiça.
Da capitulação do
governo Dilma
em levar adiante
a Cartilha Contra
a Homofobia
nasceu o “Kit
Gay”, usado
nas redes de
WhatsApp em
2018**

processo acelerado de desindustrialização e com serviços públicos rumando para o colapso - a agenda eleitoral se voltou para uma pauta claramente moralista e despolitizada?

E mais: como alguém considerado pela direção do PT como o adversário ideal a ser batido no segundo turno teve esse poder de agenda ao longo dos últimos meses?

Talvez a chave da resposta esteja em como o próprio PT decidiu encarar o enfrentamento nas urnas. A principal candidatura não priorizou a luta política aberta. Condenado e encarcerado, Lula resolveu concretizar uma ideia de duvidoso efeito prático. A vertente traçada foi a de delegar tacitamente a direção de campanha aos advogados dele, que impetraram ações em cima de ações, numa comovente confiança no sistema jurídico brasileiro.

O caminho não foi o de questionar o governo Temer e os representantes ocultos na disputa presidencial, mas o de mostrar Lula como vítima injusta de um processo fraudulento.

O PLEBISCITO SOBRE LULA

A condição é verdadeira, mas fazer da situação do ex-presidente o centro da jornada eleitoral, ao invés dos problemas concretos vividos pela maioria dos brasileiros, foi erro sério. Em lugar de um julgamento de Temer e das reformas regressivas, Lula transformou o pleito em um plebiscito sobre si.

A direção petista, percebendo a insuficiência dessa opção, agregou outra: a saudade dos bons tempos, quando o Brasil crescia e os salários também. O país era respeitado no mundo e o futuro parecia radioso. Parte disso é verdade.

Saudade é um sentimento seletivo, como se sabe. Tende a ser unidimensional. Escolhemos o que lembrar e escolhemos o que esquecer. Diferentemente de olhar com criticidade o passado para entender o presente - a base do estudo da História - a saudade tem os dois pés no idealismo.

Assim, os pilares da campanha petista até o final do primeiro turno tinha na vitimização e na idealização do passado suas linhas mestras. Ou seja, em sentimentos fora da política e do confronto.

Uma terceira linha de conduta foi agregada a essas vertentes. Se o centro de tudo seria Lula, faltava uma peça no quebra-cabeças. O raciocínio se tornaria redon-

MÉDIA NINJA



**Dilma se reelegeu
em 2014 com
apertada
margem: 51,64%
contra 48,36%
de Aécio Neves,
mas a vitória
eleitoral logo se
transformou em
profunda derrota
política diante
da capitulação
do governo à
pressão do capital
financeiro. Para
surpresa do
eleitorado, Dilma
deu um giro
de 180 graus e
adotou programa
recessivo, muito
semelhante ao do
opositor**

do com o mantra “Haddad no governo, Lula no poder”, um mal ajambrado *slogan* retirado da campanha de Héctor Cámpora (“Cámpora no governo, Perón no poder”) à presidência da Argentina, em 1973.

Esse era o complemento para sustentar o nome de Lula como candidato até à undécima hora, transformando Fernando Haddad em mero biombo dele. Além de desqualificar o real candidato petista, a formulação o deixou na sombra até depois de iniciada a campanha.

Haddad não participou de debates, sabinas e entrevistas até o final de setembro. Isso dificultou muito a fixação do nome dele e a politização da campanha.

Traçados esses vetores, uma resultante sobressai: o PT optou por despolitizar a campanha na primeira volta, deixando uma avenida aberta para que algum aventureiro aparecesse.

ANTIPETISMO E DESENCANTO

Quando Jair Bolsonaro sofreu o atentado, em 6 de setembro, a campanha mudou de rumo. Hospitalizado e com risco de morte, ele também se tornou vítima. Lula, por sua vez, perdeu a primazia dessa condição. Assim, o ex-capitão conseguiu, enfim, emplacar a agenda como central. Sem política, valendo-se de medos e preconceitos arraigados na população, Bolsonaro adicionou mais um ingrediente - o antipetismo, este evi-

denciado de novo tipo. Trata-se de uma repulsa popular, de viés conservador, ao partido. Ela se diferencia de uma reação de grande apelo à classe média, que via na ascensão dos pobres um problema a ser vencido.

O novo antipetismo sensibilizou os órfãos do próprio PT, as vítimas da recessão patrocinadas por Dilma e Joaquim Levy eram os que aceleradamente perderam empregos, oportunidades e enfrentaram uma situação econômica que se degradava rapidamente. Os que confiaram no discurso desenvolvimentista da candidata petista, frustraram-se com a mudança de rota não combinada. Esses formaram a massa de dezenas de milhões que entraram em desespero e caíram na conversa fácil da propaganda fascista e das respostas simples para problemas complexos.

Claro, houve Ciro Gomes e sua vergonhosa omissão na luta, desrespeitando até mesmo os apoiadores e correligionários. Houve também o uso criminoso do WhatsApp, que pediu exame mais detalhado, mas foi necessário fixar o foco na política. A campanha subterrânea do bolsonarismo, com a profusão de notícias falsas, encontrou terreno fertilizado também em uma intensa disputa ideológica antiesquerdista realizada desde 2013. Seria um erro grave apontar as *fake news* de forma isolada como responsáveis pela vitória da extrema direita. Esse é um



MIDIANINHA

Repressão à manifestação
contra o golpe, Brasília, 2016



A subestimação do perigo do “inverno siberiano”

recurso velho, usado pelo menos desde Goebbels nas campanhas do partido nazista. A novidade brasileira é que se montou um verdadeiro laboratório de como devem ser as disputas eleitorais daqui por diante: despolitização, mentiras, mensagens personalizadas e direcionadas e repetição constante em cenário social de crise.

Bolsonaro fez essencialmente uma campanha antissistema. Foi, talvez, quem melhor entendeu as resultantes de 2013: a repulsa a “tudo isso que está aí”, a denúncia da corrupção, do Estado e dos partidos e a adesão a soluções mágicas, extrapóliticas e autoritárias.

A RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE BOLSONARO

A vitória de Bolsonaro é a vitória da antipolítica e da pregação rasa antissistêmica. Em campanha, o candidato da extrema direita encontrou um terreno de desesperança e desencanto, motivado em grande parte pela opção recessiva do governo petista de 2015/2016. A essas características, a pregação fascista valeu-se do medo, da violência e da disseminação de notícias falsas e do poder de impor a agenda dele à sociedade.

A campanha deixou, porém, ativos à esquerda. Os 47 milhões de votos em Haddad mostraram que há base social para

**O balanço dos
erros estratégicos
não se resume
ao PT. Toda
a esquerda -
PSOL incluído
- capitulou
frequentemente
as ações de
desqualificação
da política e dos
poderes eleitos
e apoiou o
empoderamento
do judiciário**

resistir. O movimento #elenão impulsionado por mulheres no país todo e a semana final do *viravoto*, mostraram que há militância organizada e organizável para travar a disputa. Esse será um enfrentamento de médio a longo prazo, centrado na afirmação de valores e na confrontação ideológica. Não é hora de recolher bandeiras. Mulheres não voltarão à cozinha, *gays* não voltarão ao armário, negros não voltarão à senzala e trabalhadores não abrirão mão dos direitos sociais.

O caminho da resistência passou necessariamente pela formação de uma ampla frente democrática com os movimentos sociais, sindicatos, centrais e partidos progressistas em defesa de democracia e dos direitos sociais. Passou, também, pelo fortalecimento de um polo à esquerda com as forças que se organizaram em torno da campanha de Boulos, PSOL, PCB, APIB, MTST e outros para disputar os rumos da resistência.



José Luís Fevereiro
é economista e
membro do Diretório
Nacional do PSOL



Gilberto Maringoni é
professor de Relações
Internacionais da UFABC

Nunca é tão fácil perder-se como quando se julga conhecer o caminho.

O segredo para se andar sobre as águas é saber onde estão as pedras.

**Um momento de paciência pode evitar um grande desastre,
um momento de impaciência pode arruinar toda uma vida.**

Sabedoria popular chinesa

Valerio Arcary

A análise do breve processo eleitoral de 2018 não é suficiente como exercício de explicação da vitória de Bolsonaro. Porque se a luta eleitoral foi um momento fundamental, a compreensão do significado da derrota política mais séria que a esquerda brasileira sofreu desde o fim da ditadura militar remete, necessariamente, a uma interpretação da situação aberta desde 2015/2016.

UMA SEQUÊNCIA ININTERRUPTA DE DERROTAS

Sem a percepção da dinâmica regressiva dos últimos três anos é impossível compreender a derrota eleitoral. Ela passa pela

decisão do governo Dilma Rousseff de se render à pressão da “Avenida Paulista”, e nomear Joaquim Levy para a realização do choque fiscal que mergulhou o país em recessão.

Essa derrota se radicalizou com a decisão de uma fração da classe dominante, no início, minoritária, de convocar a classe média às ruas, em março de 2015, denunciando as eleições, apoiada na operação Lava Jato, e se aprofundou com as sequelas da crise econômica-social mais grave das últimas décadas: quatro anos de estagnação crônica que deixaram a classe trabalhadora perplexa, na defensiva e frustrada, mas, em alguma medida, também, rompida com o governo do PT. Tudo deu um salto de qualidade a partir de março/abril de 2016, quando mais de quatro

milhões de “amarelinhos” foram às ruas para derrubar Dilma Rousseff. Na sequência vieram a votação do *impeachment*, a posse de Temer, o início das contrarreformas, a condenação, prisão e impedimento da candidatura de Lula. Uma sequência ininterrupta de derrotas.

A DERROTA ELEITORAL FOI OU NÃO UMA DERROTA HISTÓRICA?

Não podemos, hoje, dizer se a eleição de Bolsonaro culmina essa dinâmica regressiva com uma derrota histórica. Dentro de alguns meses, dependendo, sobretudo, da capacidade de resistência popular, poderemos ter uma perspectiva mais clara, mas não restam dúvidas que estamos em situação reacionária.

A saída de Temer e a posse de Bolsonaro não deverão ser somente uma mudança de governo. O regime político de dominação já veio se transformando após o *impeachment* de Dilma Rousseff. O equilíbrio de poder entre as instituições do Estado, que assumiu a forma do semipresidencialismo, desde 1988, foi parcialmente desfigurado ao longo dos últimos dois anos.

O golpe parlamentar abriu o caminho para o fortalecimento dos poderes não eleitos, Judiciário e aparelhos repressivos do Estado (Forças Armadas e Polícias), e isso será reforçado. Cresceram as tendências ao bonapartismo, ou seja, à concentração de poder, que diminuem o lugar dos contrapesos que são próprios de um regime político democrático-eleitoral.

Uma derrota histórica acontece somente quando uma geração inteira desmoraliza e perde a confiança em suas forças. Significa que uma relação social de forças contrarrevolucionária se consolida, indefinidamente. Uma derrota nessas proporções é da máxima gravidade. Em 1964, foi necessário um intervalo histórico de quinze anos para que amadurecesse um processo de acumulação de forças, e uma nova geração se colocasse em movimento. Não parece que seja assim, agora.

O que vimos nas ruas, em escala nacional, no #elenão do dia 29 setembro, e nos últimos dez dias anteriores ao segundo turno, sugere que essa não é, por enquanto, a situação brasileira. Mas essa hipótese pode ser autoengano. Não podemos descartar que essas mobilizações tenham sido, na contracorrente, a expressão de um setor mais avançado das massas se radicalizando à esquerda, porém descoladas de dinâmica social mais profunda. Sejamos pacientes. Bolsonaro ganhou nas urnas, mas terá que medir forças nas ruas. As lutas decisivas parecem estar na nossa frente.

AS DETERMINAÇÕES DA DERROTA ELEITORAL SE ENCONTRAM NA LUTA DE CLASSES

Enfim, perdemos a eleição por quê? Um bom critério é calçar as “sandálias da humildade”. Esse tema será investigado nos próximos anos e, como todo problema complexo, tem muitas determinações.

A avalanche culminou uma dinâmica social mais profunda que as oscilações da luta política durante a campanha elei-

Sem a percepção da dinâmica regressiva dos últimos três anos é impossível compreender a derrota eleitoral. Ela passa pela decisão de Dilma de se render à pressão da “Avenida Paulista” e nomear Joaquim Levy para realizar o choque fiscal que mergulhou o país em recessão. Ela se radicalizou com a decisão de uma fração da classe dominante de convocar a classe média às ruas, apoiada na operação Lava Jato

toral. As três variáveis mais importantes foram: (a) um processo de passagem da maioria da burguesia do apoio crítico aos governos do PT, entre 2003 e 2013, à oposição moderada, entre 2013 e dezembro de 2015, até à oposição frontal e o *impeachment* de Dilma Rousseff; (b) a derrota da onda de mobilizações multitudinárias, só comparáveis pela massividade com as Diretas, em 1984, que explodiu, essencialmente, espontânea e acéfala; (c) o que nos remete ao deslocamento radical da classe média à oposição aos governos do PT, mas, também, de setores massivos da classe trabalhadora, no Sudeste e Sul.

Esse giro político-social começou com o mensalão, passou pela degradação da situação econômico-social depois da crise de 2008/2009, deu um salto a partir de 2013, quando grupos fascistoides se atreveram a sair às ruas e, agravou-se, qualitativamente, com a Lava Jato, a partir de novembro de 2014.

Os fatores determinantes parecem ter sido quatro: (a) a estagnação com viés de queda da renda dos setores médios, com o impacto da inflação dos serviços, e o aumento dos impostos; (b) a percepção de que a vida piorava porque os governos são corruptos, muito especialmente, os do PT, porque líderes dos trabalhadores no poder “se lambuzam”; (c) o aumento da violência urbana, das taxas de homicídio e o fortalecimento do crime organizado; (d) a reação de um setor mais retrógrado da sociedade, mais racista, misógino e homofóbico, ao impacto da transição urbana, geracional e cultural da sociedade.

A permanência da crise econômica e social, mesmo depois de dois anos de governo Temer, no contexto de uma relação social de forças desfavorável, portanto, defensiva, favoreceu Bolsonaro. Mas não basta considerar essas referências gerais para pensar as eleições. Elas ainda estão em um nível de abstração muito alto.

A REJEIÇÃO ANTIPETISTA FOI UMA EXPRESSÃO REACIONÁRIA

É preciso evitar o erro metodológico da inversão de perspectiva. Não é nunca o futuro que explica o passado, mas o contrário. O que passou é que determinou o desfecho. Toda luta político-social, assim como as eleitorais, são processos em disputa e o desenlace da luta não explica esse processo. Esse erro é uma ilusão de ótica.

MÉDIA NINJA



O método anacrônico se chama finalismo. Fatalismo não é análise séria. São as condições concretas da luta travada que explicam por que os vencedores prevaleceram.

A vitória de Bolsonaro não demonstra que ele era imbatível. As eleições estavam em disputa. O resultado ratificou, todavia, que ele era o favorito, mas não foi percebido assim. Não foi entendido assim pela fração paulista da burguesia que confiou que Alckmin poderia se credenciar com o candidato do “centro” contra os dois “extremismos”.

Não foi, tampouco, identificado pelo PT como o inimigo mais perigoso. Hoje, é incontroverso que o perigo do “inverno siberiano” foi subestimado, porque se confirmou que a imensa hostilidade ao que representou o governo Temer não se transformou em repulsa a Bolsonaro. Também se confirmou que a rejeição ao neofascista era menor que a rejeição ao PT, depois de treze anos e meio no governo.

Uma boa hipótese de trabalho é começar admitindo que perdemos, em primeiro lugar, em função do sentimento antipetista. Diante desse problema há duas respostas na esquerda. Deve ou não ser caracterizado como reacionário o antipetismo? A resposta inescapável é que não foi, infelizmente, progressiva a ruptura de setores da classe trabalhadora com o PT. Na verdade foi reacionária, foi também complexa e

A saída de Temer e a posse de Bolsonaro não deverá ser somente uma mudança de governo. O regime político de dominação já veio se transformando após o impeachment de Dilma Rousseff

contraditória, como sempre ocorre na luta de classes.

Seria miopia não compreender, por exemplo, que em parcelas da juventude urbana assalariada com escolaridade mais elevada, mas inserção precária no mercado de trabalho, despertada para a luta política em junho de 2013, ocorreram deslocamentos pela esquerda que favoreceram o PSOL.

No entanto, o que prevaleceu nos últimos cinco anos foi o deslocamento à direita. Foi a classe média enfurecida e mobilizada nas ruas pela histeria dos discursos da extrema direita que arrastou, eleitoralmente, sobretudo no Sudeste e no Sul, a votação de parcelas confusas da classe trabalhadora.

O PT caiu porque a classe dominante não tolerava mais um governo de colaboração de classes, depois da demissão de Joaquim Levy, em fins de 2015. Se o PT tivesse radicalizado à esquerda, a burguesia teria girado para a oposição mais cedo. Os métodos não teriam sido somente reacionários, teriam sido contrarrevolucionários. Claro que os governos do PT deveriam ter avançado com medidas mais duras contra o capital. Se o tivesse feito, no calor das mobilizações de junho de 2013, teria preservado e ampliado o apoio na classe trabalhadora e entre os oprimidos. A luta teria sido feroz, mas as condições de vitória teriam sido muito melhores.

SEIS HIPÓTESES

CONTRAFACTUAIS POLÊMICAS

Contrafactuais são úteis, mas pensamento mágico é perigoso. O passado deve ser compreendido como um campo de possibilidades. Um campo de possibilidades significa que, embora tenha se afirmado, finalmente, uma sequência de acontecimentos, a luta político-social poderia ter tido outros desenlaces. Dizer que outros desfechos eram plausíveis não autoriza alguém a concluir que qualquer resultado seria possível. Contrafactuais são hipóteses lógicas que, além de coerentes, devem estar solidamente, fundamentadas na realidade. Pensamento mágico, ao contrário, é expressão de desejo. A forma mais comum de pensamento mágico são as teorias de conspiração, que anulam da história a operação do aleatório, do acidental, do acaso.

Seis contrafactuais foram muito discutidos na esquerda e merecem a nossa atenção. São contrafactuais políticos, mas, não necessariamente, politicistas que é o erro de fantasiar que o discurso político é suficiente para transformar uma situação desfavorável em favorável. Essa mágica impossível. A experiência e a força dos acontecimentos são mais poderosas que a força das palavras.

Mas as ideias, as iniciativas, as táticas políticas contam: (a) Temer poderia ter sido derrubado em 2017 e as eleições presidenciais antecipadas? (b) Lula poderia vencer as eleições, se não tivesse sido preso? (c) se o PT tivesse apoiado Ciro Gomes desde o primeiro turno, Bolsonaro poderia ter sido derrotado? (d) Bolsonaro teria vencido o primeiro turno, se não tivesse sido vítima do atentado da facada? (e) foram as manifestações do #elenão que explicam o alinhamento dos evangélicos a Bolsonaro nas últimas duas semanas? (f) se o PT tivesse combatido Bolsonaro como inimigo principal desde o primeiro turno, era possível ter evitado a derrota?

A LUTA PARA RETIRAR TEMER

O maior erro do PT foi ter perdido a oportunidade de tentar levar a luta contra Temer até o fim, em maio de 2017, depois da greve geral, quando explodiu o escândalo da denúncia da JBS e apareceram as gravações na garagem do Palácio do Jaburu. A direção do PT não teve a firmeza de lutar pelo *impeachment* de Temer, porque temia



Ato contra a Reforma da Previdência, Avenida Paulista, março de 2017

RICARDO STUCKERT

ser acusado de fazer contra o MDB, o que o MDB fez contra Dilma Rousseff. Teve medo de ser denunciado como golpista. Respeitou as instituições do regime semipresidencialista que foram usadas para deslocá-lo do poder. Confiou, excessivamente, na possibilidade de Lula poder concorrer. Subestimou a ofensiva reacionária iniciada em março de 2015. Não acreditou que a maioria da burguesia iria até o golpe, e eles foram. Não acreditou que o golpe iria vencer, e eles venceram. Não acreditou que Lula seria condenado na segunda instância, e ele foi. Não acreditou que seria impedido de concorrer, e ele foi. A oportunidade foi perdida, mas não é claro, muito menos incontroverso, que seria possível derrubar Temer, mesmo se Lula e o PT tivessem se lançado às ruas.

Nunca saberemos se Lula fosse candidato, poderia ou não ter vencido, mas é razoável concluir que a disputa era possível. Em todas as pesquisas realizadas, Lula pontuava o dobro de Bolsonaro, e era favorito. O mesmo não se pode afirmar em relação a Ciro Gomes, caso tivesse

sido candidato com o apoio do PT. A suposição de que a rejeição ao PT não atingiria Ciro Gomes é uma conjectura ou cálculo sem solidez. Não é exagero afirmar que o atentado da facada em 6 de setembro foi o fato decisivo das eleições, pois a luta entre Bolsonaro e Alckmin ainda estava por ocorrer. Mas não se pode concluir que foi a chave da vitória, embora tenha favorecido muito.

Não se pode dizer que tenha ocorrido correlação direta entre as manifestações convocadas pelo movimento de mulheres, e a capacidade de transferência de votos das Igrejas evangélicas a Bolsonaro. Tampouco é razoável explicar a diferença de 10% de votos válidos pelo atraso da campanha de Haddad em identificar Bolsonaro como o inimigo principal. Todos esses elementos, em perspectiva, parecem quantitativos, não qualitativos.

Infelizmente, a ameaça de um “inverno siberiano” está mais próxima. Sofremos uma derrota, e nossos inimigos estão mais fortes. Um governo de extrema direita com elementos neofascistas tomará posse em janeiro. Bolsonaro já disse ao que veio. Já declarou que pretende ilegalizar o MST e o MTST. Advertiu as direções do PT e PSOL e, pelo nome, avisou que o primeiro alvo será Guilherme Boulos. Isso merece ser levado a sério.

O governo terá o apoio das Forças Armadas e das Polícias. Ele já tem uma maioria no Congresso Nacional. Um governo autoritário ao serviço de um ajuste neoliberal monstruoso será imposto nos primeiros meses. Confiar que será detido pelo Ministério Público, TCU, STF, Congresso, ou pela pressão da mídia é pura ilusão. O STF sustentou, juridicamente, a ofensiva reacionária que abriu o caminho para Bolsonaro nas eleições. Tudo dependerá da capacidade de erguer a resistência na mobilização de massas.

A permanência da crise econômica e social, mesmo depois de dois anos de governo Temer, no contexto de uma relação social de forças adversas favoreceu Bolsonaro



Valerio Arcary é professor titular aposentado do IFSP; Doutor em história pela USP;

foi presidente nacional do PSTU entre 1993/98 e, desde 2016, é membro da Coordenação Nacional do MAIS/PSOL. É autor de *O martelo da história*, entre outros livros.



Para que passe na avenida um samba popular

Cid Benjamin

1. A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro significa muito mais do que uma mudança na conjuntura. Ainda que não se possa prever o que virá com a administração e nem afirmar que o governo de um fascista redundará necessariamente num regime fascista, o resultado da eleição encerra um ciclo histórico.

Poderíamos, em linhas gerais, situar um primeiro grande ciclo para as esquerdas e as classes trabalhadoras brasileiras aquele iniciado na Revolução de 30, hegemonizado pelo trabalhismo e pelo PCB. O Brasil deixa de ser um país rural e, sob a batuta de Getúlio Vargas, urbaniza-se. A indústria se consolida, a classe operária ganha corpo e direitos básicos dos trabalhadores são reconhecidos.

Esse ciclo trabalhismo-PCB é fechado com o golpe militar de 1964, ao interromper reformas que mudariam o perfil da sociedade. Depois de um período em que a resistência à ditadura foi sufocada por uma dura repressão, os anos 1980 apontam para a redemocratização do país, a reorganização do movimento dos trabalhadores e o início de um novo ciclo, hegemonizado pelo PT. O partido vai estar na Presidência durante 13 anos e governar importantes estados e municípios.

Esse ciclo se encerra agora com a vitória de Bolsonaro.

O ciclo democratizante iniciado nos anos 1980 se encerra com a vitória de Jair Bolsonaro. Os setores populares tiveram avanços localizados que estão sob ameaça. Não se pode subestimar a derrota sofrida para que a retomada democrática seja efetiva

2. A derrota eleitoral torna obrigatório o debate acerca de erros e acertos. Beira o ridículo a afirmação de que “não é hora de fazer críticas”, sob o argumento de que estas fortaleceriam os adversários. É o mesmo discurso esgrimido desde o primeiro governo Lula, quando este abdicou da condução da política econômica e “chamou o Meirelles”.

É inegável que os governos do PT trouxeram melhorias para os mais pobres. Ainda que não se possa falar em democratização da distribuição de renda, porque os ganhos do andar de cima também aumentaram, programas sociais e aumento do salário-mínimo melhoraram a situação dos pobres. Mas, não foram feitas reformas estruturais e houve momentos em que havia ampla margem de manobra para tal. Assim, as mudanças nem se consolidaram, nem foram adiante.

Nas palavras do insuspeito e honesto André Singer, o PT desenvolveu “um pacto conservador de alta intensidade, compensado por um reformismo fraco”. É uma boa definição.

Mas, o que fez o PT nos 13 anos em que governou o país para mudar a cabeça das pessoas? Não teria sido importante enfrentar o monopólio na mídia eletrônica, tratando de democratizá-la e buscando canais próprios para politizar a sociedade? Não teria sido correto realizar reformas estruturais (a tributária, a política, a agrária, a urbana e outras), mobilizando os trabalha-

dores e buscando a sustentação do governo a partir daí?

A aposta foi outra: evitar conflitos com as classes dominantes. Lula chegou a afirmar que, em seus governos, os bancos tiveram os maiores lucros da história. Assim, quando Dilma Rousseff sofreu o *impeachment*, ela não teve apoio na sociedade. Afinal, quem se mobilizaria para sustentar um governo que enfrentou a crise trazendo mais recessão e desemprego e dando o comando da economia a Joaquim Levy, indicado por um grande banco? Levy é hoje destaque na equipe de Bolsonaro? As lembranças de benesses passadas já não bastavam.

É preciso que essa lição seja aprendida por quem queira mudar o país.

3. Há outra questão: a corrupção. A sensação de que o PT, como partido, e muitos dos dirigentes estavam envolvidos na corrupção é generalizada na sociedade. Isso não corresponde à realidade? O fato é que o tema serviu para a demonização do partido e jogou no lixo um patrimônio histórico das esquerdas.

É fato que a corrupção no país não começou com o PT e que há, de parte da mídia e do Judiciário, um rigor maior ao tratar os casos envolvendo o partido. Mas, e daí? Dizer que a corrupção vem de longe e que o PT não era o partido mais corrupto do país - linha de defesa de muitos petistas - chega a ser ridículo.

Há perseguição ao PT e aos petistas? Sim. É necessária a solidariedade a Lula, vítima da uma condenação injusta? Sim. Mas alguém nega que houve corrupção do PT e de petistas de alto escalão?

É forçoso reconhecer que essa questão ajudou a ganhar a hegemonia no debate político e ideológico no conjunto da sociedade. Essa hegemonia se refletiu nas ruas por ocasião do *impeachment*. Só por isso, aliás, as chamadas *fake news* tiveram tanto efeito, apesar de algumas serem inverossímeis, de tão primárias.

Não se pode ser socialista se não se é republicano. E ser republicano implica ser absolutamente correto com a chamada coisa pública.

A afirmação acima não significa a apologia do legalismo. A história mostra que muitos direitos democráticos foram conquistados forçando-se a ampliação da legalidade vigente e até desrespeitando-a. Assim, foi com o direito de greve e a liberdade de organização, na ditadura. Ou com

O que fez o PT nos 13 anos em que governou o país para mudar a cabeça das pessoas? Não teria sido importante enfrentar o monopólio na mídia eletrônica, tratando de democratizá-la e buscando canais próprios para politizar a sociedade?

ocupações nas lutas pela reforma agrária ou pela reforma urbana no momento posterior. E não nos esqueçamos de que, ao longo da história, aberrações foram respaldadas em leis, como a escravidão no Brasil ou o na África do Sul. Muitas vezes a luta contra essas iniquidades atropelaram a legalidade vigente, mas serviram para alargar ou conquistar direitos democráticos. Eram atos que, mesmo não sendo legais, eram legítimos e, por isso, podiam ser defendidos abertamente.

Foi o caso, também, de ações armadas no tempo da ditadura no Brasil. Elas podem e devem ser criticadas do ponto de vista político, por se inserirem numa estratégia equivocada, mas nunca por não terem tido legitimidade.

Será que acontece o mesmo com atos de corrupção, mesmo que alguns tentem justificá-los porque supostamente nutririam

os cofres de um partido que lutava pelo socialismo? E o que dizer dos casos de dirigentes partidários que enriqueceram, diretamente pela corrupção ou prestando “consultorias” (na verdade, fazendo *lobby*) para grandes empresas?

Nada disso é defensável diante da sociedade. E quem quer lutar pela hegemonia só deve fazer aquilo que pode defender abertamente. Esse quadro desaguou na eleição de Bolsonaro.

4. Não vale a pena nos determos na avaliação da eleição feita pelo PT. Não há um pingão de autocritica, o que já a compromete de antemão, mas o balanço do PSOL é também insatisfatório (<http://psol50.org.br/uma-campanha-vitoriosa-em-balanco-das-eleicoes-psol-reafirma-manutencao-da-alianca-com-movimentos-sociais/>). Destaca o crescimento da bancada federal, a superação da cláusula de barreira e o fato de ser a única bancada eleita com paridade de homens e mulheres. O título da resolução é ilustrativo: “Uma campanha vitoriosa”. Ora, os elementos centrais a destacar deveriam ser outros: a profunda derrota das esquerdas e das forças democráticas, o novo quadro e o significado nefasto da vitória de Bolsonaro.

Não é razoável a justificativa de que para “levantar o moral da tropa” seria preciso destacar os pontos positivos na disputa eleitoral. Dirigentes responsáveis não agem assim. A verdade, por dura que seja, é sempre o melhor caminho. A eleição representou um duro golpe para as forças progressistas e, por isso, também para o PSOL e seus objetivos. Os aspectos positivos secundários são exatamente isso, secundários. Não poderiam dar a tônica da resolução.

Limitamo-nos a olhar para a nossa árvore, relativamente preservada (por enquanto), e não vimos o bosque - ameaçado de incêndio. Mas esse incêndio poderá nos queimar também. Não foi dada importância à gravidade da derrota e ao novo ciclo aberto por ela. Preferimos olhar para o próprio umbigo.

É precipitado afirmar que estejamos diante de uma situação como a da Alemanha dos anos 1930, mas mesmo com essa ressalva, vale perguntar: seria razoável que, em 1933, o PC alemão fizesse um balanço parecido ao nosso das eleições que deram maioria relativa ao Partido Nazista e abriram o caminho para Hitler se tornar primeiro-ministro? Embora os comunistas tivessem tido uma pequena queda naque-

le ano, os resultados eleitorais desde 1928 apresentavam um crescimento de 10% a cada pleito. Era o caso de enfatizar isso no balanço das eleições de 1933?

Como se vê, mesmo sem falsear números, pode-se fazer uma análise que engana a realidade.

5. Não há como prever o governo Bolsonaro. Ele pode desaguar numa ditadura aberta, no velho modelo dos regimes militares da América Latina, mas pode também não chegar a tal. Porém, é certo que vai aumentar a repressão aos movimentos populares, tentará pôr na cadeia seus líderes e, talvez, ilegalizar os partidos de esquerda. Para isso, com o Congresso que temos, pode até aprovar novas Leis. Mas, a rigor, não precisa. Já há um vasto arsenal com a legislação deixada por Dilma (no qual se destaca a Lei Antiterrorismo) e com os atuais Ministério Público e Judiciário (em boa parte, no caso dos altos escalões, heranças do PT, pois em suas nomeações também se manifestou a ilusão de apaziguar a direita dando poder a direitistas).

De qualquer forma, haverá resistência caso Bolsonaro tente implantar uma ditadura. Mesmo com Trump no governo dos Estados Unidos, os tempos não são mais os da Guerra Fria. E o Brasil é um país grande e complexo; não é uma republiqueta. Bem ou mal tem instituições. Desmoralizadas, mas existentes. Elas não gostarão de ver

Há perseguição ao PT e aos petistas? Sim. É necessária a solidariedade a Lula, vítima da uma condenação injusta? Sim. Mas alguém nega que houve corrupção do PT e de petistas de alto escalão?

diminuído o seu poder. Além disso, vai haver resistência popular. Esta, aliás, tem que ser o maior obstáculo aos planos dos que querem matar a democracia, caso se obtenha

êxito nesse esforço. E as esquerdas têm uma responsabilidade central na organização dessa resistência.

De nada adianta segmentos do partido dizerem que não tivemos responsabilidade com os erros do PT. A derrota afeta todo mundo.

O reconhecimento da correlação de forças é essencial na política, tanto quanto na guerra. O general chinês Sun Tzu (545 aC - 470 aC) há 2.500 anos escreveu *A arte da guerra*, até hoje um clássico. O livro ressalta a necessidade de conhecer as próprias forças e as forças do inimigo para, a partir daí, estabelecer uma estratégia.

Não faltam exemplos de sérias derrotas das esquerdas que tiveram na origem o fato de não se levar em conta a correlação de forças.

Em 1973, quando do golpe militar no Chile, o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) não se adaptou à nova realidade. Foi duramente golpeado e, em pouco tempo, teve seus principais quadros presos ou mortos.

Na Argentina, depois que em 1976 um golpe de estado derrubou Isabelita Perón e implantou uma feroz ditadura, parcela da esquerda festejou o golpe, considerando que os novos tempos mostrariam que o único caminho era a luta armada, que sairia fortalecida. Não se adaptou aos novos tempos e também foi dizimada.

REPRODUÇÃO



Manifestação no Rio de Janeiro, 1968

6. Evidentemente, mesmo num quadro desfavorável é preciso resistir, mas sempre levando em conta a realidade e adequando as formas de ação à situação. Na maior parte das vezes, o avanço da luta não depende do maior ou menor ativismo de dirigentes e militantes, ignorando as condições reais. Há momentos em que a roda da história se acelera. E outros em que ela vai mesmo mais devagar. É bom ter isso presente.

A hora é de organizar a resistência, adaptando formas de luta e ritmo de ações às condições vigentes. Nesse momento devem ser evitados atos próprios de uma ofensiva e que possam ser criminalizados ou reprimidos com muita violência. Os esforços devem se concentrar na mais ampla mobilização contra medidas concretas do novo governo.

7. O governo Bolsonaro terá quatro eixos centrais:

- a) O autoritarismo político, com estreitamento dos espaços democráticos e perseguição aos movimentos populares, aos partidos e aos líderes.
- b) O fundamentalismo religioso, que ajuda a dar ao bolsonarismo caráter de massas e um reacionarismo exacerbado na pauta de costumes.
- c) O ultraliberalismo, com ataques aos direitos dos trabalhadores e entreguismo.
- d) A submissão à política e aos interesses dos EUA na política externa.

Mas Bolsonaro terá, também, dificuldades. Seu ultraliberalismo vai se chocar com a sociedade, pois os problemas sociais

vão se agravar. As propostas dele são antipopulares e não passarão com facilidade no Congresso, por pior que seja a composição deste. Se o antipetismo, a pauta de costumes e a bandeira do combate à corrupção serviram na eleição, agora não são suficientes. À medida que começar a aplicar a política, o governo vai encontrar resistência. É papel da esquerda, em cada caso concreto, mobilizar os trabalhadores e o conjunto da sociedade para a oposição.

Bolsonaro já anunciou a reforma da Previdência como primeiro ponto. Eis um importante eixo para a mobilização de massas contra o governo Bolsonaro. Outros itens da pauta permitem também ampla mobilização da oposição. Além disso, há outras questões graves - como o desemprego - para as quais não vai dar solução. O governo terá, ainda, contradições internas.

Em primeiro lugar, como será visto o entreguismo por parcelas nacionalistas das Forças Armadas, que são minoritárias, mas existem?

Como se dará o combate à corrupção? Vai ser levado a sério ou será voltado só contra o PT e seus aliados? Se for para valer, a base parlamentar de Bolsonaro vai se esfalar rapidamente, pois ela reúne o esgoto da política brasileira.

8. No plano mais geral, para a resistência será preciso organizar uma ampla frente democrática, que incorpore partidos, entidades sindicais e populares e personalidades sem qualquer discriminação. É infantil a posição de veto ao PT. Ela só ajuda Bolsonaro.

Fazer aliança não significa estar subordinado ao aliado.

Até mesmo liberais que se oponham às políticas de Bolsonaro podem se integrar à frente. Caso concordem com parte do programa de governo, que se somem às lutas por essa parte. Uma grande amplitude só seria empecilho se os integrantes da aliança fossem obrigados a limitar a ação política ao que contasse com a concordância de todos. Não sendo assim, e se cada um mantiver a possibilidade de iniciativas próprias, a frente deve estar aberta a quem quiser chegar e até onde quiser chegar e não deve haver vetos.

Condicionar, também, a formação da frente a um prévio acordo entre as esquerdas significa, na prática, protelá-la.

Por fim, é bom ter claro que, se alguns nomes do Ministério de Bolsonaro parecem ter saído de um verdadeiro sanatório geral, amanhã vai ser outro dia e vai passar nessa avenida um samba popular, como disse Chico Buarque, em tempos recentes.

Vamos à luta. Com cabeça fria e coração quente.



Cid Benjamin é jornalista, participou da luta armada nos anos 1970, foi exilado

político e é autor de *Gracias a la vida - Memórias de um Militante* (José Olympio Editora, 2014).



JOSIA MARRUCCI/AP SYGMA/GETTY IMAGES

O ABC do novo fascismo e suas perspectivas

Bolsonaro não apresentou planos claros de governo e sequer participou de debates. Mas a trajetória e as forças políticas que congrega apontam na direção de uma gestão conservadora nos costumes, ultraliberal na economia e repressiva na política. A oposição tem como tarefa imediata a constituição de uma ampla e representativa frente democrática para se contrapor aos ataques da extrema direita



Luiz Arnaldo Campos

Uma hora após o anúncio da vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, no final de outubro, uma coluna de caminhões do Exército desfilou pelas ruas de Icarai, bairro nobre de Niterói, no Rio de Janeiro. Foi aplaudida por moradores e transeuntes. Uma imagem simbólica do que pretende ser a novíssima república brasileira.

A vitória do candidato do PSL foi o resultado inesperado de uma ação orquestrada pelo alto comando da burguesia brasileira que, depois do *impeachment* de Dilma Rousseff, aprofundou o golpe com a decretação da inelegibilidade de Lula, a prisão e a proibição de participar da campanha. A manobra que buscava simultaneamente

inviabilizar a candidatura petista e eleger um candidato confiável ao mercado e às grandes corporações - Alckmin, Meireles ou Amoedo - deu com os burros n'água.

No contexto de uma grave crise econômica política e cultural, a centro-direita derreteu e os extremos cresceram. Bolsonaro e Haddad passaram ao segundo turno, obrigando as classes dominantes a se unificarem em torno da candidatura *outsider* do ex-capitão do Exército. Até aí, parecia uma reprise do enfrentamento entre Lula e Collor três décadas atrás. As semelhanças não foram adiante.

Ao contrário do simples arrivismo do caçador de marajás alagoano, Bolsonaro representa uma proposta distinta de ordenamento político, social, cultural e

econômico do país. Um projeto de características fascistas, que pretende enterrar a Nova República e abrir um novo ciclo na política brasileira, hegemonizado pela extrema direita. Para quem está na outra margem do rio, entender como chegamos a isso e quais são as principais características dessa nova quimera direitista é simplesmente essencial.

A MARCHA RUMO A BRASÍLIA

Para entender o fenômeno Bolsonaro é preciso considerar a grave crise econômica e social do país. É algo indispensável, mas insuficiente. No bojo das manifestações de 2013, por meio de um operativo ainda pouco conhecido, organizações de ultradireita até então desconhecidas do grande

público, como o MBL e outras, assumiram a hegemonia dos protestos que começaram a veicular palavras de ordem, nas quais o fim da corrupção era articulado com pedidos de uma intervenção militar. O ambiente propício para soluções autoritárias foi depois cuidadosamente cevado pela campanha midiática da Operação Lava-Jato. O noticiário asfixiante, que tinha como primeiro alvo o PT, acabou por produzir a demonização de toda a atividade política, vista como inapelavelmente corrupta. Daí para o retorno dos *salvadores da pátria* foi apenas um passo.

As eleições de 2018 foram influenciadas por condições inéditas - como o tempo exíguo de campanha, o papel das redes sociais, a explosão das *fake news* e até mesmo a facada desferida contra Bolsonaro, que congelou ataques contra a candidatura e lhe permitiu uma máxima exposição, na privilegiada condição de vítima, nos principais noticiários de rádio e TV, mas, sem dúvida, o que surpreendeu o mundo foi a vitória de um candidato abertamente misógino, racista, homofóbico, defensor da ditadura militar e da tortura num país que fora governado durante 13 anos seguidos pelo PT.

Bolsonaro foi o postulante da antipolítica, aquele que era contra tudo que aí está. Essa pregação calou fundo numa população acossada pelo desemprego, pelos altos índices de criminalidade, pela piora das condições de vida e descrente dos partidos políticos tradicionais. Foi também o candidato que conseguiu tocar um imaginário conservador, construindo a imagem de defensor de um mundo ameaçado por negros sedentos de vingança, feministas histéricas, LGBTs descontrolados e indígenas gulosos por terra. E aí não pregou no vazio, mas no terreno semeado há anos pelas declarações da bancada ruralista, contra os movimentos dos trabalhadores rurais, dos povos indígenas e quilombolas, pelos noticiários da TV, sempre a associar a criminalidade crescente ao respeito aos Direitos Humanos, e pela pregação insistente das igrejas neopentecostais, para quem os direitos das populações LGBTs são simples artimanhas do demônio. Se não compreendermos esses elementos, não poderemos entender porque a onda de *fake news* teve tanta audiência. O ex-capitão lavrou no campo arado por uma crescente onda reacionária.

Bolsonaro construiu sua *persona* política a partir desses elementos e o fez com maes-

No bojo das manifestações de 2013, por meio de um operativo ainda pouco conhecido, organizações de ultradireita, até então desconhecidas do grande público, como o MBL e outras, assumiram a hegemonia dos protestos que começaram a veicular palavras de ordem, nas quais o fim da corrupção era articulado com pedidos de uma intervenção militar

tria. Ajudado pela equivocada campanha petista, conseguiu fazer o governo Temer passar ileso e transformou o PT no único responsável pelas mazelas sofridas pelo povo. Uma vez consolidado nessa posição transformou o antipetismo em anticomunismo: os inimigos passaram a ser não somente os “petralhas” mas todos os “vermelhos”. Os movimentos sociais foram transformados em terroristas. Cuba e Venezuela passaram a ser identificados como o inferno na Terra.

Os itens mais escatológicos dessa agenda, como a defesa da tortura e da ditadura militar, foram absorvidos como uma espécie de mal menor, um preço a ser pago em troca da ordem e da segurança, deixando a nu as terríveis consequências de sermos o único país da América do Sul que não ajustou contas publicamente com seus ditadores e torturadores. Sem nunca ter tido as entranhas aqui devassadas, as Forças Armadas conservaram um prestígio que as autorizaram a se apresentar como protagonistas no cenário político nacional.

A cereja do coquetel ideológico foi a invocação a Deus, presente no *slogan* “Brasil acima de todos e Deus acima de tudo”. O tripé afirmativo da campanha de Bolsonaro foi Deus, Pátria e Família, não por acaso o lema dos integralistas brasileiros da década de 1930.

De maneira geral, apareceram tipos distintos de votantes, em outubro. Os privilegiados, na maioria, votaram em Bolsonaro, como a única alternativa viável para o segundo turno. Um grupo menor de empresários com claras conotações fascistas, votou com ele desde o início. O ódio ao PT foi o *leitmotiv* da maioria dos seus eleitores. Tivemos também os fiéis das igrejas da teologia da prosperidade, sempre obedientes à indicação do pastor e também grupos de juventude da classe média, que compuseram bandas de inspiração nitidamente fascista voltados para a propaganda agressiva e a intimidação.

O problema para o Brasil é que o projeto bolsonariano é bem mais complexo do que uma simples negação de *tudo o que está aí*.

O ESTADO NOVO DE BOLSONARO

Numa entrevista publicada pela revista argentina *Ambito Financiero*, um militar brasileiro de alta patente, não identificado, revelou que o *projeto Bolsonaro* teve início em 2012 com a aproximação de um grupo de generais com o então, capitão, tido até

ali como insubordinado e refratário à hierarquia castrense. Segundo a entrevista, o novo projeto de poder está formulado em termos de uma democracia controlada, com protagonismo de patentes militares, tendo como elementos constitutivos a erradicação da esquerda, e o fim dos movimentos sociais.

De uma forma regressiva em relação à pauta nacionalista do governo militar de Ernesto Geisel (1974-79), os atuais generais de Bolsonaro defendem o alinhamento automático às posições do imperialismo norte-americano no cenário internacional, ao mesmo tempo em que postulam uma política econômica ultraprivatista, com a liquidação do restante das estatais brasileiras. No campo da política interna já tivemos a declaração do vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, partidário de uma nova Constituição escrita por ilustrados escolhidos a dedo pelo regime.

São apenas sinais, mas indicam que Bolsonaro pretende caminhar em direção a uma nova institucionalidade, baseada na restrição das liberdades políticas e individuais, na supressão de toda oposição, particularmente a de esquerda, na submissão dos poderes Legislativo e Judiciário ao Executivo, na implantação de um sistema educacional lastreado em valores extremamente retrógrados, na negação dos direitos civis aos grupos historicamente discriminados e no aumento da violência contra à popula-

As eleições de 2018 foram influenciadas por condições inéditas - como o tempo exíguo de campanha, o papel das redes sociais, a explosão das fake news e até mesmo a facada desferida contra Bolsonaro, que congelou ataques contra a candidatura

ção pobre. Com tudo isso almeja e trabalha para criar um regime que tenha ampla base popular, no qual ele desponte se não como o Führer, pelo menos como o Mito.

A indicação do juiz Sérgio Moro para o Ministério da Justiça sinaliza que a perseguição e o encarceramento de lideranças populares, sob as mais variadas justificativas, devem continuar. No terreno da política externa, seus acenos ao Estado de Israel fazem pouco caso das relações econômicas do Brasil com os países árabes. O episódio dos Mais Médicos deixou claro que pretende levar adiante seus desvarios ideológicos sem levar em consideração o sofrimento da população. É também digno de menção o apoio a proposta do novo governador do Rio de Janeiro de assassinar supostos criminosos por atiradores de elite ou por meio de drones.

Em suma, tudo parece indicar que o projeto de Bolsonaro visa instituir a médio prazo um Estado fascista - um novo Estado Novo - para o qual já existe o líder, o inimigo a ser extirpado, um ideário reacionário, e a definição da violência como a terapêutica fundamental no desvio de condutas sociais. Embora existam dúvidas se o PSL tem condições para se tornar um partido de corte fascista, Bolsonaro conta inicialmente para o apoio de rua com as bases coxinhas e as bandas facistoides. Como plano geral, há o suculento cardápio econômico oferecido aos donos do dinheiro, por meio de



ILUSTRAÇÃO DE THERESA MARDELET

A cereja do coquetel ideológico foi a invocação a Deus, presente no slogan “Brasil acima de todos e Deus acima de tudo”. O tripé afirmativo da campanha de Bolsonaro foi Deus, Pátria e Família, não por acaso o lema dos integralistas brasileiros da década de 1930

uma ampla política de privatizações. Todos se dão por satisfeitos com as juras de amor à Constituição feita pelo novo mandatário, muito embora não ignorem que Hitler também jurou a constituição de Weimar.

TENSÕES E RESISTÊNCIAS

O terreno nevrálgico da disputa nos novos tempos será a economia. Para navegar em céu de brigadeiro, Bolsonaro vai precisar de resultados rápidos, sobretudo, na redução do desemprego, principalmente, agora, em que uma pauta tão impopular como a reforma da Previdência será deixada no seu colo.

Enquanto o tão sonhado crescimento não vier, o novo presidente será obrigado a entregar “troféus” políticos - como as prisões de lideranças populares, de preferência acusados de crimes comuns que facilitam a desmoralização - e a manter

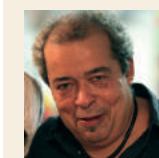
um constante tom de confronto, guerra e prontidão.

Por isso são plenamente possíveis uma escalada retórica contra a Venezuela e Cuba, ataques furibundos contra “privilégios” do funcionalismo público e tentativas de direcionar a pauta política para temas como a Escola Sem Partido, a liberação do uso de armas ou até mesmo drásticos cortes nas políticas de incentivos às atividades culturais.

A esquerda e o movimento popular terão múltiplas tarefas e inúmeros desafios. Em primeiro lugar, a construção de uma frente democrática que deve ser ampla na inclusão de partidos, centrais sindicais, movimentos sociais e ao mesmo tempo possuir a capilaridade necessária para se contrapor a tempo e a hora aos ataques descentralizados e disseminados desfechados por grupos fascistas

contra professores e intelectuais progressistas, ativistas de base, lideranças populares ou simples cidadãos transformados em alvo por serem negros, mulheres ou LGBTs.

É preciso não se esquecer de que o medo é um dos alimentos do fascismo. A defesa das lideranças sociais é ação essencial e urgente. Será vital haver discernimento político para ultrapassar cortinas de fumaça e possibilitar concentração nas batalhas em que seja possível a obtenção de vitórias que retardem ou bloqueiem o projeto fascista. Se os fascistas lograrem vitórias iniciais os dias seguintes serão mais difíceis.



Luiz Arnaldo Campos é cineasta e militante do PSOL.

A resistência nordestina à extrema direita

Campanha de
Fernando Haddad,
Recife, outubro de 2018

O Nordeste derrotou Jair Bolsonaro. Em alguns estados, mais de dois terços do eleitorado rejeitou o ex-capitão. É situação contrária à da maior parte do país. Que fatores levaram a esse resultado e que impactos tiveram os investimentos públicos e os programas sociais dos governos Lula e Dilma na região?

RICARDO STUCKERT

Robério Paulino

No processo eleitoral que deu a vitória a Jair Bolsonaro, o Nordeste apresentou resultados opostos aos do restante do país, tanto no primeiro como no segundo turno. Foi a única região onde o ex-capitão colheu ampla derrota. Ao final da disputa, muitos nordestinos se orgulhavam e compartilharam a *hashtag* **#AquiNão**. Na etapa inicial, Fernando Haddad chegou em primeiro em oito estados da região, além do Pará. Some-se a isso a dianteira de Ciro Gomes no Ceará. Esses fatores levaram a eleição para o segundo turno.

No segundo turno, com a polarização política ainda mais acentuada, enquanto

Bolsonaro cresceu como o candidato do campo conservador, a vantagem de Haddad no Nordeste também se ampliou, chegando à impressionante média de 67,7%. A porcentagem representa mais do dobro dos votos dados ao candidato da direita, que ficou com apenas 30,3% na região. No

Piauí, o petista alcançou 77%. Na Bahia, o maior estado da região, conquistou 72,6% dos votos válidos.

Excetuando cinco capitais onde Bolsonaro ganhou por leve vantagem ou bairros de alta classe média, a região lhe deu um não categórico. Que razões explicam

Resultados das eleições 2018 (FONTE: TSE)

	1º TURNO			2º TURNO	
	Bolsonaro	Haddad	Ciro	Bolsonaro	Haddad
Centro-Oeste	58%	21%	10%	66,5%	33,5%
Norte	43%	37%	9%	51,9%	48,1%
Sudeste	53%	19%	12%	65,4%	34,6%
Sul	57%	20%	9%	68,3%	31,7%
Nordeste	26%	51%	17%	30,3%	69,7%



o fenômeno da resistência nordestina? É o que as linhas a seguir nos convidam a discutir. Para buscar uma explicação, é importante identificar os fatores e argumentos que deram vitória ao ex-capitão e, por exclusão, ver quais estavam presentes ou não no Nordeste e que diferenças em relação aos demais estados essa região apresentava.

O ANTIPETISMO COMO FORÇA POLÍTICA

Bolsonaro ganhou a eleições antes de tudo catalisando o ódio a Lula (que seguia latente, mas mostrou-se mais intenso do que se podia supor) e ao PT. O antipetismo vicejou, seja pela rejeição aos programas sociais de transferência de renda aos mais pobres, que desagradaram grande parte da classe média conservadora das regiões mais ricas e das capitais, seja por seu envolvimento direto com a corrupção ou alianças com setores da velha política, que jogaram setores pobres na mão da direita. Isso abriu a oportunidade para a grande ofensiva contra a esquerda que ora se observa, da qual a Lava Jato foi parte. Em segundo lugar, Bolsonaro soube explorar melhor que a esquerda o ódio aos velhos

políticos, apresentando-se contra “tudo isso que está aí”, ainda que ele mesmo seja parte dessa velha política.

O candidato fascista também utilizou melhor que a esquerda o medo da população de todas as faixas sociais contra a criminalidade crescente, prescrevendo o remédio aparentemente mais rápido contra isso - ainda que saibamos ineficaz - ou seja, mais violência policial contra o crime e a população das periferias, prometendo impunidade aos agentes do Estado. A esquerda não tem um programa contundente contra a criminalidade, parando às vezes na explicação de suas causas. O apoio das igrejas pentecostais conservadoras, que proliferam e agem nas periferias há anos, combinado com a utilização de um discurso preconceituoso contra as mudanças no terreno dos costumes e da sexualidade, que incomodam parte considerável da população pobre, foi outro fator para a vitória de Bolsonaro.

MENTIRAS AOS MILHÕES

Uma utilização mais ágil das redes sociais do que fez a esquerda e a propagação agressiva de mentiras, aos milhões - fake

Excetuando cinco capitais onde Bolsonaro ganhou por leve vantagem ou bairros de alta classe média, a região lhe deu um não categórico. Que razões explicam o fenômeno da resistência nordestina?

news -, no melhor estilo nazista, também ajudam a explicar a vitória. A exploração de discursos racistas, machistas e xenófobos não parece ser o que deu a vitória a Bolsonaro. A maioria dos eleitores parece não ter se importado com isso. Mas os resultados foram diferentes entre as regiões, como veremos. Acreditamos que o discurso neoliberal no terreno econômico tampouco teve grande importância para explicar o fenômeno Bolsonaro, que sequer tinha um programa claro nesse campo.

No Nordeste, fatores como a rejeição aos velhos políticos, o medo da violência, o temor da população menos informada com as mudanças nos costumes, o crescimento das igrejas evangélicas, a disseminação

de mentiras pelas redes sociais, estavam igualmente presentes nesta eleição. Não são tais fatores que podem explicar o resultado eleitoral distinto. Isso nos leva a buscar a avaliação da votação diferenciada no Nordeste em outros elementos.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS DOS GOVERNOS PETISTAS

O primeiro fator explicativo que nos parece evidente é o imenso impacto na vida econômica e social da região dos programas sociais e dos investimentos públicos, o que levou o PT continuar a ser o partido preferido na região e Lula um dirigente ainda muito admirado. Diversos programas sociais, como Luz para Todos, PROU-

NI, FIES, Bolsa Família e Mais Médicos tiveram imenso impacto na economia e na vida social da região, bem maior quem nas demais. A população reconhece em Lula e nos governos do PT e dos partidos aliados a autoria de tais iniciativas.

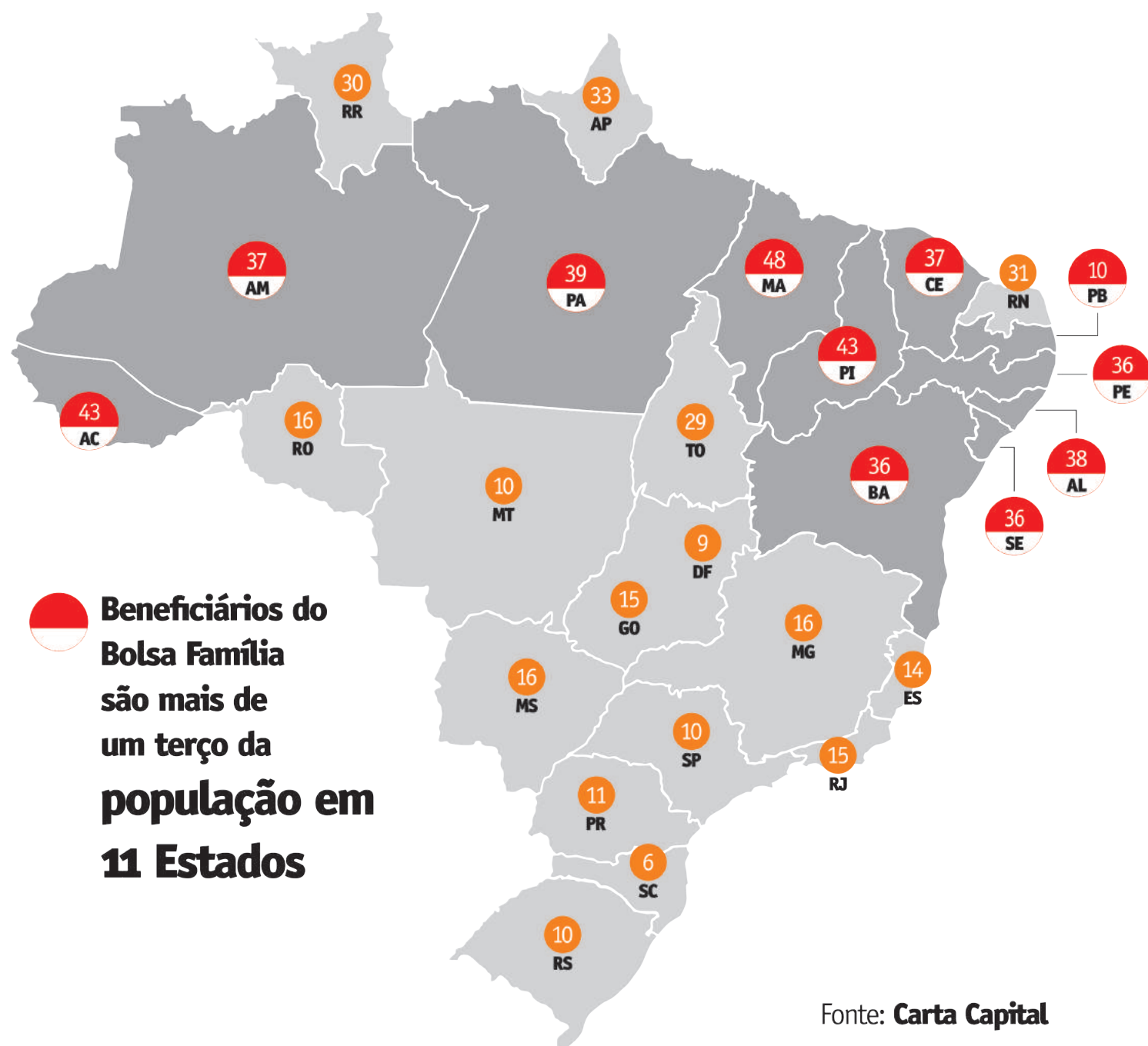
A sensação, especialmente nos interiores, é que os investimentos públicos dos governos de Lula e Dilma, como a transposição das águas do São Francisco, a grande expansão dos Institutos Federais (IF) e a criação de novas universidades federais, beneficiaram diretamente o Nordeste. Quem passa em uma pequena cidade do sertão e vê um novo campus de um IF ou de uma nova universidade federal se destacando na paisagem, com seu impacto

ARNALDO CARVALHO/JCMAGEM



O destino dos recursos

Participação dos beneficiados no total da população dos Estados, em %



positivo na vida de milhares de famílias e na autoestima dessas cidades e outras no seu entorno, sabe do que estamos falando. Para que se tenha uma ideia, no Rio Grande do Norte, os IF saltaram de dois campi em 2006 para 21 nos últimos 12 anos. Isso ajuda a explicar, por exemplo, a eleição da senadora Fátima Bezerra, do PT, como única governadora eleita nessa nova safra em todo o Brasil.

Numa região de economia mais frágil, o efeito multiplicador keynesiano desses investimentos parece ter sido maior que nas demais. Segundo Aninho Irachande, professor de Ciência Política da UnB, cada R\$ 1,0 investido na economia regional se transforma em R\$ 1,6 em circulação (Carta Capital, 01.11.2018).

Prefeitos e governadores, mesmo de partidos diferentes do PT, como PSB, PDT e mesmo MDB, já muito pressionados pela redução do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados, são muito conscientes disso e viram em Bolsonaro uma ameaça de redução desses programas e investimentos. Essa é a raiz de sua rejeição e do apoio a Haddad.

A FORÇA DO BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família, como um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, tem a maioria dos beneficiários no Norte e Nordeste e isso parece ter feito grande diferença nas eleições também. Como exemplo, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, em

Prefeitos e governadores, mesmo de partidos diferentes do PT, como PSB, PDT e mesmo MDB, já muito pressionados pela redução do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados, são muito conscientes disso e viram em Bolsonaro uma ameaça de redução desses programas e investimentos

julho de 2017, quinze estados brasileiros localizados da região receberam 66,7% do total de dinheiro gasto pelo governo federal com o programa Bolsa Família no mês. Dos R\$ 2,3 bilhões transferidos naquele mês, R\$ 1,5 bilhão ficou com esses estados, criando um impacto imenso na economia e na vida das cidades e das famílias e elevando os IDHs municipais, evidentemente gerando também acusações de favorecimento e ciúme de líderes de outras regiões do país.

Como se pode ver no gráfico abaixo, em 11 estados, mais de um terço da população recebe o benefício.

Por tudo isso, o preconceito e o ódio contra Lula e o PT, o antipetismo, que turbinaram Bolsonaro nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, não eram tão intensos no Nordeste e o grande apelo de Lula e do PT se transferiram a Haddad.

O MITO DO MODERNO CONTRA O ATRASO

Com base nos resultados eleitorais, ideólogos de direita chegam a afirmar que Bolsonaro teria vencido no Brasil "moderno" e Haddad na sua parte "atrasada". Mas a pergunta que se coloca aqui é: errou a maioria que votou em Bolsonaro nas demais regiões do país ou errou o Nordeste? É "mais moderna" a maioria das demais regiões do país que votou num candidato defensor da ditadura e mesmo de seus torturadores, que defendem a morte de opositores, que propagam o preconceito contra negros, gays, o ódio e a mentira?

Um trabalhador branco do Sul que vota num candidato que promete cortar direitos sociais tem mais consciência que uma família nordestina que defende seus programas sociais? Um negro do Sudeste que votou num candidato assumidamente racista votou pela “modernidade” ou em seu algoz? Uma mulher branca do Centro-Oeste que votou num candidato claramente machista e misógino demonstra mais consciência ou mais incompreensão sobre a realidade do que uma jovem negra nordestina indignada com Bolsonaro? Por que grandes jornais mundiais, artistas globais e mesmo governantes moderados de países capitalistas afirmam que o Brasil votou por um retrocesso?

VOTO E RETROCESSO

Lembremos também que mesmo nas regiões em que Bolsonaro ganhou, a parcela mais crítica e consciente da população, os professores, os jovens das escolas e universidades públicas, por exemplo, votaram contra o retrocesso que ele significa.

Votar em defesa de programas e direitos sociais, como ocorreu no Nordeste, de forma alguma é um fator de alienação política, mas de consciência. A Europa, por exemplo, tem mais programas de transferência de renda que o Brasil e as populações defendem essas conquistas e direitos com unhas e dentes, sendo isso um distintivo de alta consciência, não de alienação. Nesse sentido, é de se esperar que o Nordeste venha a ser um grande centro de resistência no governo Bolsonaro desde já.

Muitos perguntam se esse voto decorrente dos programas sociais não seria volátil, se transferindo do PT para o novo governo, caso Bolsonaro resolva, por exemplo, ampliar tais programas e investimentos. Como hipótese, pode ocorrer, mas aí já não estaríamos tratando de Bolsonaro, mas do contrário, o que é altamente improvável. O governo, com orientação neoliberal, quase com certeza, como já começou a fazer Temer, vai reduzir a face social do Estado e o alcance desses programas, até para castigar o Nordeste.

RACISMO, XENOFOBIA, MISOGINIA...

Outro fator, não menos importante, que influenciou muito o resultado no Nordeste foi a rejeição aos discursos racistas, xenófobos, misóginos, discriminatórios de Bolsonaro, inclusive contra nordestinos.

A sensação, especialmente nos interiores, é que os investimentos públicos dos governos de Lula e Dilma, como a transposição das águas do São Francisco, a grande expansão dos Institutos Federais (IF) e a criação de novas universidades federais beneficiaram diretamente o Nordeste. A tradição de luta contra a escravidão e a segregação tem profundas raízes na região, que abrigou o Quilombo dos Palmares e Canudos, e mantém viva a cultura negra e indígena. É, talvez, a única no país onde a população assume uma identidade regional própria, talvez só igualada pelos gaúchos

Esses geraram indignação na região, especialmente entre a juventude negra, as mulheres jovens e os setores mais conscientes da população.

O Nordeste é, por excelência, a região mais negra, indígena e mestiça do país. A tradição de luta contra a escravidão e a segregação tem profundas raízes na região, que abrigou o Quilombo dos Palmares, Canudos, e mantém viva a cultura negra e indígena nos costumes, na linguagem, na culinária, na música e na cor da pele. É, talvez, a única no país onde a população assume, com orgulho, uma identidade regional própria, até como artifício de defesa contra a discriminação, talvez só igualada pelos gaúchos.

Grande parte da população da região se sentiu fortemente insultada e ameaçada por tudo de retrocesso que Bolsonaro significa. Não à toa foi em Salvador, um bastião da luta negra no país, onde ocorreu a maior manifestação contra Bolsonaro nestas eleições.

Por fim, sem negar os patentes elementos de atraso ainda a superar na região, é possível dizer que o resultado também se explica pelo Nordeste ter uma longa trajetória de luta libertária e contestatória.

A Confederação do Equador, que propunha uma república já no início do século XIX, massacrada pelo império que atrasou o país até à virada para o século XX, se deu aqui. (A libertação dos escravos aconteceu no Ceará em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, fruto da luta negra). Canudos ocorreu aqui. O sentimento e o orgulho regionais ainda são fortes. Ao mesmo tempo em que ainda amarga a existência das velhas oligarquias, das quais lenta e felizmente começou a se livrar, o Nordeste se insurge contra o retrocesso no país. Essa veia contestatória se fará presente nos próximos anos na vanguarda da resistência ao governo Bolsonaro. **#AquiNão.**



Robério Paulino
é Economista
e professor de
Políticas Públicas
na Universidade
Federal do Rio Grande do Norte. É
autor do livro **Socialismo no século XX: o que deu errado?** (Editora Kelps, 2008)

Comunicação e destruição dos parâmetros da realidade

A extrema direita criou uma campanha não convencional, segmentada e agressiva, na qual a objetividade dos fatos importa menos do que o bombardeio constante de memes e vídeos destinados a liquidar o oponente. Diante de uma jornada de desinformação constante, a Justiça se mostrou claramente seletiva

Sergio Amadeu da Silveira

Quatro elementos se destacaram nas eleições de 2018:

1) A televisão perdeu definitivamente

o lugar histórico na definição do voto.

2) A liderança das pesquisas de opinião passou de Lula para Bolsonaro por intervenção direta da Justiça e tutela das Forças Armadas.

3) O debate eleitoral foi completamente anulado como nunca se viu desde a volta das eleições diretas para presidente.

4) O Whatsapp se tornou o principal dispositivo das eleições, sendo um duto

de desinformação e de execução de ações precisas de *Big Data* voltadas à formação de *microtargeting* ou microssegmentos do eleitorado.

A candidatura de Jair Bolsonaro dificilmente existiria sem a *Internet*. Com menos de 10 segundos de tempo na televisão e com um partido sem estrutura consolidada, Bolsonaro contava com o histórico apoio da extrema direita, com a adesão da maioria dos segmentos dos órgãos policiais, do Judiciário e das igrejas neopentecostais, mas essa combinação não seria suficiente. Era preciso ganhar as camadas médias para poder vencer.

ONDA DE DESINFORMAÇÃO

A estratégia de comunicação adotada pelo comando da campanha de Messias Bolsonaro foi similar à utilizada nas eleições norte-americanas que elegeram Donald Trump. Todavia, no Brasil foi mais fácil criar um clima propício à anulação do debate e à proliferação de uma onda de desinformação que destruiu os fundamentos da realidade histórica e os substituiu pela reafirmação de dogmas e crenças, mesmo as mais descabidas.

Primeiro, desde 2016, assistíamos à extrema direita ir às ruas com faixas pedindo o golpe militar, clamando pela dominação norte-americana no país, atacando um dos maiores educadores brasileiros, sem que isso gerasse a indignação necessária nos segmentos democráticos.

Segundo, aqui no Brasil nunca denunciávamos com a amplitude e com a intensidade necessárias nossa herança autoritária. Não temos nem ao menos um museu sobre os crimes da ditadura, não assumimos as implicações da escravidão, das políticas de branqueamento e do racismo, nem temos consolidados os elementos fundamentais dos direitos humanos.

Além disso, a destruição dos parâmetros de realidade começou muito antes do ano eleitoral, quando um conluio de parte das elites políticas e econômicas resolveu lançar o Judiciário como força política direta, uma vez que não estava sendo possível derrotar o lulismo e suas alianças pelo voto. Curiosamente, Lula e o PT acreditaram que o jogo seria jogado dentro das regras consolidadas por essas mesmas elites, desconhecendo a história do país. Com o apoio dos principais donos da mídia, em especial da Rede Glo-

A estratégia adotada pelo comando da campanha de Messias Bolsonaro foi similar à utilizada nas eleições norte-americanas que elegeram Trump. No Brasil foi mais fácil criar um clima propício à anulação do debate e à proliferação de uma onda de desinformação que destruiu os fundamentos da realidade histórica

bo, essas elites transformaram o maior partido da esquerda no responsável pela corrupção no país, “aquele que trouxe a corrupção” ou “quem sistematizou como nunca visto a roubalheira do Estado”. Vítima de sua ilusão, o PT nunca se dispôs a fazer seriamente a reforma político-eleitoral no país. O sucesso em financiar as campanhas de modo similar ao PSDB gerou uma acomodação ao sistema.

A QUEBRA DA DUALIDADE PT X PSDB

Antes de Messias Bolsonaro ser esfaqueado, o PSDB acreditava piamente que o segundo turno das eleições seria entre Alckmin e Haddad, uma vez que Lula tinha tido sua candidatura vetada pela Justiça e sua prisão seria providencial para a retomada da aliança comandada pelo tucanato. O que deu errado? A aliança do tucanato com a Globo e com segmentos do MP e do Judiciário levaria à derrota da esquerda lulista. É certo que

o comando golpista que tinha deposto Dilma estava fracionado e com parte das lideranças enlameada pela corrupção que havia tentado seletivamente jogar apenas nos inimigos do PT, mas o fator principal foi o profundo desgaste que essas elites produziram. Aécio tinha sido o líder do combate à corrupção, tal qual Demóstenes Torres liderara a campanha da ficha limpa enquanto recebia propina do bicheiro Cachoeira. Junto a essa descrença, ninguém contava com a campanha metódica de desinformação organizada por microssegmentação.

Aqui é preciso expor alguns dados sobre o uso da *Internet* no país. Já em 2016, a pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da *Internet* (CGI.br) revelou que 51% dos brasileiros conectados acessavam as redes digitais exclusivamente pelo celular contra 43% que utilizavam apenas o computador e 6% que realizavam o acesso por ambos dispositivos. A popularização dos aparelhos móveis

A destruição dos parâmetros de realidade começou muito antes do ano eleitoral, quando um conluio de parte das elites políticas e econômicas resolveu lançar o Judiciário como força política direta, uma vez que não estava sendo possível derrotar o lulismo e as alianças pelo voto. Curiosamente, Lula e o PT acreditaram que o jogo seria dentro das regras consolidadas por essas mesmas elites

multimídia, a queda dos preços para adquirir-los, a expansão de aéreas com *wi-fi* aberto, em comparação aos altos custos da banda larga fixa, levaram ao crescente uso da *Internet* pelos aparelhos celulares. Nas camadas mais pauperizadas, por exemplo, 80% das pessoas conectadas do segmento D/E, em 2017, efetuavam o acesso à *Internet* exclusivamente por aparelhos móveis.

Além disso, quando observamos o uso mais frequente ou quais as práticas mais comuns na *Internet*, desde 2014, nos deparávamos com a troca de mensagens instantâneas. Em 2016, a utilização de clientes de comunicação imediata como o *Whatsapp* era uma prática cotidiana e realizada por 89% dos brasileiros conectados. Esse número superava o uso das redes sociais em 2016, que já era bem alto e atingia 78% das pessoas com acesso à *Internet*. No início de 2018, 90% das pessoas com acesso à *internet* utilizavam o *Whatsapp*.

Assim, o *Whatsapp* é um dispositivo de comunicação instantânea submerso no interior da malha de conexões que interligam pessoas e grupos limitados de integrantes. Existem grupos públicos, mas não são visíveis a pesquisadores e à imprensa. Aí estava o duto principal para os estrategistas de Bolsonaro lançarem sua ação certa combinando uma propaganda aparentemente humilde com ataques brutais à diversidade, à democracia e aos direitos humanos que se comunicavam com os preconceitos e idiosincrasias presentes em cada microssegmento social.

ÓDIOS E TEMORES

Quando em agosto um tweet do filho de Messias Bolsonaro mostrava sua foto em Londres, abraçado com Steve Bannon, o ex-vice-presidente da Cambridge Analytica, o que era suspeita ficou evidente. A campanha de Bolsonaro tinha adquirido bases de dados para distribuir massivamente mensagens para cada microssegmento do eleitorado.

Aquela tia, extremamente religiosa, pouco se importava com o antipetismo, mas se assustava com o “kit gay”, “com a doutrinação das crianças para a destruição da família cristã”. O celular foi colocado em um grupo de pessoas que ela desconhecia, mas lá chegavam os me-



REPRODUÇÃO

mes, vídeos, mensagens que reforçavam o temor. Mobilizada instantaneamente, ela replicava esses vídeos no grupo da família e para as amigas da igreja. Já o tio era mobilizado pelo ódio ao PT. Para ele, as mensagens eram aterrorizantes, pois nada seria pior que a volta dos “petralhas”. Enfim, não era preciso um discurso coerente, nem um programa de governo, era apenas necessário mobilizar as subjetividades de modo intenso e modular os ódios e temores.

Vários disparos dessas mensagens vieram de fora do Brasil, muitos dos Estados Unidos, outros de empresas de *marketing* brasileiras, como demonstrou a *Folha de S. Paulo*. Isso não quer dizer que Messias Bolsonaro não tivesse os próprios grupos de militantes articulados pelo *Whatsapp*. A existência de centenas desses grupos serviu para dissimular os milhões gastos com empresas disparadoras, com telefones virtuais adquiridos e com os cadastros devidamente tratados pelas técnicas de *Big Data*, tal como as empregadas pela *Cambridge Analytica*, convenientemente fechada após o escândalo conhecido como “vazamento de dados do Facebook”. Bannon e Robert Mercer, dois dos grandes financiadores da alt-right, direita alternativa norte-americana, propõem espalhar pelo mundo os ideais de destruição do pensamento crítico e submissão da sociedade à lógica neoliberal radical.

JUSTIÇA SELETIVA

Nossa legislação eleitoral e todo o aparato da Justiça Eleitoral estavam voltados às campanhas oficiais dos partidos e comitês de candidatos. Entretanto, a campanha principal da candidatura da extrema direita foi feita em paralelo, de modo distribuído. Quem pagou os disparos no Brasil foi um conjunto de empresários. Quem pagou os disparos de mensagens do exterior foram brasileiros ou estrangeiros? Não há como saber? Claro que há, basta o *Facebook*, controlador do *Whatsapp*, entregar os metadados das distribuições massivas de mensagens no período das eleições. Ali, estarão as provas dos fluxos, da origem, destino e quantidades de mensagens distribuídas, mas o *Facebook* e o *Google* preferiram cinicamente afirmar que a campanha oficial do candidato vi-

O *Whatsapp* é um dispositivo de comunicação instantânea submerso no interior da malha de conexões que interliga pessoas e grupos limitados de integrantes. Existem grupos públicos, mas eles não são visíveis a pesquisadores e à imprensa. Quem pagou os disparos no Brasil foi um conjunto de empresários. Quem pagou os disparos de mensagens do exterior foram brasileiros ou estrangeiros? Não há como saber? Claro que há, basta o *Facebook*, controlador do *Whatsapp*, entregar os metadados das distribuições massivas de mensagens no período das eleições

torioso não gastou nem 10 mil reais no impulsionamento de conteúdos, mesmo sabendo que o dono da *Havan* gastou muito dinheiro na campanha. Isso foi legal? Seria legal se fosse declarado como gasto oficial de campanha. O que ocorreu foi crime eleitoral, mas a Justiça se mostrou novamente seletiva.

Agora, será preciso recompor os parâmetros de realidade. O presidente eleito precisará manter a onda de desinformação e de ataques à história real. Será necessário criar coletivos que atuem na rede contra essas desinformações. Não podemos, apenas, pensar que é ridículo e lamentável um primo ou amiga reproduzir um meme afirmando que “os quilombos são uma invenção marxista”, “que a Klu-Klux-Klan é uma força de esquerda”, “que o globalismo (noção imprecisa e frágil criada pela extrema direita) é comandado pelo marxismo”, que a revista *The Economist* “é comunista”, entre tantas outras falsificações do real. Eles precisam destruir parâmetros da realidade, pois não têm como sustentar seus ideais fundamentalistas em um debate baseado na objetividade, nos fatos históricos. Será preciso mostrar que os quilombos existiam antes do nascimento de Karl Marx. Que a supremacia branca e a Klu-Klux-Klan integram a aliança da extrema direita norte-americana, inclusive com declarações dos líderes. Que os órgãos multilaterais da ONU e o Fórum de Davos são profundamente liberais e neoliberais. Que a revista *The Economist* é conservadora e não tem proximidade alguma com qualquer força de esquerda, mas fazer isso não será tarefa fácil. Há uma grande quantidade de *youtubers* prontos para destilar uma série de desvirtuamentos e mentiras históricas. Alguns são financiados para realizar esse trabalho que a direita alternativa norte-americana chama de “guerras culturais”.



Sergio Amadeu é professor da UFABC, membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil e pesquisador de redes digitais

Pulando no abismo

Eloísa Machado de Almeida

A degradação institucional deslegitimou a Constituição como saída democrática para os conflitos. Abriu-se espaço para a criminalização da política, desgastou-se a autoridade do Judiciário e a militarização da política e da vida cotidiana acontecem na sequência. Essa é a síntese da crise

São variadas as explicações para o momento em que vivemos, nesse flerte brasileiro com o autoritarismo. De uma parte, os movimentos autoritários são vistos como uma onda, ou melhor, uma ressaca democrática de ordem mundial, impulsionada pela crise do capitalismo financeiro global e pela própria globalização¹.

No Brasil, há a leitura de que a nossa transição democrática, ao preservar os militares golpistas e responsáveis por graves violações de direitos humanos, manteve acesa a chama autoritária na sociedade e nas Forças Armadas. Há também a percepção de que as Jornadas de junho de 2013, como foram chamados os grandes protestos em massa no país, serviram de gestação para uma agenda contra a política e, mais especificamente, para o *impeachment*.

Isso tudo, claro, sem mencionar a crise econômica. Nenhuma dessas explicações pode ser ignorada, mas, combinada a elas, a crise institucional parece também ter contribuído para que chegássemos onde estamos e é esse o meu foco. Uma turbulenta eleição presidencial de 2014, o *impeachment* de Dilma Rousseff e o avanço da Operação Lava Jato são três fatores que guardam íntima relação entre si, ora de correlação, ora de causalidade, levando a um processo contínuo de degradação institucional.

DEGRADAÇÃO INSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO

Foi a degradação institucional dos últimos anos, ou seja, uma atuação contínua com desprezo às regras do jogo democrático² que deslegitimou a Constituição como saída para os conflitos; que abriu espaço para a criminalização da política; que erodiu a autoridade do Judiciário (em especial do Supremo Tribunal Federal); que abriu espaço para a militarização da política e da vida cotidiana.

Podemos dizer que as eleições de 2014 são o início de uma profunda crise institucional no Brasil. Marcada por campanhas agressivas e acirramento entre os

No Brasil, há a leitura de que a nossa transição democrática, ao preservar os militares golpistas e responsáveis por graves violações de direitos humanos, manteve acesa a chama autoritária na sociedade e nas Forças Armadas

projetos do PT e do PSDB, foi a disputa com menor diferença de votos: Dilma Rousseff (PT) obteve 51,64% dos votos válidos e o segundo colocado, Aécio Neves (PSDB) obteve 48,36% (TSE, 2014).

Ainda em 2014, na primeira semana após o resultado das eleições presiden-

ciais já se falava da necessidade de *impeachment* de Dilma Rousseff. O segundo turno ocorreu em 25 de outubro com resultados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral no mesmo dia. Essa ideia, que contava com a adesão de poucos movimentos de ultradireita, toma força com a resistência da oposição em aceitar o resultado eleitoral, que chega a formalizar um pedido de auditoria dos votos. Esses grupos e a oposição passam a alimentar a ideia de *impeachment* mesmo antes do início do novo mandato. A resistência da oposição em se assumir como vencida nas urnas e a movimentação de pequenos grupos torna a meta de retirar Dilma Rousseff uma constante, durante o final do primeiro mandato, em 2014.

A OFENSIVA PELO IMPEDIMENTO

No começo da nova gestão, no ano seguinte, a oposição encomenda a juristas um parecer sobre a possibilidade de se destituir a presidenta, sendo que a principal controvérsia jurídica naquele momento era a possibilidade de cassação de mandato por atos cometidos em mandato anterior ou mesmo antes disso. Aos poucos, a ideia se torna mais comum e os grandes veículos de comunicação do país passam a cogitar a possibilidade. São protocolados vários pedidos de impedimento para o Presidente da Câmara dos Deputados, baseados, até então, em motivos difusos associados à Operação Lava Jato, como as operações comerciais envolvendo Pasadema e a ocupação, por Dilma, do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Petrobrás entre 2003 e 2010.

As denúncias e o clamor público pela saída da mandatária aumentam à medida que a Operação Lava Jato atinge pessoas próximas à presidenta, ao PT e a base aliada. O ápice se dá em março de 2015, quando o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, solicita ao Supremo Tribunal Federal a autorização para investigar uma série de parlamentares.

A oposição encomenda, por fim, um

REPRODUÇÃO



pedido de *impeachment* que congrega acusações de prática de crime de responsabilidade e em atos contra a probidade na administração, contra a Lei Orçamentária, o cumprimento de Leis e decisões judiciais (Art. 85, V, VI e VII da Constituição). A partir de então, paira sobre a presidenta a ameaça real de impedimento, cuja competência para instauração é determinada, pela Constituição, unicamente ao Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Assim, avança o pedido de saída e, com ele, ganha força o presidente da Câmara. Cunha era investigado pelo Supremo Tribunal Federal por suposta participação na Operação Lava Jato (inquérito instaurado em março de 2015) e passa, pelos mesmos fatos, a ser processado pela Comissão de Ética da Câmara, denúncia apresentada em outubro de 2015. A integridade do mandato do parlamentar passa a estar vinculada, assim, a negociações com o futuro do processo de *impeachment* e a manutenção do mandado de Dilma torna-se dependente de Eduardo Cunha (sobre quem pairava um pedido cautelar de suspensão do exercício de suas funções, sob o jugo do STF) e dos desdobramentos da Operação Lava Jato.

RESPOSTA À VITÓRIA ELEITORAL

O *impeachment* de Dilma Rousseff foi, em sua origem, sobretudo, uma medida articulada em resposta à vitória nas eleições. Não se trata de um processo basea-

do em um fato determinado ou em um escândalo em particular. Um *impeachment* sem crime de responsabilidade.

É impossível analisar esse processo sem relacioná-lo à Operação Lava Jato. Trata-

-se de um contínuo processo de desgaste, agravado por uma crise política sistêmica gerada pelo alcance da Operação, atingindo não só a Presidência da República, mas a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, tocada no tempo e ao sabor do humor do Ministério Público Federal.

A TESE DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

De um lado, o Ministério Público desenvolve a tese para o núcleo político da Lava Jato, na qual o Partido dos Trabalhadores é descrito como uma organização criminosa que tem por objetivo se perpetuar no poder para, com isso, enriquecer os membros. De outro, o Judiciário responde, também em tempo e oportunidade próprios.

Em geral, para dar conta dessas provocações, o Judiciário passa a tomar medidas excepcionais que impactaram diretamente o desenrolar do processo de *impeachment* e o sistema político. A primeira dessas decisões ordena a prisão em flagrante do senador Delcídio do Amaral, então líder do governo no Senado Federal, que acabou cassado pelos pares. Naquela oportunidade, ainda em 2015, a presidenta do Supremo Tribunal Federal afirmou, em sessão de julgamento, que manteve a prisão do Senador, que o “escárnio tinha vencido o cinismo”. Em julho de 2018, Delcídio do Amaral foi absolvido de todas as acusações. Foi a primeira prisão em flagrante de um Senador da República desde a Constituição de 1988.

Podemos dizer que as eleições de 2014 são o início de uma profunda crise institucional no Brasil. Na primeira semana após o resultado já se falava da necessidade de *impeachment*

1 Segundo Castells, o capitalismo financeiro global teria impactado negativamente o vínculo entre Estado e Nação, na medida em que aquele passaria a atender os ditames do mercado (como agendas de austeridade) em detrimento do bem-estar dos cidadãos. A isso estaria aliada uma crise de identidade própria da globalização, revelando a xenofobia e a intolerância. Ver em CASTELLS, Manuel. *Ruptura – a crise da democracia liberal*, Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

2 Como explicam Levitsky e Ziblatt, quando as instituições continuamente renegam as regras do jogo democrático, promovendo decisões autoritárias e antijurídicas, sobretudo, contra direitos fundamentais, a democracia entra em risco; não é um tipo de risco explícito e brusco, mas um contínuo enfraquecimento do que mantém as democracias vivas: as liberdades; as regras eleitorais; o compromisso com o Estado de Direito. Ver em LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*, Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Quando Dilma Rousseff nomeou Lula para assumir a articulação com o Congresso como Ministro da Casa Civil, em março de 2016, o juiz responsável pela Lava Jato retira o sigilo sobre as gravações de uma interceptação telefônica de conversa da presidenta com Lula, sob o pretexto de que o povo deveria ter conhecimento de tudo o que os políticos fazem.

Logo na sequência, o ministro Gilmar Mendes suspende a posse de Lula como ministro, por meio de uma medida de urgência questionável³. A decisão de retirada de sigilo das gravações foi anulada pelo Supremo Tribunal Federal⁴, alguns dias depois; a liminar que impediu a posse de Lula nunca julgada pelo plenário. Juntas, essas decisões sepultaram qualquer possibilidade de reação por parte de Dilma Rousseff.

OPORTUNISMO JUDICIAL

O oportunismo judicial ficou ainda mais evidente com a decisão que promoveu a suspensão do exercício do mandato de Eduardo Cunha⁵ e o consequente afastamento da Presidência da Câmara, após - e apenas após - a conclusão do processo de destituição de Dilma naquela instância.

O ápice da crise instalada no STF é alcançado mais adiante com a manipulação da pauta do tribunal para não julgar o caso que trata da execução provisória de pena, entendimento excepcional que mantém Lula preso, não obstante não ser mais a posição da maioria do plenário. A esse caso, somam-se outros, como a recusa de Renan Calheiros em cumprir decisão liminar que o afastou da Presidência do Senado e a suspensão de tramitação de Projeto de Lei contra abuso de poder de juízes, também por liminar. É um direito de exceção.

A Operação Lava Jato promove desgaste na Presidência e no Congresso e, na esteira de decisões excepcionais pretensamente justificadas pela necessidade de moralizar a política, o STF vê sua autoridade corroída.

3 As críticas a essa decisão podem ser conhecidas, com um pouco mais de aprofundamento, no artigo “A inco-mum decisão de Gilmar Mendes”, publicada pelo *Nexo Jornal* em março de 2016, disponível em <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2016/A-inco-mum-decisao-liminar-de-Gilmar-Mendes>.

4 A decisão foi analisada no artigo “De volta às regras”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, <https://politica.estadao.com.br/blogs/supremo-em-pauta/de-volta-as-regras/>

5 Talvez esse seja o caso mais claro de decisão tomada contra o texto constitucional, justificada pela excepcionalidade do caso concreto. Comentei isso em entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1768309-supremo-fugiu-da-regra-ao-afastar-cunha-diz-pesquisadora.shtml>

O impeachment de Dilma Rousseff foi, em sua origem, sobretudo, uma medida articulada em resposta à vitória nas eleições. Não se trata de um processo baseado em um fato determinado ou em um escândalo em particular. É impossível analisar esse processo sem relacioná-lo à Lava Jato

O *impeachment* finalmente é concluído e Dilma Rousseff perde o cargo, deixando Michel Temer, o vice, no lugar, com apoio do PSDB, seu artífice. O discurso é de que a Constituição não traz virtude ao sistema político.

O projeto de governo intitulado “Ponte para o Futuro”, ironizado até mesmo pelos aliados como “pinguela”, traz uma agenda de desvinculação de receitas, diminuição de políticas sociais, desinvesti-

mento e ajuste fiscal. É o discurso de que a Constituição não cabe no orçamento.

TERRA ARRASADA

O forte ataque promovido por Temer e sua equipe faz terra arrasada por onde passa: muda a Constituição, retira direitos dos trabalhadores, amplia a participação de militares na política a ponto de dar assento de ministro a um militar, retirar da justiça civil a competência para apurar mortes perpetradas por militares e promover uma intervenção federal militarizada no Rio de Janeiro, absolutamente inconstitucional - sob a qual o STF, mesmo provocado, oportunisticamente silencia.

O projeto político implementado por aqueles que ocupam o poder desde então tem como cerne o desmonte do Estado Social brasileiro e o esvaziamento das políticas públicas promotoras de igualdade e justiça social.

A Emenda Constitucional 95 atinge o núcleo do arranjo institucional desse Estado Social, desvinculando as porcentagens mínimas de investimento em áreas de saúde, educação e assistência social previstas na Carta de 1988. O resultado mais direto dessa emenda é o aumento da desigualdade e da miséria. Combinada às medidas de precarização do trabalho, aprovadas na chamada Reforma Trabalhista, cava-se um novo abismo social.

É nesse caldeirão no qual se encontram a crise econômica, o aumento da desigualdade, a desconfiança eleitoral, a degradação institucional da Presidência, do Congresso e do Judiciário. Uma forte agenda pública contra a corrupção e de criminalização seletiva da política, constantemente alimentada pelo Ministério Público, além da militarização da vida cotidiana, surge a candidatura antissistêmica de Jair Bolsonaro e o general.

Com a eleição, algumas agendas de retrocessos são reforçadas; outras são inauguradas.

Chegamos perto do abismo e pulamos.



Eloísa Machado de Almeida é professora Doutora de Direito Constitucional na FGV Direito/SP

REPRODUÇÃO

Templo, vida e voto

Uma surpreendente transformação no mundo das ideias, da sociabilidade e dos credos cortou o Brasil no último meio século. O “maior país católico do mundo” está aceleradamente deixando de sê-lo. Em 1970, 92% da população se declarava adepta à religião coordenada pelo Vaticano. Em 2010, esse percentual havia caído para 64% e os indicadores apontam uma queda maior a ser aferida no Censo de 2020. Quais os impactos desse processo na vida política nacional?

Lamia Oualalou

“Porque você está tão obcecada pelo papel político dos evangélicos? Será porque você nasceu num país muçulmano, que faz você ver tudo com esse prisma?”.

É verdade, nasci e cresci no Marrocos antes de morar alguns anos na França e me apaixonar pelo Brasil, ao ponto de virar cidadã, dois anos atrás. Mas esta reflexão, ouvida por muitos amigos brasileiros do campo progressista me deixava

pasma. Será que eles, que em teoria entendiam de política, não percebiam o que estava acontecendo no país?

Os números já estavam prefigurando uma revolução: em 1970, 92% dos brasileiros se declaravam católicos segundo

o IBGE; em 2010, esses não passavam de 64,6%. Um colapso inédito no mundo inteiro, segundo os demógrafos. Embora não se saiba ainda o que vai sair do censo de 2020, pesquisas como as da Datafolha dizem que os católicos são, apenas, 56%. Quem se beneficiou dessa queda vertiginosa foram os evangélicos, que deveriam passar a barreira dos 30%.

Nasci no Marrocos, mas antes de tudo, sou jornalista. De favelas da baixada fluminense ao Congresso Nacional. Vou a comunidades onde meus amigos especialistas em ciência política, militantes do PT ou do PSOL, talvez não visitem. Converso com pessoas que nunca encontraria na vida normal, como o Pastor Silas Malafaia, no Rio de Janeiro.

TRANSFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA

Minhas reportagens fizeram emergir pequenos detalhes que contam a transformação de um país. O espaço urbano é literalmente tomado por igrejas de todos os tamanhos, de cinemas abandonados do centro das metrópoles até pequenos locais antes ocupados por um bar. Elas aparecem até em lugares insuspeitos, como no último andar do edifício do Bope, a tropa de elite do Rio de Janeiro. Ali, uma congregação se reúne todos os dias para rezar, e explicar que apertar o gatilho pode ser um mal necessário. Em nome de Jesus, claro.

Nos movimentos dos sem-teto, as vozes dos pastores são as mais ouvidas. Em Brasília, cada quarta-feira de manhã, deputados evangélicos de todos os partidos - um quinto do Congresso! - se reúne para rezar juntos e fazer avançar pautas comuns. Na rua, muitas meninas passaram a usar uma roupa mais bem comportada, a chamada moda evangélica. Nas lojas de instrumentos de música, os vendedores contam que a maioria dos clientes deles é evangélica, para ser pastor, tem que cantar e tocar direitinho.

O carro de som que espanta já não é o do Carnaval, mas o da marcha para Jesus em centenas de cidades. Expressões como “Jesus te ama” ou “ideologia de gênero” são banalizadas, tal como os ataques aos terreiros das religiões afro-brasileiras. Num país onde a pirataria rola solta, o mercado dos discos cristãos é uma exceção: os evangélicos são os de maior procura. Para além do tradicional

Se a pessoa perde emprego, os membros da igreja ajudam a arrumar alguma coisa, se não tem dinheiro para comida, os líderes da igreja dão um jeito, se os filhos não têm o que fazer, a igreja promove uma atividade. Para a maioria, isso afasta os jovens de perigos como narcotráfico ou gravidez precoce. Pouco a pouco, criou-se uma nova identidade. Além de serem brasileiros, muitos cidadãos passaram a se definir também como Cristãos. Isso vai muito mais além de uma religião. É um mundo comum que inclui rádios, TVs, redes sociais, músicas, telenovelas, valores familiares, ódios e, rapidamente, candidatos a cargos políticos

gospel, louva-se Jesus ao som de samba, sertanejo, *rock* e *rap*. Aliás, existe uma indústria por trás. As igrejas começam com um templo; depois, uma rádio, uma televisão, uma gravadora. Uma atividade alimenta a outra, a notoriedade da igreja aumenta. Os cantores são famosos, e viram candidatos. Não esqueçam que Marcelo Crivella foi também uma estrela do Gospel.

REFERÊNCIAS POPULARES

A lista dessas mudanças mais ou menos perceptíveis é longa. Eles acabam desenhando uma realidade: os pastores evangélicos conseguiram nas últimas duas décadas virar as principais referências culturais de grande parte dos pobres brasileiros.

Se a pessoa perde emprego, os membros da igreja ajudam a arrumar alguma coisa, se não tem dinheiro para comida, os líderes da igreja dão um jeito, se os filhos não têm o que fazer, a igreja promove uma atividade. Para a maioria, isso afasta os jovens de perigos como narcotráfico ou gravidez precoce.

A igreja é para muitos, sobretudo as mulheres, o único lugar de lazer, onde dá para fazer amizades, cantar, rezar, se emocionar.

Pouco a pouco, criou-se uma nova identidade. Além de serem brasileiros, muitos cidadãos passaram a se definir também como Cristãos. Isso vai muito mais além de uma religião. É um mundo comum que inclui rádios, TVs, redes sociais, músicas, telenovelas, valores familiares, ódios e, rapidamente, candidatos a cargos políticos.

Assim, as igrejas conseguiram ocupar o espaço do Estado, ausente da vida dos pobres, ou presente só de maneira violenta. Ocuparam o espaço da igreja católica, já que o Vaticano decidiu que a Teologia da Libertação era um perigoso movimento social e político. E pouco a pouco, ocuparam os dos partidos progressistas.

Muitos desses políticos demoraram em entender a expansão das igrejas evangélicas. Alguns pelas ligações históricas entre a esquerda brasileira e a asa progressista do catolicismo. Outros por cegueira e um toque de desprezo em relação às camadas populares, que conformam a maioria dos evangélicos e aos valores deles, consideradas “caretas”.

Quando os líderes da esquerda co-

Quando os líderes da esquerda começaram a perceber o peso político dos evangélicos, tampouco largaram o desprezo. Em vez de falar com a base - no final das contas, são essas famílias que mais se beneficiaram das políticas sociais dos governos Lula e do primeiro mandato da Dilma - escolheram tratar com os pastores, delegando para eles a tarefa de mandar votar direito



MARCIA PARA JESUS/OLYCOM

meçaram a perceber o peso político dos evangélicos, tampouco largaram o desprezo. Em vez de falar com a base - no final das contas, são essas famílias que mais se beneficiaram das políticas sociais dos governos Lula e do primeiro mandato da Dilma - escolheram tratar com os pastores, delegando para eles a tarefa de mandar votar direito.

IMPÉRIOS RELIGIOSOS, FINANCEIROS E MIDIÁTICOS

Podia parecer uma estratégia esperta: alguns pastores, como o Edir Macedo - dono da Igreja Universal -, já encabeçavam impérios religiosos, financeiros e midiáticos. Mas essa escolha teve uma consequência desastrosa: em vez do necessário trabalho de desconstrução dos pastores e dos interesses deles, na maioria dos casos opostos aos do povo, os partidos - o PT primeiro - acabaram dando a eles a legitimidade dos porta-vozes. É só lembrar-se da inauguração do Templo de Salomão, em São Paulo, quando toda a classe política - Dilma, Temer, Alckmin - prestou-se a disputar favores do bispo Macedo.

Não foi a única maneira de legitimar o discurso dos pastores, em especial os que pregam a Teologia da Prosperidade. Quando, em vez de fazer da conquista de direitos universais a métrica da sua política, o governo escolheu colocar a elevação do consumo a marca principal

da mobilidade social e acabou falando como muitos pastores.

Os evangélicos não são os únicos responsáveis da eleição de Jair Bolsonaro, fruto de uma “tempestade perfeita”, mas como explicou recentemente o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, “o que fez a diferença foi o peso do voto evangélico, pois a estimativa indica que Bolsonaro tem mais de 11 milhões de votos do que Haddad no eleitorado evangélico (em todas as suas múltiplas denominações)”.

O lance, hoje, é entender como a esquerda pode voltar a conversar com esses cidadãos. Passar pela Bíblia, como tentaram nos últimos dias da campanha é provavelmente inútil - e foi, várias vezes, patético. Teria que voltar ao trabalho básico: falar do que realmente importa na vida dos brasileiros, sejam evangélicos ou não: acesso à saúde, educação, transporte decente, salários dignos, e a esperança de um futuro.



Lamia Oualalou é jornalista, ex-correspondente do *Le Figaro* no Brasil e autora de *Jésus*

t’aime, la déferlante évangélique,
Editores *Le Cerf* (Paris) ainda sem edição em português

Megapropriedade do capital, tensões e desdém pela vida

Jair Bolsonaro se elege num quadro de aceleradas transformações no âmbito do grande capital. Apesar de inúmeras contradições entre si, o empresariado segue com tarefas comuns: a repressão aos trabalhadores, o aumento da exploração e a ampliação de laços subalternos com a megapropriedade internacionalizada

Virgínia Fontes
Rejane Hoeveler
Elaine de Almeida Bortone

A eleição de Jair Bolsonaro resulta de inúmeros fatores, inclusive de tensões internas às burguesias brasileiras e de cálculos empresariais truncados. É necessário prevenir o leitor sobre a evidência do enorme *desdém pela vida humana* exibido pelas classes dominantes brasileiras e estrangeiras que aqui atuam. Salvo raríssimas e muito discretas exceções, não houve manifestações *públicas* empresariais de desacordo com as expressões de brutalidade social (metralhar partidos adversários, ataque aos direitos, racismo, sexismo e homofobia) na campanha presidencial de Jair Bolsonaro, além das gravíssimas investidas à liberdade intelectual e à cultura.

Não acreditamos existir um projeto único das classes dominantes brasileiras, mas, se existe, a ele não incomoda a eventual generalização de práticas fascistas, contanto que a violência contra os subalternos assegure algum tempo de lucro. Em segundo lugar, não há projeto

Trabalhador não é definido pelo emprego - pelo vínculo contratual de trabalho - mas pela urgência de prover a própria subsistência nas condições reais de um mundo dominado pelo capital

‘nacional’, mas uma disputa com a megapropriedade brasileira ao lado do aprofundamento dos laços subalternos com a megapropriedade internacionalizada, especialmente com a parcela mais conservadora e fascizante dos Estados Unidos. Subalternos, pois a campanha Bolsonaro teve apoios originados em setores da grande e média propriedade que pretendem subir de escala, exibindo práticas de repressão (à bala) das classes trabalhadoras, exigindo acesso aos recursos públicos e a políticas até então destinadas, sobretudo, à megapropriedade brasileira (e também estrangeira).

CRISE E TRABALHO

Já há estudos sobre as inúmeras crises, especialmente sobre a que começou em 2008, iniciada nos EUA e a que eclodiu em 2012, com foco na Europa. Elas afetaram países, a vida social e algumas empresas, mas não abalaram o processo de expansão das relações sociais capitalistas. As expropriações primárias e secundárias continuam se intensificando no mundo, gerando crescentes massas de trabalhadores, necessitados de tra-

balho e de recursos para sobreviverem num mundo mercantil.

Trabalhador não é definido pelo emprego - pelo vínculo contratual de trabalho - mas pela urgência de prover sua própria subsistência nas condições reais de um mundo dominado pelo capital. Terceirizações, flexibilizações, precarizações, ‘empreendedorismos’, ‘informalização’, são modalidades desprovidas de direitos que intensificam a concorrência entre trabalhadores, reduzem o valor da força de trabalho e aumentam jornadas de trabalho.

Essas massas de trabalhadores produzem diariamente milhares de horas de mais-valor para o capital, que drena o sobretrabalho de inúmeras maneiras. Basta lembrar do Uber e dos empreendedores com financiamentos bancários para ter uma ideia.

HIPERCONCENTRAÇÃO DE CAPITAL

Aqui chegamos à outra ponta do capitalismo contemporâneo, que nos interessa mais diretamente: trata-se da exacerbação da centralização e da concentração de capitais, já suficientemente apresentado em âmbito internacional (Piketty, Oxfam). Esse fenômeno repercute na reorganização do conjunto das burguesias, no aumento das tensões internas e traz significativa modificação de formas de atuação.

A divisão apresentada a seguir parte da clássica - e fundamental - divisão das formas funcionantes do capital (capital-dinheiro, capital industrial, ou extração de mais-valor, e capital comercial), momentos da metamorfose do capital. Mas a atual escala de concentração da propriedade alterou as tensões internas às burguesias, assim como aumentou as tensões sociais em geral, sem apresentar nenhum horizonte de melhorias para as massas trabalhadoras. As diferenças de escala são agora um dos focos de tensão interburguesa permanente, dada a latitude da megapropriedade na intervenção nos Estados, nas políticas públicas e a conexão com os diferentes setores burgueses internacionais.

Ao contrário do que se imagina, a hiperconcentração (ou fusão pornográfica dos diferentes setores de atuação capitalista) aumentou a quantidade de ‘burgueses’, ou de ‘empresários’. Na ponta



ILUSTRAÇÃO DE GILBERTO MARINGONI

mais concentrada estão as empresas cuja propriedade é apenas... propriedade. São as *holdings* e os fundos proprietários, ou empresas que não atuam diretamente na produção ou no mercado, mas unicamente no controle da propriedade de inúmeras empresas, em todos os setores de atividade. São também os fundos e bancos, que além dos próprios recursos reúnem aqueles pertencentes a outros capitalistas, a famílias ricas, a poupanças de trabalhadores (como os fundos de pensão) agindo como os anteriores. Ambos têm o mesmo papel e função e agem impondo a aceleração da lucratividade do maior número possível de iniciativas de exploração do trabalho, sob qualquer modalidade, em qualquer ponto do planeta.

CAPITALISTAS E INTELLECTUAIS ORGÂNICOS

Essa propriedade parece totalmente abstrata e descolada da vida real. Envolve não apenas os proprietários diretos, mas os gestores, consultores e advogados - que são capitalistas funcionantes - a serviço desse capital, tão melhor remunerados quanto maior a exploração do trabalho que conseguirem impor. Ao lado, agem intelectuais orgânicos, distribuídos em aparelhos privados de hegemonia (APHs) empresariais internacionalizados, a partir dos quais se dedicam a sistematizar esses interesses como a expressão necessária do ‘desenvolvimento’ e do ‘crescimento’, a formular políticas públicas para favorecer a expansão e a formar as lideranças. To-

dos diretamente remunerados pelo crescimento do mais-valor impulsionado por atuação. Muitos desses APHs são diretamente constituídos por empresas e fundações e entidades empresariais 'sem fins lucrativos', agindo colegiadamente.

A remuneração com parcelas da propriedade (ações, por exemplo), solda esse bloco, que ainda incorpora outros agentes, inclusive públicos, que o espaço não permite aprofundar. No Brasil, forjaram-se algumas dessas megapropriedades, expressas em *holdings* - muitas delas com múltiplas sedes, inclusive no exterior, ou em paraísos fiscais, além da legalização como 'capital brasileiro' de inúmeras corporações e mesmo *holdings* estrangeiras. Lembremos de empresas como a Odebrecht, a Vale, a Gerdau, a EMS Saúde, a Ambev, todas comandadas por *holdings* e/ou fundos, ou bancos como o Itaú e o Bradesco.

Com tais massas de recursos a valorizar, circulam o planeta em busca tanto de retornos rapidíssimos (especulações com moedas, com bolsas de valores, etc.) quanto em busca de altas taxas de lucro, comprando participações acionárias e impondo de cima para baixo uma competição acirradíssima. Em primeiro lugar, competição entre os trabalhadores, visível pelas pautas únicas no cenário internacional para capturar todos os recursos, como as previdências públicas, e eliminar direitos, feito em ritmos diferenciados segundo a capacidade de luta dos trabalhadores em diferentes países.

Essa ponta altamente concentrada da propriedade capitalista é aparentemente 'descarnada', sem carne e osso, mas atua diretamente no impulsionamento das formas de extração de valor e na formulação das políticas que lhes são convenientes. São megacapitalistas proprietários, e seus funcionários, agindo não apenas nos países de origem, mas também onde atuam.

IMPOSIÇÕES EMPRESARIAIS

Tais *holdings* se ocupam indiretamente das tarefas de valorização do valor,

A megapropriedade parece totalmente abstrata e descolada da vida real. Envolve não apenas os proprietários diretos, mas os gestores, consultores e advogados - que são capitalistas funcionantes - a serviço desse capital, tão melhor remunerados quanto maior a exploração do trabalho que conseguirem impor

que são impostas por meio das empresas (das quais podem ou não ser proprietários), e a cada dia as exigências são mais intensas. Como se pode imaginar, há permanente tensão no seio da megapropriedade e alguns exemplos brasileiros dessa guerra nada limpa são Nelson Tanure, Daniel Dantas e Abílio Diniz, todos envolvendo associações estreitas com capitais estrangeiros¹.

O segundo grupo burguês é o que classicamente Marx chamou de capitalistas funcionantes - isto é, aqueles capitalistas, proprietários ou não dos meios de produção, cuja função social é extrair mais-valor das massas de trabalhadores. Estão ligados aos primeiros por diversos laços: dependem dos recursos financeiros para aumento de escala de atuação e estão interligados por laços cruzados de propriedade, uma vez que *holdings* ou fundos muitas vezes detêm parcela do capital das empresas extratoras de valor². São os responsáveis por impulsionar o chamado capital produtivo. Eles estão nas fábricas, mas inúmeros setores tornaram-se fabris (ou industriais), como o transporte, a educação, a saúde, a mineração, engenharias, a produção de tecnologias, o agronegócio, o ambiente, serviços, entre outros.

GUERRA ACIRRADA

O grupo clássico de grandes corporações multinacionais de extração de valor figura também aqui, com funcionantes de alto voo. Os proprietários e/ou funcionantes da extração de valor vivem a guerra competitiva acirrada pelas *holdings* ou fundos, por meio de compras e recompras, participações, fragmentações competitivas nas próprias corporações, deslocalizações, golpes internos e especulações. Nessas terceirizações e fragmentações, outros funcionantes ingressam no circuito, extraem e punccionam parcelas do mais-valor, estabelecendo cadeias hierárquicas complexas entre CEOs de portes diversos. Não à toa, no âmbito dos capitalistas funcionantes, há intenso estímulo à expansão de 'pequenos negócios', por meio de *startups* e de empreendedorismos diversos. Apesar da pequena escala, podem gerar grande quantidade de mais-valor, tanto pela multiplicação de pequenas iniciativas quanto, sobretudo, pela prospecção de nichos de extração de valor *escaláveis*, no jargão atual.

As tensões no terreno da extração de valor são crescentes. Por um lado, os ca-

pitalistas funcionantes 'empreendedores' (de qualquer escala) são remunerados por parcelas do mais-valor, na proporção da lucratividade que contribuem para impor e que partilham com a megapropriedade. Mas estão submetidos a constante pressão de aumento da lucratividade pela megapropriedade, por ameaças diversas, de demissão ou, para os ainda proprietários, inclusive a da expropriação, que se acelera à medida que a expansão atual do capitalismo prossegue.

Essa expropriação pode ocorrer pelo não pagamento de dívidas a fundos ou a bancos, pela pressão da concorrência, ou por movimentos mais sutis, de ingresso de capitais nas empresas, reestruturando-as a partir de dentro, efetivando gestão mais agressiva. Fundos ou *holdings* ingressam em pequenas ou médias empresas, reconfigurando-as para a abertura de capital em bolsas de valores, ocasião em que realizam grandes lucros. Os antigos proprietários são reconfigurados em funcionantes não proprietários (ou detendo pequena parte da propriedade), e/ou em investidores menores nos fundos gestores de

No Brasil, forjaram-se algumas megapropriedades, expressas em *holdings*, muitas delas com múltiplas sedes, inclusive no exterior, ou em paraísos fiscais, além da legalização como 'capital brasileiro' de inúmeras corporações e mesmo *holdings* estrangeiras

proprietários. Basta observar o crescimento de setores bancários destinados à gestão de grandes fortunas.

As tensões são crescentes e vão além dos âmbitos nacionais. Mas há uma sólida conexão entre o primeiro e o segundo grupo, e a maioria desses capitalistas funcionantes sonha com ascender à posição dos megaproprietários.

PRESSÃO SOBRE TRABALHADORES

Não obstante os sonhos, a burguesia de porte grande, médio ou pequeno está ao mesmo tempo impulsionada e estrangulada pela megapropriedade, e replica a exigência competitiva de crescentes taxas de lucratividade por meio da imposição brutal de condições, sempre mais duras aos trabalhadores para assegurar a manutenção enquanto... burguesia funcionante, extratora de valor, parcela da qual deverá partilhar com as anteriores, quer estas sejam estrangeiras ou brasileiras - por meio de juros, *royalties*, compra de equipamentos entre outros. As contradições entre elas são de diversas ordens: intensa competitividade devido às escalas diferentes de



ILUSTRAÇÃO DE GILBERTO MARINGONI

1 Sobre Tanure e Dantas, ver - In: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/os-detalhes-do-imbroglia-que-resultou-na-demissao-de-ricardo-boechat-entao-um-jornalista-respeitado-da-globo-e-da-tv-globo/>, 18/02/2017, acesso 22/11/2018. Sobre Abílio Diniz, Ver <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/03/14/abilio-diniz-empresario-curiosidades.htm>, 14/03/2018, acesso 22/11/2018.

2 Como exemplo, esta semana foi noticiada a expansão da Penguin Random House, maior grupo editorial do mundo, que passou a controlar 70% do Grupo Cia das Letras, que ficou com 30%. A família fundadora, agora coproprietária minoritária (Luiz e Lília Schwarcz) continua dirigindo a empresa (funcionante). Na mesma ocasião, "a família Moreira Salles deixa a sociedade". Cf *Valor Econômico*, *Eu&Fim de Semana*, 16/11/2018, p.7.

atuação, pois a extração de mais valor é dominada pelas grandes corporações e o diferencial tecnológico (que, aliás, captura parcela do mais-valor produzido pelas demais por meio da formação do preço médio); influxo de capitais estrangeiros impondo e estimulando a exasperação competitiva; finalmente, pela pressão direta que devem exercer sobre trabalhadores. Muitos destes não mais estão disciplinados a partir da relação diretamente patronal e contratual, mas pela própria concorrência no mercado de trabalho sem direitos.

Isso converte a formação e a disciplina da classe trabalhadora em tarefa social difusa. De um lado, intensificaram-se atividades educativas e formativas dessas massas dispersas de trabalhadores por aparelhos privados de hegemonia empresariais voltados para substituir direitos coletivos por atuações emergenciais, focalizadas e pontuais. De outro lado, solicitam formas mais violentas (e de conteúdo hipocritamente moralizador) de contenção popular. Também aqui há tensões, mas o ponto de união é a garantia da extração de valor, ou plena disponibilização das massas sociais para subordinação ao capital sob quaisquer formas.

O mesmo processo de tensão e subordinação ocorre entre os encarregados da mercantilização. Contam com diferentes escalas de propriedade do capital, e os megaproprietários interferem nos processos produtivos, por oligopsônios³ diversos e por alterações (fracionamento, embalagem, etc) realizado pelos próprios comerciantes, nos quais ocorre extração de mais-valor.

EMPRESÁRIOS E CAMPANHA

Alguns dos mais conhecidos empresários brasileiros, apoiadores de primeira hora de Bolsonaro, comandam empreendimentos de serviços e de comércio de médio a grande porte, como Havan, Artefacto Móveis, Habib's, Grupo Guarara-

As contradições entre frações burguesas são de diversas ordens: intensa competitividade e pressão direta que devem exercer sobre trabalhadores. Muitos destes não mais estão disciplinados a partir da relação diretamente patronal e contratual, mas pela própria concorrência no mercado de trabalho sem direitos

pes, Grupo Gazin, Coco Bambu e Vicenza Sapatos⁴. Paulo Guedes é figura central

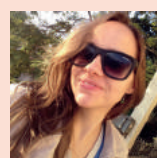
entre eles, embora pareça bem menor na turma dos banqueiros, na qual não figura nos primeiros lugares⁵. Exibem sem pejo preconceitos sociais grosseiros. Provavelmente ressentidos, jamais alcançaram a mesa dos grandes banqueiros. Querem chegar a isso, mas estão longe de serem megaproprietários. Formam a base que favoreceu a proximidade com grupos - também empresariais - neopentecostais. No time dos apoiadores originais, os maiores empresários comandam a Localiza, a Península Participações (Abílio Diniz) e a escala cresce no âmbito do agronegócio, com a Cosan. Esses, com dimensões mais assemelhadas às da megapropriedade, estão totalmente ligados com capitais estrangeiros.

Dada a tendência ao aumento da concentração da propriedade, a maior parte dos empresários de médio e grande porte provavelmente será devorada pelos tubarões de longo curso. O espectro de tensões interburguesas deve se acirrar. Mas as ilusões não devem prosperar entre a oposição, pois o aumento da repressão indiscriminada sobre os trabalhadores é ponto em comum entre os de cima.

5 A Bozano Investimentos não figura do Ranking das Empresas Líderes do Setor Financeiro no Brasil, do Estadão, de julho de 2017 e o perfil de gestor de Guedes é ironizado em "Guedes, formulador brilhante e antigestor", Valor, 09/11/2018



Virgínia é docente do PPG-História/UFF, da EPSJV-Fiocruz e da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST.



Rejane Hoeveler é doutoranda em História Social, UFF.



Elaine de Almeida Bortone é doutora em História Social pela UFRJ.

3 Oligopsônio é a situação de mercado em que há um número pequeno de compradores de determinada mercadoria, em determinado espaço e esses têm o poder de determinar a própria produção (tipo, ritmo e volume).

4 Havan, Coco Bambu, Vicenza, Centauro (Grupo SBF) - <https://exame.abril.com.br/negocios/os-empresarios-que-apoiam-bolsonaro/>; Artefacto, Riachuelo (Grupo Guararapes), Tecnisa: <https://www3.redeTV.uol.com.br/blog/reinaldo/flavio-rocha-ciceroneia-bolsonaro-entre-ricos-tomara-que-a-populacao-seja-mais-responsavel-do-que-as-elites-reacionarias-e-as-esquerdistas/>; Gazin, Havan - <https://www.valor.com.br/politica/5936693/empresario-queria-eleger-bolsonaro-no-1-turno-para-nao-gastar-mais>; Habib's - <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/empresarios-paulistas-se-queixam-de-falta-de-acesso-a-bolsonaro.shtml>



O PSOL ampliou sua bancada e demonstrou vigor em um quadro de profunda derrota para o povo brasileiro. Sem negar essa questão principal, o partido adquire legitimidade para contribuir ativamente na luta contra os retrocessos

Francisvaldo Mendes Juliano Medeiros

A campanha de 2018 apresenta, para a maioria da sociedade, o saldo mais negativo dos últimos anos sob o ponto de vista dos direitos humanos. O candidato de

uma sigla partidária inexpressiva, que na eleição passada contou com cerca de 800 mil votos, não apenas se elegeu presidente, como abriu o caminho para uma ofensiva neoliberal ortodoxa e tirânica mais explícita, que busca destruir os vínculos de solidariedade no país.

Nesse quadro adverso, que dissemina sentimentos de medo, o PSOL e sua chapa presidencial com Guilherme Boulos e Sonia Guajajara impulsionaram positivamente a atuação de um partido de esquerda em crescimento, com presença nas lutas dos trabalhadores, das mulheres, dos

O aspecto político alcançado pela candidatura do PSOL à presidência da República foi muito além da votação obtida, o que se expressou na nova bancada federal com paridade de gênero. Não se pode deixar de registrar que foram vencidos os limites dominantes, impostos pela “cláusula de barreira”, colocando o partido como organização com força para participar intensamente da disputa política



negros, LGBTs, indígenas e de todos os setores oprimidos, com ações fortemente mobilizadoras. Tais indicadores precisam ser incentivados e ampliados no próximo período. Constituir, com a diversidade popular da história do país, uma unidade ascendente e potente para defender e apostar na radicalização da democracia é uma ação fundamental. A linha do partido e da campanha indicam bases para apostar nessa conduta política.

NOVA BANCADA

O aspecto político alcançado pela candidatura do PSOL à presidência da República foi muito além da votação obtida, o que se expressou na nova bancada federal com paridade de gênero. Não se pode deixar de registrar que foram vencidos os limites dominantes, impostos pela “cláusula de barreira”, colocando o partido como organização com força para participar intensamente da disputa política.

Reafirmamos nossas metas: manutenção e conquista de direitos, de qualidade de vida, enfrentamento das desigualdades, radicalização na democracia e outros temas tão necessários ao país. O partido está em condições de crescer e ampliar o repertório político para seguir nessa jornada.

A votação de Boulos e Sonia cumpriu com excelência uma tarefa histórica para o partido, apesar de todas as condições adversas enfrentadas desde o anúncio da candidatura. O ano teve marcas de extrema tensão, como o assassinato de

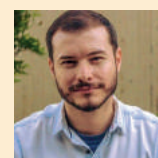
Marielle Franco, o incêndio no prédio ocupado no centro de São Paulo, a prisão do ex-presidente Lula e o atentado a Bolsonaro. A campanha do PSOL manteve a assertividade, clareza, coerência e uma diretriz exemplar.

A sociedade vota majoritariamente em pessoas, num processo político individualizado. Tivemos uma disputa acirrada, com a vitória do candidato que se firmou como o principal representante da intolerância, da exploração e do autoritarismo.

Há de se apostar numa aliança organizada que se consolide em todo o território nacional e que construa coletivos, articulando militantes e ativistas populares. Essa é a tarefa que a aliança deve iniciar, com o exercício junto à bancada, com unidade, organização e diálogo permanente entre todas as instâncias, com a militância e com as pessoas que apoiaram eleitoralmente o partido. Tal tarefa é de grande importância para que o PSOL transforme o bom desempenho político e eleitoral em uma ação política qualificada na defesa vigorosa da vida, radicalizando a democracia e os direitos individuais e sociais.



Francisvaldo Mendes é Presidente da Fundação Lauro Campos



Juliano Medeiros é Presidente do PSOL

A bancada da luta

Quem são, o que pensam e o que pretendem os deputados do PSOL eleitos em outubro

Murilo Machado



A extrema direita venceu. Não há como dourar a pílula. Nesse quadro tenso, há inúmeros pontos de apoio para que os setores populares retomem o protagonismo na cena política brasileira. Um deles é a nova bancada do PSOL na Câmara dos Deputados. O partido superou a cláusula de barreira, passando de 6 para 10 representantes, e formou a única bancada paritária de gênero no Legislativo.

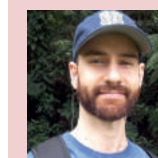
Nas páginas seguintes, as deputadas e deputados eleitos em outubro apresentaram leituras sobre o momento atual e as prioridades de atuação política respondendo às seguintes questões:

A. Como avalia os resultados eleitorais, tendo em vista a atuação do PSOL como partido? O que esse resultado representa diante da vitória da extrema direita?

B. Quais os principais objetivos do mandato?

C. O que o aumento da bancada do PSOL representa no Congresso e na vida nacional?

D. Existe perspectiva de formação de uma frente parlamentar para enfrentar o conservadorismo? Como ela deve se conectar com as ruas?



Murilo Machado é jornalista e mestre em Ciências Humanas e Sociais. Autor do livro *Anonymous Brasil: poder e resistência na sociedade de controle*

Algumas respostas ficaram maiores que o espaço previsto nesta edição. A íntegra dos depoimentos pode ser acessada na página da Fundação, na internet.

“É NECESSÁRIO CONSTRUIR UM CAMPO POLÍTICO MAIOR DO QUE O PSOL”

Áurea Carolina 35, Minas Gerais

A. O resultado eleitoral do partido foi um ganho importante para nosso campo político. O PSOL tem crescido e assumiu uma campanha de muito potencial com Guilherme Boulos e Sônia Guajajara, que conduziram esse processo com coragem, grandeza e compromisso. A nova composição da bancada no Congresso Federal reafirma a necessidade de luta pela democratização do sistema político, garantindo que mulheres, pessoas negras, periféricas, LGBTQIs, indígenas e outros grupos historicamente excluídos dos espaços de poder possam ocupá-los. Só assim é possível fazer frente às políticas neoliberais e conservadoras que têm se alastrado no Brasil.

B. Nosso principal objetivo é a expansão do mandato coletivo que iniciamos em Belo Horizonte com a Gabinetona. Agora,

seremos quatro mulheres eleitas: Cida Falabella e Bella Gonçalves na Câmara Municipal de Belo Horizonte, Andréia de Jesus na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e eu na Câmara dos Deputados. Nosso propósito é avançar em defesa das agendas democráticas, com práticas de mobilização social e educação popular nos territórios, passando a alcançar diferentes regiões do estado de Minas Gerais.

C. O PSOL saiu do processo eleitoral com mais força para debater os problemas nacionais e se conectar com novas formas de pensar e agir que emergem das lutas populares. Vimos esse reconhecimento e essa aposta pelos lugares por onde passamos durante as eleições.

D. Temos um enorme desafio de mediação entre diversas forças democráticas,



Socióloga, cientista política e vereadora em Belo Horizonte

dentro das instituições e junto a experiências autônomas da sociedade. É necessário construir um campo político maior do que o PSOL, capaz de dialogar com essa diversidade, a partir do princípio de confluência máxima. Vamos trabalhar juntas para isso, com alegria e determinação.

“É ESSENCIAL ARTICULAR AS BATALHAS NO CONGRESSO COM AS LUTAS SOCIAIS”

Fernanda Melchionna 34, Rio Grande do Sul

A. Está em crise o modelo de Nova República. Nesse cenário, o PSOL teve uma vitória importante, que foi vencer a cláusula de barreira. Cresceu onde teve a oportunidade de mostrar seu trabalho. Conseguimos ser parte da representação política das mulheres que ocuparam as ruas. Além disso, o PSOL fez uma aliança importante com um movimento social, o MTST, com o PCB e tivemos como vice a primeira indígena da história a concorrer em uma chapa majoritária.

B. O primeiro compromisso deve ser desenvolver com mais força a luta por Justiça para Marielle e Anderson. Teremos como focos a construção de um país mais justo, igualitário e o combate a esse sistema político. Não aceitaremos retrocesso nos espaços democráticos. Lutaremos contra o machismo, a LGBTfobia, a trans-

fobia, o racismo e a opressão. A Amazônia precisa ser defendida, assim como a luta pela terra e pela moradia digna. Precisamos fazer o maior ato do dia internacional das mulheres no nosso país.

C. O crescimento do PSOL será perceptível não só na Câmara, mas fora dela. Se com seis deputados já fazíamos bastante barulho, com dez essa potência aumenta. Somos a única bancada que terá paridade de gênero. Depois desse resultado eleitoral, a correlação de forças é mais desfavorável aos trabalhadores e a bancada deve estar a serviço da mudança.

D. A eleição de Bolsonaro pode significar a mudança do regime, o que vai exigir enorme capacidade de unidade. Para isso, o hegemonismo e o sectarismo precisam ser combatidos. Essa unidade não



Bibliotecária e bancária, vereadora em terceiro mandato, em Porto Alegre

pode estar subordinada à liderança do PT porque senão não será ampla, tampouco pode prescindir deles ou excluí-los. No movimento sindical e estudantil, frentes únicas serão fundamentais. Mas o PSOL deve manter a autonomia e independência. Articular as batalhas no Congresso com as lutas dos movimentos sociais é essencial.

“FOI UMA VITÓRIA DENTRO DE UMA DERROTA”

Edmilson Rodrigues 61, Pará

A. Foi uma grande vitória do PSOL, mas foi uma vitória dentro de uma derrota. Venceu o lado mais canalha, corrupto, violento e conservador do sistema. Mas foi uma vitória importante duplicar a bancada. Eles sabem que já fazíamos uma diferença grande. Conseguimos inviabilizar muitas destruições de direitos, como a privatização da Eletrobras e a reforma da Previdência. Com a bancada ampliada, vamos fazer o bom combate com muito mais qualidade.

B. O mandato vai ser de combate às medidas do governo Bolsonaro. Vamos continuar na defesa da Amazônia e das áreas de conservação, das florestas nacionais, dos povos indígenas e quilombolas, no combate ao desmatamento e na luta contra a implementação de grandes projetos que agredam o meio ambiente. E há lutas essenciais, como anular a reforma constitucional

do congelamento das despesas primárias, além de um combate às privatizações e à reforma da Previdência.

C. No Congresso, vai aumentar nossa capacidade de combate. Essa ampliação favorece um poder maior de dar respostas qualificadas porque teremos mais técnicos nos assessorando. Vamos, talvez, poder dirigir comissões. Mas o PSOL precisa ganhar capilaridade em todo o território nacional. Dialogar com o povo, ganhar corações e mentes, sem perder a humildade, para construirmos um projeto contra-hegemônico. Só o PSOL pode ajudar na construção da unidade da esquerda.

D. Há várias frentes das quais já participamos. A frente ambientalista, a frente da defesa do Plano Nacional da Educação. A articulação dos partidos de oposição é ne-



Arquiteto, ex-prefeito de Belém e deputado federal pelo Pará. É professor da Universidade Federal Rural da Amazônia

cessária. Estamos enfrentando certa disputa de poder entre os partidos de oposição e certa vaidade. Se é verdade que existem esses vícios, a fragmentação da oposição vai inviabilizar, por exemplo, obstruções, e ter menos potencial para impedir a reforma da previdência e as privatizações. É importante que, na diferença, dialogue-se.

“BUSCAMOS UMA FRENTE AMPLA DE COMBATE AO FASCISMO, PELA DEMOCRACIA, EM DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS”

Glauber Braga 36, Rio de Janeiro

A. O cenário foi muito duro, mas com lampejos de esperança. A ampliação de uma bancada combativa é fundamental na resistência à política de desmonte do Estado brasileiro e à ampliação do Estado penal, punitivo. Com a chegada de novos companheiros, ganha-se energia para a consolidação de um projeto de diálogo permanente com o povo. O mandato não é apenas um espaço institucional, mas um espaço de diálogo permanente com a sociedade.

B. A primeira coisa é se estabelecer a resistência. Vou me dedicar à Comissão de Educação, trabalhando contra matérias que visam amordaçar, criminalizar professores e profissionais da educação. A interação mandato-povo vai ser uma prioridade. Quero continuar tendo uma visão alternativa à bancada da bala, para conquistar direitos e não ampliar o Esta-

do policial. Numa agenda de desmonte, de privatizações, minha tarefa principal é resistir.

C. Uma expansão de responsabilidades. Esse aumento de esforços e de representatividade vai fazer com que possamos estreitar nossa articulação com o povo. O Parlamento tem de ser um espaço para se fazer luta política, buscando fazer daquele espaço uma ferramenta de diálogo com quem não está ali. A nova bancada é a expressão dessa nova responsabilidade.

D. Buscamos uma frente ampla de combate ao fascismo e ao Estado de exceção, pela democracia, em defesa dos direitos sociais. Essa frente tem que dialogar não só com os partidos políticos que se predisponham a isso, mas também com os movimentos da sociedade



Advogado, ex-secretário municipal em Nova Friburgo e deputado federal

civil, e com aqueles que queiram se organizar para combater qualquer tipo de ataque democrático.

“SOMOS UMA OPOSIÇÃO PROGRAMÁTICA, DEMOCRÁTICA E DE ESQUERDA”

Ivan Valente 72, São Paulo



Engenheiro, professor,
ex-deputado estadual e
deputado federal

A. Os resultados foram positivos porque, diante da enxurrada conservadora, o PSOL conseguiu superar a cláusula de barreira. Foi o partido que mais cresceu na oposição de esquerda, proporcionalmente. Mas o cenário é de retrocesso. Essa sobrevivência do PSOL se deveu ao partido ter acertado politicamente na luta contra o *impeachment*, com uma oposição programática, democrática, de esquerda e sem nenhum tipo de cargo no governo. Fizemos a oposição mais contundente àquilo que se avizinhava, o avanço do conservadorismo e a pauta ultraliberal.

B. Nosso mandato é programático, democrático, de esquerda. É uma referência da esquerda socialista. Nesse momento, tende a ser um mandato de resistência. Vamos continuar defendendo a superação da desigualdade social, a liberdade, os

direitos sociais, os direitos econômicos e trabalhistas. A pauta do partido e dos mandatos têm que obedecer a uma plataforma geral, capaz de unificar setores mais amplos de oposição.

C. Por ser um partido que acumulou uma referência programática de esquerda e de ética na política, o PSOL é mais blindado aos ataques da extrema direita e ao moralismo. Podemos cumprir um grande papel. Mas o Congresso é formado por 513 deputados e o que vale ali é fazer uma resistência coletiva. A gente tem que saber a nossa capacidade de avanço e, ao mesmo tempo, calibrar os nossos limites para ter uma prática unitária contra os retrocessos.

D. Todo o campo de oposição, não só de esquerda, deve entender o momento. Isso

vale para o movimento social e vale para a institucionalidade. A ideia de formar blocos pode ser feita no Congresso, mas isso não resolve o problema da ofensiva de extrema direita e do neoliberalismo. Mais importante é garantir uma plataforma básica, comum, unitária, e que essas pautas unifiquem contra a retirada de direitos, contra o extremismo e a perda de liberdade.

“ESSA ELEIÇÃO ABRE AS PORTAS PARA UM DEBATE SOBRE O PSOL”

Jean Wyllys 44, Rio de Janeiro



Jornalista, professor
universitário e
deputado federal

A. O PSOL teve um crescimento importante, mas é um partido em crise, procurando seu lugar. Seremos um partido sectário ou colocaremos nossos acúmulos a serviço da unidade? Seremos um partido da esquerda do século XX, convicto de que não há nada para além da luta de classes, ou do século XXI, democrática, feminista, ecológica, LGBT, preta, ciente de que todas as formas de opressão precisam ser enfrentadas? Seremos um partido de caciques e “puxadores”? Essa eleição teve resultados contraditórios, que abrem as portas para um debate sobre o PSOL que queremos.

B. O mandato sempre teve como norte a defesa irrestrita da democracia, dos direitos humanos, das liberdades individuais e da justiça social. Sou autor dos projetos de lei de casamento igualitário, identida-

de de gênero, regulamentação do trabalho sexual e dos direitos das prostitutas, legalização da maconha, legalização do aborto e reconhecimento dos direitos das mulheres, parto humanizado etc.

C. A eleição de dez deputados federais era fundamental para a sobrevivência do PSOL. O crescimento do partido em lugares onde antes não tinha condições de eleger deputado é um dado positivo. Mas, mais importante, para nós, foi a paridade de gênero da nova bancada, com mais deputadas, duas delas negras e jovens. Temos a bancada mais plural do Congresso, e estou muito feliz pela eleição de Talíria, Áurea, Erundina, Fernanda e Sâmia.

D. É imprescindível formarmos uma frente. Precisamos aprender do exemplo da Frente Ampla uruguaia, da “genrin-

gonça” portuguesa, da experiência do Podemos na Espanha. Com Bolsonaro na presidência, seria um grande equívoco apostar na divisão das esquerdas. Espero que tenhamos uma frente parlamentar ampla, progressista e democrática, e trabalhem na construção de uma frente política e programática que se organize como resistência, mas também como alternativa para as eleições.

“ATINGIMOS A PARIDADE DE GÊNERO NA COMPOSIÇÃO DA BANCADA”

Luiza Erundina 84, São Paulo



Assistente social, ex-prefeita
de São Paulo, ex-ministra da
Secretaria da Administração
Federal e deputada federal

A. O PSOL foi o único partido do campo da esquerda que cresceu, conseguindo dobrar a bancada federal e ultrapassar a cláusula de barreira. Esse resultado coloca o PSOL como a única alternativa de esquerda à extrema direita vitoriosa nas eleições, o que faz crescer nossa responsabilidade, não só no Legislativo, mas, sobretudo, na sociedade.

B. Antes de tudo, ser um instrumento na luta em defesa da democracia, e para recuperar as perdas de conquistas dos trabalhadores(as) brasileiros. Ao mesmo tempo, é necessário colocar o mandato a serviço do avanço da consciência política dos setores populares e contribuir para o fortalecimento da organização e participação política. Além disso, pretendo me empenhar na aprovação de iniciativas legislativas de minha autoria, de elevado interesse

social, que tramitam no Congresso.

C. Devemos celebrar os cem por cento de crescimento da bancada do PSOL na Câmara, bem como o fato de termos atingido a paridade de gênero na composição. Isso significa que as mulheres estarão mais bem representadas e os direitos delas, defendidos no Congresso. Ademais, a presença do PSOL na luta concreta do nosso povo contará com um reforço a mais de mandatos populares e socialistas.

D. A experiência que já vivi no Congresso não me deixa otimista em relação à formação e atuação de frentes parlamentares. No entanto, devemos tentar. Acredito mais em frentes populares com a participação de movimentos sociais, parlamentares e partidos políticos, que é o que já estamos procurando fazer. A

palavra de ordem é *resistir*, utilizando todos os meios possíveis.

“PRECISAMOS ESTAR EM PERMANENTE DIÁLOGO COM AS RUAS”

Marcelo Freixo 51, Rio de Janeiro



Professor de História e
deputado estadual

A. O PSOL cresceu nas eleições deste ano, dobrando a bancada. No Rio, também elegemos uma bancada forte, com três ex-assessoras de Marielle, Renata, Mônica e Dani Monteiro. Foi uma vitória da esquerda tanto no estado quanto no plano nacional. A extrema direita também cresceu, mas esse crescimento ocorreu em detrimento do centro. Os partidos de centro encolheram nessas eleições.

B. Vamos lutar por um projeto de país sustentado na promoção dos direitos. Queremos revogar a reforma trabalhista, seremos contra a reforma da Previdência, bem como contra a privatização de empresas públicas. Na educação, seremos contra o projeto Escola Sem Partido e a favor do fortalecimento do ensino público e das universidades. Na segurança pública, enfrentaremos o desejo da bancada da bala de extinguir o Estatuto

do Desarmamento. Somos favoráveis à PEC da desmilitarização, porque entendemos que ela melhora a formação e as condições de trabalho dos policiais, além de ser um avanço na promoção dos direitos humanos dos trabalhadores da segurança.

C. A bancada do PSOL sempre foi muito combativa e pautou a atuação na defesa da democracia e da cidadania. É uma bancada pequena, mas que faz muito barulho e tem um trabalho reconhecido. Continuaremos sendo uma trincheira na luta em favor dos direitos da maioria, dos trabalhadores, negros, pobres, LGBTQI. E avançaremos no debate sobre projeto de sociedade que desejamos construir. Ou seja, a resistência será fundamental na luta contra o fascismo, mas precisamos ser também propositivos.

D. A luta contra o fascismo e a favor do

fortalecimento da democracia precisa ser o eixo da formação de um bloco de esquerda comprometido com o futuro do país e um projeto socialmente transformador. E para isso acontecer nós precisamos estar em permanente diálogo com as ruas, com os movimentos sociais, com homens e mulheres que estão aflitos e desejam construir conosco um outro país.

“LUTAR PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E CONTRA A AGENDA REGRESSIVA DE BOLSONARO”

Sâmia Bomfim 29, São Paulo

A. O PSOL foi vitorioso no cenário eleitoral por ter conseguido superar a cláusula de barreira. Mas é evidente que ainda precisamos avançar muito para conseguir disputar o sentimento de indignação que a população tem com relação à política. Infelizmente, esse sentimento foi capitalizado pela extrema direita. O partido tem muitos desafios e possibilidades a partir desse cenário, com potencial para ser um destaque na oposição democrática, combativa, consequente.

B. Nossos principais objetivos são lutar pela manutenção das nossas liberdades democráticas e atuar contra a agenda regressiva e reacionária do governo Bolsonaro. Vamos também atuar com o tema dos direitos humanos, da luta pela defesa da educação de qualidade, da luta feminista, das mulheres, igualdade salarial, contra a

violência de gênero e da luta LGBT.

C. Nossa bancada praticamente dobrou, e com maior representatividade feminina. Somos a única bancada paritária do Congresso. Isso mostra que a militância do partido está muito conectada com os principais movimentos que têm se expressado pelo país, com a luta das mulheres, das LGBTs, das negras e dos negros. E mostra também que o PSOL conseguiu superar um período difícil, porque essas eleições foram antiesquerda.

D. Precisamos estabelecer uma frente ampla com todos os setores que estiverem dispostos a defender a democracia. Conseguiremos estabelecer alianças com partidos que se identificarem, por exemplo, com a luta contra a reforma da previdência, além de sindicatos e organizações



Servidora pública, formada em Letras, vereadora em São Paulo

de classe. Um dos alvos do governo Bolsonaro são os movimentos sociais. Então, essa frente também tem que colocar como tema defender as lideranças dos movimentos sociais.

“A RESISTÊNCIA PODE NOS LIVRAR DO PIOR”

Talíria Petrone 33, Rio de Janeiro

A. O PSOL se colocou entre os principais partidos do Brasil, com uma história que nos orgulha. Superar a cláusula de barreira foi muito importante. O cenário geral é de derrota das causas populares, da saúde pública, da educação, dos direitos das pessoas, da diversidade, do povo preto, pobre, das favelas e periferias. Muita mentira e interesses grandiosos envolvidos. A resistência pode nos livrar do pior.

B. Partimos do princípio de que vamos abordar todos os temas a partir de um olhar que integre raça, classe, gênero e orientação sexual. Até aqui acumulamos quatro eixos prioritários: educação, conflitos socioambientais, seguridade social e democracia e movimentos sociais. O objetivo, no primeiro momento, será frear os ataques e criar uma ampla frente de parlamentares em defesa da soberania, do

interesse público, das liberdades democráticas, dos direitos humanos.

C. O PSOL saiu em uma melhor posição dentro da esquerda brasileira. Pode ser um importante polo em torno do qual venha orbitar uma nova geração de lutadoras e lutadores. Nossa coerência com as causas populares e das mulheres, por buscar cada vez mais nos aproximar das lutas da periferia e na defesa da ecologia, pela posição firme que tivemos na defesa da democracia, tudo isso nos dá estatura histórica para o combate. O Congresso é uma pequena parte da vida nacional. É preciso voltar a atenção para o trabalho de base e para o diálogo com as periferias.

D. É urgente formar blocos de ação. Na disputa para a presidência da Câmara, seria obrigação dos setores democráticos



Historiadora, mestre em Serviço Social, professora e vereadora em Niterói

consequentes apresentar uma candidatura unitária. Em outro nível, formar uma frente pelos direitos sociais e pela soberania, barrando a reforma da Previdência, a privatização das empresas públicas e a censura nas escolas. Se não vencermos nas ruas, perderemos no Congresso. Meu mandato é ferramenta para vocalizar as pautas e as demandas dos movimentos sociais, das lutas.

Extrema direita: um fenômeno planetário

Como explicar o espetacular crescimento da extrema direita em forma de governos e de partidos políticos em inúmeros países? É difícil propor métrica única para fenômenos com variadas expressões e características locais, apesar do caráter geral. Pode-se, no entanto, dizer que estamos diante de expressões políticas autoritárias, violentas, modernas e geralmente neoliberais

Há traços comuns à maioria das manifestações reacionárias ao redor do mundo: a brutalização das relações sociais, o nacionalismo integral – Deutschland über alles, America first, O Brasil acima de tudo etc. –, a intolerância religiosa ou étnica e a solução policial/militar como resposta única aos problemas sociais e à criminalidade

Michael Löwy

Observamos nos últimos anos uma espetacular ascensão da extrema direita reacionária, autoritária e/ou fascista, que já governa metade dos países em escala planetária. É um fenômeno sem precedente desde os anos 1930. Alguns dos exemplos mais conhecidos são Donald Trump (EUA), Narendra Modi (Índia), Viktor Orban (Hungria), Recep Tayyip Erdoğan (Turquia), ISIS (o Estado Islâmico), Matteo Salvini (Itália), Rodrigo Duterte (Filipinas) e, agora, Jair Bolsonaro (Brasil).

Em vários outros países temos governos próximos dessa tendência, mesmo que sem uma definição tão explícita: Vladimir Putin (Rússia), Benjamin Netanyahu (Israel), Shinzo Abe (Japão), além de outros na Áustria, Polônia, Myanmar e Colômbia.

Em cada um deles, essa extrema direita tem características próprias. Em muitos lugares (Europa, Estados Unidos, Índia, Myanmar), o “inimigo” – isto é, o bode expiatório – são os muçulmanos e os imigrantes; em alguns países muçulmanos são as minorias religiosas (cristãos, judeus, yezhidis). Em outros casos, predomina o nacionalismo xenófobo e o racismo. Há também o fundamentalismo religioso, ou o ódio à esquerda, ao feminismo e aos homossexuais. Apesar dessa diversidade, há traços comuns à maioria, senão a todos: o autoritarismo, o nacionalismo integral – Deutschland über alles e suas variantes America first, O Brasil acima de tudo etc. – a intolerância religiosa ou étnica (racista) contra o “outro” e a violência policial/militar como única resposta aos problemas sociais e à criminalidade.



CHP SOMODITIA/GETTY IMAGES

CONSERVADORISMO, FASCISMO, POPULISMO?

A caracterização como fascista ou semi-fascista pode se aplicar a alguns, mas não a todos. O termo “conservadorismo” é muito utilizado no Brasil, mas não é o mais apropriado. Não se trata de uma corrente conservadora, no sentido tradicionalista da palavra, nostálgica do passado, mais de um autoritarismo violento, moderno, geralmente neoliberal.

Bem pior é o termo “populismo”, muito utilizado pela mídia burguesa e pela ciência política acadêmica para designar a extrema direita. É um conceito inoperante e mistificador por várias razões:

- **A definição** é vaga e imprecisa - “populistas são líderes que se dirigem diretamente ao povo, pretendendo lutar contra as elites” - que pode se aplicar praticamente a qualquer líder político.
- **Nada tem a ver** como o que habitualmente se designa como “populismo”, em particular na América Latina: Vargas, Peron, Cardenas, João Goulart, etc - isto é, líderes com um discurso e, até certo ponto, uma prática nacionalista, anti-imperialista e um programa de reformas sociais moderadas.
- **Funciona como** um eufemismo, ocultando a realidade desses líderes e regimes de extrema direita, profundamente antipopulares, intolerantes, com traços fascizantes.

- **Serve para confundir** o público, colocando no mesmo saco como “populistas de direita e de esquerda” todos os críticos da globalização neoliberal.

ESPECIFICIDADES DE CADA REGIÃO

Como explicar esse espetacular crescimento da extrema direita em forma de governos e também de partidos políticos que ainda não governam, mas galvanizam ampla base eleitoral e influenciam a vida política de diversos países (França, Bélgica,

Holanda, Suíça, Suécia etc.)? É difícil propor uma explicação geral para fenômenos tão diferentes, expressões de contradições específicas a cada país ou região do mundo. Mas como se trata de uma tendência planetária, é necessário pelo menos examinar algumas hipóteses.

A mais evidente, e sem dúvida pertinente, é que a globalização capitalista - que é também um processo de brutal homogeneização cultural - produz e reproduz, em escala mundial, formas de *pânico identitário* (o termo é do crítico marxista Daniel Bensaid), alimentando manifestações nacionalistas e/ou religiosas intolerantes e favorecendo conflitos étnicos ou confessionais. Quanto mais a Nação perde seu poder econômico devido à globalização, tanto mais se proclama a imensa glória da Nação “acima de tudo”.

Outra explicação seria a crise financeira do capitalismo, que se inicia em 2008, provocando depressão econômica, desemprego e marginalização. Esse fator foi sem dúvida importante para a vitória de um Trump ou de um Bolsonaro, mas é bem menos válido para a Europa: em países ricos, menos afetados pela crise, como Suíça e Áustria, a extrema direita tem um grande poder, enquanto que nos países mais atingidos por turbulências econômicas, como Portugal, Espanha e Grécia, é a esquerda ou a centro-esquerda que se torna hegemônica, enquanto que a extrema direita é marginal.

Seria uma volta
aos anos 1930?
A história não se
repete: existem
evidentes seme-
lhanças, mas os
fenômenos atuais
são bastante dife-
rentes dos mode-
los do passado

Esses dois processos se dão em sociedades capitalistas onde o neoliberalismo operava desde os anos 1980, aprofundando desigualdades sociais e injustiças sociais e concentrando as riquezas - como acontecia no capitalismo liberal pré-1929.

Tais explicações são úteis, pelo menos em alguns casos, mas insuficientes. Não temos ainda uma análise global que dê conta de um processo mundial, e que ocorre em um momento histórico determinado.

Seria uma volta aos anos 1930? A história não se repete: existem evidentes semelhanças, mas os fenômenos atuais são bastante diferentes dos modelos do passado. O *site* francês *Mediapart* publicou editorial recente, a propósito do ascenso da extrema direita na França e no mundo, no qual se afirma: “São cinco minutos antes da meia noite”. Mas não é tarde demais para tratar de impedir a “Resistível ascensão de Arturo Ui” - para citar o título da famosa peça de teatro antifascista de Bertolt Brecht.

SEMELHANÇAS INTERNACIONAIS

O fenômeno Bolsonaro tem muito em comum com essa vaga planetária “marrom” (cor da camisa das milícias nazistas dos anos 1930). Mas há diferenças importantes, se comparamos, por exemplo, com a Europa:

1) **Em vários países** europeus existem uma continuidade política e ideológica entre movimentos neofascistas atuais e o fascismo clássico dos anos 1930. Não é o caso do Brasil. O fascismo local, o integralismo, chegou a ter bastante peso nos anos 1930, inclusive influenciando o golpe do Estado Novo, em 1937. No entanto, o fenômeno Bolsonaro tem pouca relação com essa matriz antiga; pouquíssimos entre seus partidários sabem o que foi o integralismo.

2) **Ao contrário** da maioria da extrema direita europeia, Bolsonaro não fez do racismo a principal bandeira. Certo, algumas das declarações tinham claro caráter racista, mas não foi o tema central, mobilizador, da campanha.

3) **O tema** da luta contra a corrupção está presente no discurso da extrema direita europeia, mas de forma marginal. No Brasil é uma velha tradição, desde os anos 1940, dos conservadores: levanta-se a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares. Bolsonaro conseguiu manipular esse sentimento legítimo de indignação contra os políticos corruptos para se impor e vencer a disputa de opinião na sociedade, ao identificar o PT como o núcleo



Quanto mais a
Nação perde o
poder econômico
devido à globaliza-
ção, tanto mais se
proclama a imensa
glória da Nação
“acima de tudo”

do sistema político do Estado brasileiro e como o grande responsável central pela corrupção.

4) O ódio à esquerda ou ao centro-esquerda - no Brasil, o PT - não é um tema importante da extrema direita na Europa ocidental. Ele está presente, isso sim, nas correntes fascizantes da Europa oriental, nas ex-democracias populares. Nesse caso, trata-se de uma referência a uma experiência real do passado; no caso brasileiro, o discurso violentamente anticomunista de Bolsonaro nada tem a ver com a realidade nacional presente ou passada. Ele se mostra ainda mais surpreendente pelo fato de a Guerra Fria ter acabado há várias décadas. A União Soviética não existe mais e o PT obviamente nada tinha a ver com o comunismo (em qualquer definição possível desse termo).

5) Enquanto que boa parte da extrema direita, em particular na Europa, denuncia a globalização neoliberal em nome do protecionismo, do nacionalismo econômico e do combate à “finança internacional”, Bolsonaro apresentou um programa ultraliberal, com mais globalização, mais mercado e mais privatizações, além de um completo alinhamento com o Império norte-americano.

O que é comparável na extrema direita europeia, norte-americana e brasileira (Bolsonaro) são dois temas de agitação sociocultural reacionária:

I. A ideologia repressiva, o culto à violência policial, o chamado a restabelecer a pena de morte e a distribuir armas à população para a “defesa contra a criminalidade”.

II. A intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais. É um tema agitado, com certo sucesso, por setores religiosos direitistas com referência católica (Opus Dei, Civitas) ou, sobretudo, evangélica neopentecostal.

Esses dois temas foram decisivos para a vitória de Bolsonaro. Outros fatores foram importantes:

a) O desgaste do PT e da direita convencional. Apesar de haver outros candidatos que **poderiam se apresentar com a matriz anticorrupção e “fora do sistema”**, como Marina Silva.

b) O papel nefasto da mídia, apesar da divisão, pois nem todos os veículos fechavam com Bolsonaro.

c) As fake news, resta explicar porque tantas pessoas acreditaram em

Em vários países europeus existe uma continuidade política e ideológica entre movimentos neofascistas atuais e o fascismo clássico dos anos 1930. Não é o caso do Brasil. O fascismo local, o integralismo, chegou a ter bastante peso naquela época, inclusive influenciando o golpe do Estado Novo, em 1937. No entanto, o fenômeno Bolsonaro tem pouca relação com essa matriz antiga

mentiras tão grosseiras.

Também no caso Bolsonaro, ainda nos falta uma explicação convincente do incrível sucesso, em poucas semanas, da candidatura, apesar da violência, da truculência, da misoginia, da ausência de programa e da apologia descarada da ditadura e da tortura.

ALTERNATIVA ANTISSISTÊMICA

Gostaria de concluir propondo uma pista de reflexão para o Brasil e a América Latina: precisamos construir amplas frentes únicas democráticas e/ou antifascistas para combater essa onda da “Peste Marrom”. Mas precisamos também levar em conta que o sistema capitalista, sobretudo, nos períodos de crise, produz e reproduz constantemente fenômenos como o fascismo, o racismo, os golpes de Estado e as ditaduras militares.

A raiz desses fenômenos é sistêmica, portanto a alternativa tem de ser *radical*, isto é, antissistêmica. Concretamente, isso significa uma alternativa anti-imperialista e anticapitalista: o socialismo. Ou melhor, o ecossocialismo, pois a questão ecológica terá um lugar cada vez maior no enfrentamento com Bolsonaro e o protetor ianque, Donald Trump.

Um socialismo afro-indo-americano (parafraseando José Carlos Mariátegui) que supere os limites dos movimentos socialistas do século passado - o compromisso socialdemocrata com o sistema e a degeneração burocrática do chamado “socialismo real” - e que seja capaz de recuperar as bandeiras revolucionárias latino-americanas, de Simon Bolívar à Ernesto Che Guevara, de José Martí a Farabundo Martí, de Emiliano Zapata a Augusto Cesar Sandino, de Zumbi dos Palmares a Chico Mendes.



Michael Löwy, sociólogo franco-brasileiro formado pela USP, vive em Paris desde 1969. Foi professor

na Universidade de Paris VIII e é diretor emérito de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). É autor de *Estrela da manhã: marxismo e surrealismo* (2018), *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano* (2014) e organizador de *Revoluções* (2009), entre outros, todos pela Boitempo.

Estados Unidos e China na definição do futuro global



A China é vista pelos EUA como inimigo dentro de uma lógica de afirmação nacional e de atuação internacional. O gigante asiático vem expandindo o mercado interno buscando depender menos das exportações e do investimento como determinantes para o desenvolvimento. O que tais movimentos podem significar para os próximos anos?

Valéria Lopes Ribeiro

Em seu texto *Imperialismo, passado e presente* (2005), o intelectual egípcio Samir Amin, falecido em agosto deste ano, afirma

que “o futuro do sistema global dependerá em larga escala de mudanças internas possíveis e particulares dessas duas regiões [Estados Unidos e China]” (Amin, 2005).

Amin recupera neste trabalho o concei-

to de imperialismo, entendendo-o como intrínseco ao capitalismo, desde o século XV até os dias atuais. Para o autor o Estado, visto como unidade de disputa e não como entidade autônoma, ainda é central

no entendimento da dinâmica do sistema mundial capitalista. Dessa forma, é possível observar mais uma vez, assim como em períodos anteriores, os objetivos do capital (como controle da ampliação dos mercados, pilhagem dos recursos naturais do planeta, superexploração das reservas de mão de obra da periferia) atuando sob novas condições mediante a força de Estados nacionais.

Na atual fase do imperialismo, segundo Amin, observa-se a afirmação do poder norte-americano em um movimento contínuo de expansão global marcado pela forma por meio da qual os Estados Unidos operam mecanismos de fortalecimento de monopólios (da tecnologia, militar, econômico, científico) que permitem manter a posição imperial, estabelecendo relações de explorações sobre territórios e regiões periféricas.

CRESCIMENTO E CRISE

Para Amin, no entanto, no processo de afirmação global do poder americano a resposta de determinadas regiões do Sul global levou não apenas à crise dos projetos alternativos, como no caso URSS, mas a experiências bem-sucedidas em termos de crescimento econômico que agora manifestam-se como grandes competidoras da expansão dos EUA. Seria exatamente o caso da China.

A China, cuja história é marcada pela invasão imperial europeia do século XIX, insere-se na segunda metade do século XX no movimento de avanço global norte-americano ao abrir-se ao capital externo via investimentos diretos externos (IDEs) e exportações. O resultado dessa inserção extremamente positiva do ponto de vista do crescimento econômico é reflexo justamente da resposta chinesa ao século de humilhação mediante a experiência revolucionária socialista do século XX. Depois de todo esse processo o país apresenta-se no século XXI como um grande desafio a ser superado e enfrentado pelo movimento expansivo norte-americano.

Nesse sentido, no sistema global do século XXI, um dos desafios da continuidade do imperialismo norte-americano é exatamente conter o avanço chinês, ao mesmo tempo em que, da parte da China, o maior desafio é continuar a projeção econômica alcançada no socialismo do século XXI, na tentativa de subverter a lógica da capita-

Embora a política externa norte-americana tenha como objetivo conter o avanço chinês, a questão é bem mais complicada do que pode parecer à primeira vista, principalmente para os Estados Unidos, devido à forte interdependência existente hoje entre a economia americana e a chinesa

lismo liberal ocidental o qual dependeu e ainda depende para fortalecer o modelo.

Como ressaltou Fiori (2018) a atual política externa norte-americana, desenhada no âmbito da nova estratégia de segurança nacional (2017), não deixa clara a visão específica de Donald Trump, mas de um segmento da política estadunidense que ganhou força nos últimos anos e que define a urgência da defesa dos interesses nacionais. Nessa estratégia um dos objetivos é conter o avanço chinês, principalmente na ampliação do sistema produtivo com alto valor tecnológico. A China é vista pelos EUA como inimigo dentro de uma lógica de afirmação nacional e política externa que agora mais do nunca abandona completamente a ideia de difusão de valores liberais e democráticos para além do próprio território e que procura exclusivamente fortalecer o próprio crescimento econômico e a segurança interna.

GUERRA COMERCIAL

De certa forma já podemos observar concretamente a manifestação desse processo, por exemplo, com a guerra comercial travada ao longo de 2018 com os Estados Unidos procurando impor maiores tarifas às importações chinesas e evitando a entrada de artigos que estariam comprometendo o avanço industrial norte-americano. Ou ainda o esforço de fortalecimento da influência na América Latina, em resposta a crescente presença econômica chinesa no continente.

Embora a política externa norte-americana tenha como objetivo conter o avanço chinês, a questão é bem mais complicada do que pode parecer à primeira vista, principalmente para os Estados Unidos, devido à forte interdependência existente hoje entre a economia americana e a chinesa.

Na primeira década após a crise de 2008 as relações entre a economia norte-americana e chinesa permanecem fortes principalmente do ponto de vista comercial. Os dois países convivem com uma alta complementaridade no comércio externo, com as exportações e importações chinesas continuando a crescer a um ritmo bem mais elevado do que as americanas, a uma taxa de 15,28% para as exportações e 14,17% das importações, enquanto os EUA registraram 4,4% e 4,3%, respectivamente.

O déficit comercial americano com a China continua. Após a crise observou-se

uma queda do déficit de US\$ 277 bilhões em 2009 para US\$ 201 bilhões em 2010. No entanto, após esse período observa-se a volta do aumento do déficit, chegando a quase US\$ 400 bilhões em 2016.

COMÉRCIO ENTRE POTÊNCIAS

O retrato do comércio EUA-China reflete a manutenção da complementaridade ao menos do ponto de vista comercial. O mercado americano ainda é importante para a China, apesar de representar agora apenas 10% do total exportado pelo país asiático e, apenas, 8% do total importado em 2016. Já as importações chinesas são fundamentais para os EUA, na medida em que representam preços extremamente competitivos - ligados não apenas à mão de obra, mas ao crescimento da produtividade na China - e exportações de alto conteúdo tecnológico.

Com relação aos fluxos de investimento direto, tem-se a continuidade dos investimentos dos EUA na China, mas, talvez, a maior novidade seja a forte expansão dos IDEs chineses nos EUA e no mundo desde 2008. Em 2009 o IDE chinês nos EUA era de menos de US\$ 1 bilhão e já em 2015 chegou a quase US\$ 15 bilhões. Em 2016 os IDEs chineses em todo o mundo somavam US\$ 217 bilhões, quase se aproximando do nível dos investimentos dos EUA no mundo.

Essa mudança é importante, pois sinaliza uma postura chinesa mais ativa com relação à diversificação dos ativos e disposição de crescer para fora, seja dentro de uma ideia de diversificação das reservas acumuladas, seja como parte de uma estratégia política de afirmação em nível global.

INVESTIMENTO SEGURO

Como se sabe, boa parte das reservas chinesas é utilizada na compra de títulos do Tesouro

Talvez o cenário de complementaridade entre EUA e China possa estar sendo mais contrabalançado pela própria economia chinesa. Na última década, observa-se uma sinalização de mudança de padrão de crescimento do país e uma maior assertividade da política externa



americano. Em 2001 os chineses possuíam apenas US\$ 78,6 bilhões de dólares nesses títulos, que respondiam por 7,6% do total. Houve um crescimento muito significativo do peso da China como detentora desses papéis, com um crescimento de 1.375%. Em 2010, os chineses possuíam 26% dos títulos americanos, que correspondiam a mais de US\$ 1 trilhão. A partir de 2011 os chineses continuavam comprando esses papéis e em 2017 (unho) possuíam US\$ 1,146 trilhões em títulos americanos, com os japoneses ocupando a segunda posição.

O que chama a atenção é que entre 2011 e 2017 o ritmo de crescimento dos títulos em posse dos chineses diminuiu de forma significativa, comparativamente ao período anterior à crise. A média foi de 0,12%, com destaque para o fato de que em 2016 houve uma queda brusca da compra de títulos por parte dos chineses. O Japão assumiu a liderança como maior detentor. Em outubro de 2017 a participação dos chineses no total de títulos caiu para 18,7%, parcela bem menor a de quase 30% que chegou a ocupar em anos anteriores. (*Department of the Treasury/Federal Reserve Board, 2017*).

CONEXÕES ENTRE DUAS ECONOMIAS

Todas essas relações de complementaridade, às quais ainda devem se somar às remessas de lucros de empresas norte-americanas na China para os EUA, sugerem a ideia de que há ainda uma forte interconexão entre a economia americana e a economia chinesa, principalmente ligada ao comércio e aos fluxos financeiros. Nesse sentido, apresenta-se para a política externa norte-americana um enorme desafio no sentido de conter o avanço chinês.

Do ponto de vista da economia interna dos EUA, observa-se que com Trump alcançou-se certo respiro, com avanços em termos de recuperação do emprego e do crescimento. No entanto parece ainda distante a

solução de um problema estrutural norte-americano, qual seja, a estagnação de longo prazo ligada à dificuldade de expansão produtiva e dos níveis salariais das camadas médias da população, além da forte concentração de renda no país, com poucos sinais de que maiores mudanças distributivas possam ser enfrentadas pela liderança republicana.

Nesse contexto de alta interdependência, a guerra comercial travada pelos EUA com a China pode não gerar os resultados esperados pelos primeiros, a não ser no sentido político dentro da articulação de Trump para manter-se diante do eleitorado. A imposição de tarifas, além de não gerar resultados industriais expressivos, pode pressionar o aumento de preços ao encarecer importações ou levar a importações de terceiros mercados mais caros. Diante disso, uma alta de preços pode conduzir a uma taxa de juros internas que prejudicaria ainda mais a expansão econômica.

MUDANÇA DE PADRÃO

Talvez o cenário de complementaridade entre EUA e China possa estar sendo mais contrabalançado pela própria economia chinesa. Na última década, observa-se uma sinalização de mudança de padrão de crescimento do país e uma maior assertividade de sua política externa.

O *new normal* parece estar sendo colocado em prática, com a China apresentando taxas de crescimento mais baixas e crescimento da participação do consumo no PIB. A China vem ampliando o mercado interno, buscando depender menos das exportações e do investimento como determinantes para o desenvolvimento. Além disso, o país vem aumentando significativamente os gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e conduzindo o programa de modernização industrial, o *China Manufacturing 2025*.

A ideia é crescer de forma mais sustentada na demanda interna e expandir a modernização tecnológica.

Outra questão fundamental é a maior assertividade da política externa. O incremento dos investimentos diretos no mundo demonstra uma forte pressão pela conquista de mercados, acesso a matérias primas e tecnologia, com as empresas chinesas ampliando o papel não apenas como compradoras de matérias-primas, mas de empresas de tecnologia, imóveis, servi-

Apesar da interdependência, desenha-se pelo lado chinês uma postura de maior autonomia, seja do ponto de vista econômico, buscando expandir e modernizar o mercado interno dependendo menos do consumo externo, seja em termos de projeção externa, com a força da diplomacia, das empresas e dos fluxos financeiros em todo o mundo

ços. O projeto da *Belt and Road Initiative* é a grande expressão dessa consolidação, traduzida também na forma de integração de mercados.

AUTONOMIA E COMPLEMENTARIEDADE

Toda essa conjuntura expressa algumas questões importantes:

1) A continuidade do processo de ex-

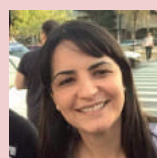
pansão global norte-americano, exercido tanto mediante o peso de seu arsenal bélico e presença militar e na força de sua moeda, aliados agora à manutenção de monopólios de tecnologia e conhecimento, além de novas estratégias de afirmação imperial, como as guerras híbridas e o esforço de enquadramento de lideranças políticas em países estratégicos no campo geopolítico militar e econômico.

2) A continuidade da interdependência das economias americana e chinesa que dificulta um enfrentamento óbvio e fácil por parte dos EUA, principalmente do ponto de vista econômico.

3) Apesar da interdependência, desenha-se pelo lado chinês uma postura de maior autonomia, seja do ponto de vista econômico, buscando expandir e modernizar o mercado interno dependendo menos do consumo externo, seja em termos de projeção externa, com a força da diplomacia, das empresas e dos fluxos financeiros em todo o mundo.

Nesse cenário, aponta-se para uma acentuação da competição interestatal, cuja marca, como sugere Amin, dependerá de como essas duas economias serão conduzidas daqui em diante. Por parte dos EUA desafios estruturais se apresentam ligados principalmente a conflitos distributivos internos e alta concentração de renda, cuja solução é difícil de prever. Do lado chinês o grande desafio de avançar na distribuição de renda, expansão de direitos e modernização tecnológica que podem conduzir o país a um modelo novo de capitalismo de Estado ou socialismo do século XXI. Dessa gigantesca contradição chinesa depende também a forma por meio da qual o país irá projetar-se mundialmente: reproduzindo formas imperialistas anteriores ocidentais ou instaurando novas formas de cooperação.

Do lado americano a história nos mostra o quanto não podemos subestimar a capacidade de os Estados Unidos reerguer-se a partir de uma atuação externa extremamente benéfica apenas para si.



Valéria Lopes Ribeiro é professora de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC

30 anos da Constituição de 1988

A OPINIÃO DE PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

“A presença do povo e a chegada das emendas populares deixaram a burguesia perplexa”

Fruto de tensões da ascensão do movimento popular, do fim da ditadura e – em sentido contrário – do advento do neoliberalismo, a Constituição Federal embute avanços inéditos na vida política e social brasileira, ao mesmo tempo em que perpetua privilégios e desigualdades. Este depoimento realizado em 2008 mantém atualidade



REPRODUÇÃO

Há dez anos, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), presidido por Marcio Pochmann, promoveu o seminário “Vinte anos da Constituição Federal (1988-2008): avanços, limites, desafios e horizontes para as políticas públicas e o desenvolvimento nacional”. No dia 14 de outubro de 2008, o palestrante foi Plínio de Arruda Sampaio (1930-2014), ex-deputado constituinte (PT), histórico dirigente da esquerda brasileira e quadro da linha de frente do PSOL.

Plínio não está mais entre nós. Mas seu depoimento - publicado no livro *Diálogos para o desenvolvimento*, organizado por José Celso Cardoso Jr. e Carlos Henrique R. de Siqueira - traça uma vigorosa síntese do que foi aquele processo.

Nós viemos aqui para avaliar a Constituição. (...) Avaliação quer dizer: aferir valor. Portanto, para aferir valor eu tenho de comparar alguma coisa com um parâmetro. (...) Antes, porém, é necessário destacar uma coisa importante para discutirmos a partir da realidade: a avaliação aqui se refere ao texto de 1988, pois isso que está aí não é mais o texto original.

Quais seriam, então, os parâmetros dessa avaliação? O parâmetro é o conceito de Constituição. Mas o que é uma Constituição? É a organização de um Estado, um Estado-nação (pelo menos da Constituição moderna), que se faz numa determinada oportunidade para institucionalizar esse Estado.

O que é essa institucionalização? Ela é, na verdade, um processo de cortar privilégios e de reconhecer direitos, ou seja, uma Constituição é feita exatamente por uma força vencedora para tirar os privilégios da força derrotada e reconhecer os direitos. É isso que define um processo constitucional. Em minha perspectiva, no entanto, creio que o mais importante numa Constituição é o processo que ocorre antes da produção porque uma Constituição é algo que ocorre após forte embate político que, geralmente, retira poder de um grupo social dominante e gera outro poder, que precisa se institucionalizar.

QUEM OBEDECE A LEI?

O primeiro parâmetro que quero trazer para julgar essa Constituição (do texto que saiu em 1988, que assinei, porque esses outros não assinei) é o seguinte: o que quer dizer “Lei” no Brasil? Existem, em nosso país, três categorias de pessoas em relação à Lei. Há os que têm de obedecer a Lei, e os que não precisam. Para cerca de 80 milhões de brasileiros, a nossa Constituição quer dizer pouco, isto é, se quer dizer alguma coisa. Para cerca de 60 milhões, entre os quais estamos incluídos, a Constituição tem validade. Caso um guarda queira nos prender, perguntamos o nome dele e se há uma ordem de prisão, mas seja pobre, seja pedreiro e pergunte para o guarda qual é o mandato que ele tem para prendê-lo! Na minha casa ninguém entra, na de vocês também. Caso entre é com mandato de juiz e no tempo do sol – assim diz a Constituição. Mas, seja um favelado e more no morro da Rocinha, e veja quando é que entra e como é que entra um

O mais importante numa Constituição é o processo que ocorre antes da produção porque uma Constituição é algo que ocorre após forte embate político que, geralmente, retira poder de um grupo dominante e gera outro poder, que precisa se institucionalizar

policial numa casa. Assim, essa Lei que nós vamos discutir tem vigência para uns 60 milhões.

Por outro lado, avalio que haja algo como 500 mil pessoas que estão acima da Constituição. Quem consegue um *habeas corpus* em 24 horas no Supremo Tribunal Federal (...) está acima da Constituição, pois todas as pessoas esperam dois anos apenas para que os relatores dos processos sejam designados. Portanto, estamos falando de um processo muito parcial na sociedade brasileira. (...) A Constituição é um instrumento dentro desse quadro.

QUEM GANHOU?

O segundo parâmetro é: quais foram as forças vitoriosas que possibilitaram a realização da constituinte? Quem venceu para que fosse necessário criar uma constituinte? Isso se coloca da seguinte maneira: esse antes da Constituição, o antes do processo constituinte, esteve pautado pelo grande projeto brasileiro depois dos anos 1930, de construção de uma nação industrial na periferia do sistema capitalista. Esse é um projeto sempre associado a Getúlio Vargas, a Juscelino Kubitschek, ao que foi, enfim, a minha geração. (...)

O que de decisivo ocorreu nos anos 1980, precedente à Constituição, foi justamente a inviabilização da construção de um projeto nacional na periferia do sistema. O que estava ocorrendo no mundo era uma nova divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil, que era periférico, continuou periférico e, na minha opinião, mais periférico. Portanto, esse período que antecedeu a Constituição foi muito ruim, porque nós não fomos vencedores para fazer uma nação. Nós fomos derrotados.

MILITARES, BURGUESIA E POVO

Outro elemento que precedeu a Constituição, no *front* interno, foram três processos. Por um lado, uma retirada militar, determinada da seguinte maneira: “lenta, gradual e segura”. Que ela foi lenta, todos nós sabemos. Que ela foi gradual, também. Primeiro, faz-se uma distensão, depois, faz-se uma semianistia. (...)

Abertura “segura” significava que iríamos sair de um ponto, daríamos uma volta, mas retornaríamos ao mesmo ponto inicial. A sociedade era hierárquica, o *establishment* burguês estava aí; ele mexeria em tudo, só que voltaríamos ao mesmo

Estado burguês. Ou seja, o povo que estava sem direitos, iria ganhar algumas concessões, mas nada iria frear o que já estava estabelecido. (...)

Houve outro processo igualmente curioso. Na hora em que o mundo disse que não era mais possível ter uma nação industrial, autônoma, independente, um Estado nacional como a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Itália, na periferia, o que faz a burguesia brasileira? – burguesia essa que nasceu nesse processo e que foi criada pelo Estado brasileiro corporativo. Ela ficou no seguinte dilema: faço, continuo o processo e brigo com o centro do capitalismo, ou concordo e aceito uma posição secundária? (...)

Terceiro processo: a ascensão de massas. Em 1964 houve um primeiro movimento de ascensão de massas. (...) Esse processo teve 20 anos de catacumba, de onde emerge na hora em que os militares deram algum espaço. Então você tem os militares se retirando, divididos lá dentro (...). A burguesia estava perplexa e não mandava sinais muito claros para o centro político, e o centro político estava, por sua vez, sem esses sinais – o centro político era composto por Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Tancredo Neves; eles eram grandes figuras.

DITADURA OU DIRETAS?

Portanto, realmente há uma situação curiosa na constituinte. Há um exército

lutando e fazendo alianças para poder abrir e se retirar, já que ele se legitimava pela competência e pelo resultado. No entanto, não houve mais resultado porque não existiam condições de manter um crescimento de 10%, 9%, 13% ao ano, como nunca mais houve. Dessa forma, ele teve de recuar e se retirar. Enquanto a burguesia hesitava, o povo vinha dizendo: agora nós vamos!

Foi isso que formou a problemática da constituinte: será necessário incorporar um pouco da massa. Mas até onde? O que se vai permitir? Qual é o tamanho do corte do privilégio, e qual é o tamanho do reconhecimento de direitos? Foi justamente isso o que foi discutido. Só que não foi discutido assim. Ninguém viu isso falado dessa forma, porque isso foi dito da seguinte maneira: Colégio Eleitoral ou Diretas Já?

E aí você tem, curiosamente, a mudança das alianças, porque para poder fazer a eleição direta, era necessário um entendimento entre o grupo do Ernesto Geisel, uma parte do exército que chamaremos de “grupo democratizante”; o “centro”, cuja figura era Ulysses Guimarães; e o “grupo popular”, representado por Lula, mas na hora que o povo foi para rua, que venceu, e dobrou o sistema militar e pedia a eleições, as “Diretas” não poderiam ocorrer porque os militares vetaram. E por que eles vetaram? Porque o povo ganharia poder demais; e se ele ganhasse poder demais a re-

tirada já não seria “lenta, gradual e segura” para a burguesia e para os militares – aliás, a saída foi tão segura que até hoje não conseguimos saber quem torturou e quem não torturou. Nesse momento, o centro foi para a direita. Ele aceitou o Colégio Eleitoral e derrotou a massa popular. (...)

O POVO E O PLENÁRIO

Mas havia outra briga ali que não foi muito percebida e passou: a Constituição não começou com um texto pronto – como foi feito pelo professor e deputado da UDN, Mário Masagão, em 1946 – e depois sujeita a emendas do Plenário. Ela começou com 24 comissões temáticas que deviam chamar as pessoas do povo, ouvi-las e acolher as emendas populares. Nesse momento aconteceu algo inédito, decisivo: o povo acreditou e foi para o Congresso. Tínhamos uma média de 30 mil pessoas por dia.

Os corredores foram inundados, assim como os gabinetes dos deputados. Topávamos com delegações a todo o momento. Foi a primeira vez, por exemplo, que as prostitutas fizeram uma delegação para exigir seus direitos. Foi a primeira vez que os *gays* foram à constituinte para exigir os seus direitos também. Todos foram, inclusive ministros do Supremo Tribunal Federal. A diferença é que os ministros do Supremo não iam para o Plenário, mas sim para o gabinete do Ulysses Guimarães. Foram também generais, carteiros, marinhos e outros. (...)



ARQUIVO/AGÊNCIA BRASIL

Pois bem, o que aconteceu? A presença do povo nos corredores e nas ruas, e a chegada das emendas populares deixaram a burguesia perplexa. No primeiro tempo estava 1 x 0 a favor do povo. Nós fizemos uma Constituição parlamentarista, programática, para criar um Estado de bem-estar social, mas esse projeto não passou do primeiro tempo porque, no segundo tempo, os homens responsáveis da burguesia resolveram se reunir aqui no Hotel Carlton. Eles se reuniram, chamaram os deputados, e disseram: “isso não pode, não”. (...). Então, se formou um negócio chamado Centrão e ele derrotou a todos.

Mas o peso do povo era tão grande que não foi possível tirar tudo. Um dos problemas dessa burguesia perplexa foi que ela pôs na Comissão de Economia o senador Severo Gomes, que era um burguês. Quando eu fiz o plano de reforma durante o governo Carvalho Pinto, em 1960 em São Paulo, ele foi nosso inimigo figadal. (...) Ele era de direita, só que era nacionalista. Por esse motivo, fez um capítulo protecionista. Ele reservava o mercado brasileiro para a empresa brasileira; e reservava as riquezas naturais para o Estado brasileiro. Ele montou um capítulo econômico fantástico.

Embora o Centrão tenha arrebitado com quase tudo, esse capítulo especificamente não conseguiu derrubar. Quem acabou com esse capítulo foi Fernando Henrique Cardoso, muitos anos depois. E acabou com tudo mesmo. (...)

Gostaria de enfatizar quais avanços ainda permanecem. A constitucionalização dos direitos trabalhistas não instituiu

Os corredores foram inundados, assim como os gabinetes dos deputados. Topávamos com delegações a todo o momento

nem reconheceu direito algum, porque já estava tudo na legislação do Getúlio Vargas. Apenas, tiramos da legislação ordinária e pusemos na Constituição para ser mais difícil de revogar, e nada mais. (...)

Eu quero dizer o seguinte: nós pusemos na Constituição o que foi possível.

DIREITOS SOCIAIS E O GANHO MAIOR

A previdência social foi um tremendo avanço (...). Houve inclusive um pequeno artigo de Lei que passou batido. Nem eu mesmo lembrava muito bem dele. O artigo diz o seguinte: o homem e a mulher, aos 60 anos de idade, que teve uma economia familiar como agricultor, posseiro, minifundista, pescador artesanal, ou como garimpeiro, enfim, o homem que conseguiu sobreviver recebe um salário mínimo do

país. Esse foi a meu ver o artigo mais importante dessa Constituição, aquele que realizou a maior distribuição de renda que já houve até hoje, informação essa confirmada inclusive pelo Ipea. É bom lembrar que só não houve uma fome mais grave em 1997 porque o pessoal tinha dinheiro na mão. (...) O Bolsa Família é pequeno perto disso. (...)

NOSSA ILUSÃO

Para concluir, vou dizer que aquilo foi uma grande ilusão. Hoje, estou convencido disso. Na época não, é óbvio. Mas, hoje, vendo retrospectivamente, acho que foi uma grande ilusão em que caímos todos. Eu, por exemplo, não tenho muita dificuldade para me iludir – sou muito fácil de ser iludido, tanto que fui iludido pelo Fernando Henrique Cardoso; depois pelo Lula. (...)

Qual foi a nossa ilusão – e uma ilusão que acho que precisamos perder se quisermos caminhar? A ilusão de que é possível domesticar o capitalismo; de que é possível fazer um capitalismo com cara humana; de que é possível recompor um Estado de bem-estar social. O que eu tiro da Constituição como um avanço é essa consciência de que nós precisamos enfrentar os problemas do país com muito mais radicalidade, com muito mais profundidade do que nós conseguimos naquele tempo.

Vocês me perguntarão: joga essa Constituição fora? De jeito algum! Ela é a arma que nós temos hoje. Hoje não temos um processo que justifique uma nova constituinte. Nós temos de criá-la com lucidez.

Uma ode à vida

A noite de 12 anos, filme sobre as condições de prisão de dirigentes tupamaros mostra luta heroica contra a tentativa de destruição como pessoas humanas

TWO DIVULGAÇÃO

Cid Benjamin

Entrou em cartaz recentemente em várias cidades brasileiras o filme *Uma noite de 12 anos*.

É imperdível.

Talvez nenhum filme tenha mexido tanto comigo.

Uma coprodução uruguaia, argentina, espanhola e francesa, dirigida pelo hispano-uruguaio Álvaro Brechner, o filme foi indicado pelo Uruguai ao Oscar. No festival de Veneza, depois de exibido, recebeu uma ovação de quase meia hora. Sim, quase meia hora.

Chorei ao assisti-lo e o mesmo aconteceu com todos os meus conhecidos que o viram.

O filme é baseado no livro *Memorias del calabozo*, não editado em português, mas

que pode ser encontrado em sebos e no *site* Estante Virtual.

Ele conta a saga de três dirigentes tupamaros – organização que foi empurrada para a luta armada nos anos 1970 – dentre nove classificados como “reféns” pela ditadura militar uruguaia, e que receberam um tratamento só comparável aos dos campos de concentração nazistas.

Dois dos três dos dirigentes cuja história é retratada – Maurício Rosencoff, hoje escritor; e Eleutério Fernandez Huidobro, falecido em 2016; depois de ter sido Ministro da Defesa do governo Pepe Mujica – são os autores do livro. O terceiro preso retratado é o próprio Mujica, ex-presidente do Uruguai.

Aos presos considerados “reféns”, os gorilas dedicaram um tratamento espe-

cialmente cruel. Não se tratava apenas de buscar extrair deles informações para o combate aos tupamaros, por meio da tortura física, em seguida à detenção, mas de tentar destruí-los física e moralmente.

De fazer deles – literalmente – trapos humanos.

Foram mantidos durante 12 anos em calabouços em que não havia sequer vaso sanitário ou acesso à água, tendo que dormir no chão. Ficaram todo esse tempo sem banho, com a mesma roupa e isolados de qualquer contato, seja com outros presos ou com qualquer ser humano (inclusive os militares carcereiros, proibidos de lhes dirigir a palavra).

Alguns dos locais em que foram mantidos presos eram poços secos, nos quais os alimentos eram baixados por cordas, em



Encerramento dos trabalhos da Constituinte, em outubro de 1988

JOSEMAR GONÇALVES



O que torna o filme impactante é ele não ser só uma denúncia da violência. Não deixa de ser isso também, mas minha impressão é que essa não é a principal preocupação. Ele é centrado na luta de três presos para não enlouquecer e manter a humanidade, apesar de tudo

baldes, para serem comidos com as mãos. Os dejetos (fezes e urina) também eram içados por cordas.

Algo medieval.

O que torna o filme mais impactante é não ser só uma denúncia da violência. Não deixa de ser isso também, mas minha impressão é que essa não é a principal preocupação. Ele é centrado na luta de três presos para não enlouquecer e manter a humanidade, apesar de tudo.

Separados por paredes e sem se ver, dois deles inventaram um código que permitia a comunicação com pancadas nas paredes e, dessa forma, “conversavam” e chegaram até a disputar partidas de xadrez imaginando tabuleiros.

“Nós nos agarramos à vida como uma planta trepadeira se agarra à parede. Se era necessário comer moscas, que para nós eram como passas com asas, comíamos moscas” - disse Rosencoff quando da apresentação do filme em Buenos Aires.

Um dos momentos mais impactantes é quando os três saem do isolamento absoluto e um deles fica sozinho por instantes no pátio interno de um presídio, podendo ser visto por centenas de presos políticos que há mais de uma década não tinham notícias dele. Os companheiros de infortúnio se amontoavam nas grades de janelas das celas e o ovacionaram. O preso, “Ñato” (Fernandez Huidobro), entra em transe,

se imagina num campo de futebol e, sob aplausos gerais, dança, corre, gesticula e comemora, como se estivesse driblando adversários e fazendo gols imaginários.

É impossível não se emocionar.

A belíssima figura que é Mujica, hoje o mais conhecido dos três, mostra a força da espécie humana. Se ela é capaz dos comportamentos mais abjetos, é também capaz dos comportamentos mais nobres.

Mujica, Ñato e Rosencoff não foram destruídos, apesar do inferno que viveram.

A capacidade de expressar de forma radical a luta pela vida em sentido mais pleno (a mesma luta que é a de um torturado que, para manter a Humanidade em sentido densamente profundo, resiste a dar informações aos carrascos para não trair os valores mais caros que professa e que conformam o seu ser) é o mais impactante no filme.

Mais impactante, até - penso eu - do que as cenas de violência explícita. Até porque uma das maiores qualidades do filme é não escorregar para um relato piegas.

Essa luta é o que mais emociona quem vê o filme.

Por isso tudo, *Uma noite de 12 anos* é, antes de mais nada, uma ode à vida.

Não à toa quem o assiste chora.

O filme mostra que a Humanidade pode vencer.

E que, naquele episódio, venceu.

COLEÇÃO APARTE

UMA PARTE EM MOVIMENTO

**ACESSE NO YOUTUBE
/FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS**

uma série de vídeos com uma contribuição sobre temáticas sociais.

**COLEÇÃO APARTE
UM APARTE DO TODO,
UMA PARTE EM MOVIMENTO**

Todos os meses são
da CONSCIÊNCIA **NEGRA**

